



UnB

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Graduação em Direito

FERNANDA POTIGUARA CARVALHO

**O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, A LIBERDADE RELIGIOSA E OS
BATALHADORES PENTECOSTAIS: CASOS DE CONFLITOS
TRABALHISTAS ENVOLVENDO CRENTES PENTECOSTAIS JULGADOS
PELO TRIBUNAL REGIONAL DE TRABALHO DA 10ª REGIÃO.**

Brasília
Junho de 2015



UnB

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Graduação em Direito

FERNANDA POTIGUARA CARVALHO

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, A LIBERDADE RELIGIOSA E OS
BATALHADORES PENTECOSTAIS: Casos de Conflitos Trabalhistas envolvendo
Crentes Pentecostais Julgados pelo Tribunal Regional de Trabalho da 10ª Região.

Monografia apresentada à Banca
Examinadora da Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília como requisito
para a Outorga do Grau de Bacharel em
Direito

Orientadora: Professora Dra. Gabriela Neves Delgado.

Brasília
Junho de 2015

CARVALHO. Fernanda Potiguara.

O Estado Democrático de Direito, a Liberdade Religiosa e os Batalhadores Pentecostais:
Casos de Conflitos Trabalhistas envolvendo Crentes Pentecostais Julgados pelo
Tribunal Regional de Trabalho da 10ª Região.

Monografia apresentada à Banca
Examinadora da Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília como requisito
para a Outorga do Grau de Bacharel em
Direito

Brasília, 10 de Junho de 2015.

Professora Dra. Gabriela Neves Delgado
Professora Orientadora

Professor Dr. Mamed Said Maia Filho
Membro da Banca Examinadora

Professora Mestre Lara Parreira de Faria Borges
Membro da Banca Examinadora

Mestre Rodrigo Leonardo de Melo Santos
Membro Suplente da Banca Examinadora

“Mandamo-vos, porém, irmãos, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que vos aparteis de todo o irmão que anda desordenadamente, e não segundo a tradição que de nós recebeu. Porque vós mesmos sabeis como convém imitar-nos, pois que não nos havemos desordenadamente entre vós, Nem de graça comemos o pão de homem algum, mas com trabalho e fadiga, trabalhando noite e dia, para não sermos pesados a nenhum de vós. Não porque não tivéssemos autoridade, mas para vos dar em nós mesmos exemplo, para nos imitardes. Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também.”
(II Tessalonicenses 3: 6-10)

*À Meus Pais, grandes Batalhadores, e a todos os membros da Igreja Batista Adonai,
que me ensinam a cada dia a beleza do labor e da fé.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sua misericórdia e seu imensurável amor. Aos meus pais, que foram minha primeira banca examinadora, não só neste trabalho, mas em todas as fases da minha vida; meu “muito obrigada” por toda a orientação e apoio que obtive e continuo obtendo de vocês. Aos meus irmãos Artur e Pedro, pela paciência em me ensinar um pouco sobre banco de dados e sobre gráficos. À minha querida amiga Natália, por ter-me incentivado em todas as tardes quentes da Biblioteca Central de Brasília. Ao Carlos Magno (Carlitos), por viver comigo novamente todas as angústias do término da graduação. À professora Dra. Gabriela, por toda a paciência e por acolher tão amorosamente o meu trabalho. À professora Dra. Érica Fernandes Teixeira, por ter norteado as primeiras linhas desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho busca observar, com base em uma análise do Estado Democrático brasileiro, as nuances da liberdade religiosa no contexto do ambiente de trabalho, no que tange aos trabalhadores adeptos às correntes Pentecostais.

A pesquisa passa pela maior compreensão sobre quem são esses trabalhadores e quais são as características de sua fé. Revela-se como, a partir da Igreja Pentecostal e dos laços de amizade e comunhão que se cria no ambiente religioso, o trabalhador Pentecostal consegue ascender social e economicamente. Assim, a defesa convicta da fé, o proselitismo e a forma como esses crentes se “destacam” do mundo; todos esses aspectos trazem consequências para o convívio com o outro no ambiente de trabalho.

Conhecer esses conflitos e compreendê-los levando-se em conta a análise mais ampla do significado social de ser Pentecostal é o objeto da pesquisa.

Palavras- Chave: Liberdade Religiosa; Nova Classe Média; Trabalhadores Pentecostais; Evangélicos; Estado Democrático de Direito; Contrato de Trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.....	11
O DIREITO DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL: OS DESAFIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	11
CAPÍTULO II.....	24
ESTADO, RELIGIÃO E AMBIENTE DO TRABALHO	24
II. 1. O DIREITO CONSTITUCIONAL À LIBERDADE RELIGIOSA E O MODELO DE LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO.....	24
II. 2. A EXPRESSÃO RELIGIOSA NO AMBIENTE DE TRABALHO E A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA	33
CAPÍTULO III.....	47
OS BATALHADORES PENTECOSTAIS	47
III.1. O PENTECOSTALISMO NO BRASIL: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS.	47
III. 2. A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA PENTECOSTAL NA ASCENSÃO SOCIAL DA “RALÉ” E A NOVA CLASSE MÉDIA “BATALHADORA”	54
CAPÍTULO IV	73
ESTUDO DE CASOS: CONFLITOS DOS BATALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO.	73
IV.1. PRELIMINARMENTE: A DIFERENÇA CONCEITUAL ENTRE O ASSÉDIO MORAL RELIGIOSO E O ASSÉDIO RELIGIOSO.	78
IV.2. GRUPO III: CASOS DE ASSÉDIO MORAL COM BASE RELIGIOSA.....	79
IV.3. GRUPO IV: CASOS DE ASSÉDIO RELIGIOSO.....	81
IV.4. GRUPO V: GUARDA DO SÁBADO	92
CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO	100
CASOS ANALISADOS.....	100

INTRODUÇÃO

A religião é, certamente, como uma lente pela qual o indivíduo observa o mundo e se faz observar nele, sendo essencial para sua própria constituição social a possibilidade de se expressar enquanto religioso de acordo com sua fé; ou mesmo, usando da sua liberdade de consciência, rejeitar qualquer tipo de ideologia religiosa.

Uma vez presente, a crença religiosa transforma o indivíduo em sua identidade social. Por causa dos dogmas, das liturgias a se cumprir e por tudo o que abarca a fé é impossível manter no âmbito privado da vida do indivíduo esse conjunto de características, as quais acabam por extravazar para âmbito público.

Por compreender esse aspecto, o Estado Democrático de Direito Brasileiro se posicionou, na Constituição de 1988, de forma a promover um cenário público extremamente aberto à manifestação da liberdade religiosa, diferenciando o Estado Brasileiro dos Estados tipicamente “laicistas”, como os existentes na França e na Espanha, para citar alguns exemplos.

Nesse contexto, insere-se a análise de uma corrente religiosa que proporcionou verdadeira revolução nas vertentes cristãs clássicas: o Pentecostalismo.

Intimamente ligada a uma demanda social, a onda Pentecostalista chegou ao Brasil no início do século XX, crescendo sobremaneira e modificando o cenário sócio-religioso do país. Com a forte doutrina moral Pentecostal, que apregoa a ética do trabalho duro, o fortalecimento do convívio familiar, dos laços sociais e a formação de verdadeira rede de proteção entre os fiéis, o Pentecostalismo veio trazer às camadas marginalizadas brasileiras as ferramentas que tornaram viáveis à construção de um futuro diferente para esses cidadãos, promovendo sua ascensão econômica e social.

Surge, então, uma nova classe média, que não se encaixa no padrão cultural da classe média típica, mas mantém os laços com sua classe de origem, tornando o proselitismo religioso um modo de promover, por meio da empatia, a moralização e a estruturação social da classe mais fragilizada e abandonada politicamente: a ralé brasileira.

O crescimento rápido dessa nova corrente, e seus efeitos tão rapidamente socialmente visíveis, fizeram com que esse grupo provocasse diferentes reações nas outras camadas sociais. Por vezes, os crentes Pentecostais são estigmatizados ou mesmo taxados de “ignorantes”, “fundamentalistas” ou “intolerantes”, devido a algumas de suas

características manifestas na esfera pública. São exemplos dessas manifestações: a aparência física dos fiéis, reflexo da doutrina da não erotização dos corpos; a baixa escolaridade de alguns deles, em que pese o esforço em manter uma educação formal, mesmo quando conciliada com o “trabalho duro”; o forte apelo proselitista que exercem; a centralidade com que colocam a religião em sua vida pública, sinal de uma genuína gratidão quanto à ética Pentecostal e as eficazes modificações que promove na vida do trabalhador.

Ciente desses impasses que sofrem os fiéis Pentecostais, a presente pesquisa se propõe a analisar quem são eles; o que apregoam doutrinariamente e como essa doutrina tem promovido a alavancagem social desses crentes. Além disso, busca-se conhecer quais são os conflitos mais recorrentes os quais sua “maneira de ser” geram no ambiente de trabalho, quando os Pentecostais são empregados ou empregadores, e como têm sido a atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região na resolução desses conflitos.

Para se alcançar esses objetivos, o trabalho foi dividido em cinco principais capítulos. O primeiro capítulo trata sobre a formação do Estado Democrático Brasileiro, ressaltando os desafios pelos quais passou para se constituir, e os que continuam a enfrentar no século XXI. Aponta-se, ainda, o papel da Justiça do Trabalho para a consolidação desse paradigma de Estado e para a efetivação dos Direitos Humanos.

O segundo capítulo aborda a relação entre o Estado Brasileiro e a Liberdade religiosa e como essa relação se reflete no ambiente de trabalho. Perfaz ainda crítica ao laicismo dos países europeus através de um estudo de caso de conflito entre a liberdade religiosa e o interesse corporativo.

O terceiro capítulo traz as origens do Pentecostalismo no mundo, explicitando também como essa corrente se instalou no Brasil e especificando algumas de suas características mais marcantes. O capítulo faz ainda um esboço sobre o perfil do crente Pentecostal no Brasil, através dos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O quarto Capítulo faz a análise da relação entre a doutrina Pentecostal e a ascensão sócio-econômica dos crentes Pentecostais. Demonstra ainda que, através da “ética do trabalho duro” e da rede de proteção que se cria entre os “irmãos” Pentecostais, o fiel obtém as ferramentas necessárias para essa alavancagem social, fazendo com que esses cidadãos formem uma verdadeira nova classe média Brasileira.

O quinto e último capítulo expõe a pesquisa quantitativa e qualitativa dos julgados do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região relevantes para o tema, ou seja, que abarcam conflitos envolvendo esses trabalhadores. Foram analisadas, para a pesquisa qualitativa, o inteiro teor das decisões desse Tribunal, que abrange a região do Distrito Federal e o Estado de Tocantins.

Desta forma, esta pesquisa pretende apontar qual é o papel do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho na proteção desses cidadãos e na viabilização de que seu Direito à liberdade religiosa seja assegurado no Estado Democrático de Direito.

CAPÍTULO I

O DIREITO DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL: OS DESAFIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A Constituição de 1988 introduziu uma interessante modificação no Direito do Trabalho: os dispositivos constitucionais sobre a temática foram transferidos do capítulo “Da Ordem Econômica e Social”, para o capítulo intitulado “Direitos Sociais” incluídos no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais. A mudança não foi somente espacial: com a integração dos Direitos Trabalhistas no rol de Direitos e garantias individuais inaugura-se um novo paradigma, onde os Direitos relacionados ao trabalho são reconhecidos como essencialmente fundamentais, ligados ao próprio conceito de Dignidade Humana, ganhando o caráter de imutabilidade das cláusulas pétreas, previstas no art. 60 §4º, IV. Somando-se a isso, o ambiente do trabalho foi incluído no rol de proteção do meio ambiente (art. 200), com a inserção do artigo 225 que menciona o meio ambiente equilibrado como “essencial à sadia qualidade de vida”. Assim, foi delineada pela Constituição a nova abordagem do Direito do Trabalho que inaugurou o atual paradigma do país, denominada “Estado Democrático de Direito”.

Foi com o paradigma do Estado Democrático de Direito, portanto, que as principais garantias que formam o ordenamento trabalhista brasileiro foram consolidadas, sendo inegável que as conquistas trabalhistas têm, de fato, uma íntima relação com a construção da Democracia no país, no sentido moderno da palavra.

A Democracia se tornou possível através da transformação dos cidadãos em sujeitos de Direito. Esta não foi uma conquista imediata: para se chegar à democracia presente no Estado Democrático de Direito foi necessário o acúmulo de todas as contribuições dos anteriores paradigmas de Estado, as quais serão exemplificadas a seguir.

Na história ocidental do Estado Moderno, o primeiro paradigma foi o Estado Liberal, onde foram dados os primeiros passos do capitalismo como o conhecemos hoje. Surge uma burguesia que, cansada dos privilégios concedidos ao clero e à nobreza, exige seu “espaço ao sol”, através da segurança de que suas propriedades fossem preservadas pela estrutura Estatal emergente. As conquistas da época, refletidas no lema “igualdade, liberdade e fraternidade” eram, portanto, forjadas

num objetivo claro de proteção ao proprietário, sendo a propriedade o seu alicerce teórico. Assim, era possível diferenciar, na prática, os Direitos do cidadão-formal e os do cidadão-proprietário.¹

É ainda neste primeiro paradigma que a Constituição escrita ganha primazia frente a outros atos legislativos. A ideia de uma legislação escrita era especificar até onde a atuação Estatal poderia ir, garantindo que o cidadão-proprietário pudesse invocar o Estado na proteção de sua propriedade, mas garantindo também que este mesmo Estado não interferiria além do legalmente determinado na vida de seus cidadãos. Trata-se, portanto, dos fundamentos para o Liberalismo Político e mais tarde para o Liberalismo Econômico. Importante ressaltar que, embora as Constituições mantivessem muitos dos problemas decorrentes da igualdade meramente formal, elas abriram espaço para que se questionasse quais seriam os cidadãos abarcados de fato por essa igualdade, possibilitando que novos paradigmas de Estado surgissem posteriormente.

Segue, no decorrer da história, a Revolução Industrial, a qual faz surgir de forma mais consistente a relação de emprego, inicialmente pautada no Direito contratual civil, mas agora com um novo elemento: a subordinação jurídica. A exploração da força de trabalho de forma precária nas grandes indústrias propiciou o surgimento do movimento sindicalista, que começou a reivindicar maiores proteções aos trabalhadores, tanto no enfrentamento aos empregadores, quanto em relação à omissão estatal. São com essas reivindicações que os Direitos de primeira dimensão, adquiridos por parcela da população no Estado liberal, são generalizados para todos os cidadãos, assim como os Direitos políticos clássicos. No campo do Direito do Trabalho, surge então uma legislação trabalhista que diferencia o contrato de trabalho dos demais².

É nesse contexto que se levanta um contraponto à ideologia liberal dominante. A monopolização de setores, o advento da 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa viabilizam esse contraponto, que tem como resposta a constitucionalização dos Direitos trabalhistas, marco de um novo paradigma: o Estado Social de Direito. Embora presente essa constitucionalização, tanto dos Direitos trabalhistas como dos direitos de seguridade social, pode-se afirmar que se tratou, no início, de uma constitucionalização apenas em sentido formal, e não material³. Mas, com novos desafios como a 2ª Guerra

¹ DELGADO, Maurício Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.p. 19.

² DELGADO, G., op.cit., p. 22-25.

³ DELGADO, M., op.cit., p. 40.

Mundial e a crise de 1929, consolidaram-se avanços, como o Keynesianismo nos EUA, aprofundando e tornando visível o processo de constitucionalização de Direitos sociais. Houve a concretização dos Direitos de segunda dimensão além da releitura dos Direitos de primeira dimensão. Isso significou uma busca pela igualdade material, onde o Estado era administrador, intervencionista e assistencialista, enquanto o cidadão era um cidadão-cliente⁴.

Interessante ressaltar que, para Maurício Godinho Delgado, o Estado Social não é um paradigma de Estado em si, mas uma fase de transição onde estão ainda presentes muitos aspectos do Estado Liberal, e, concomitantemente, começa a despontar aspectos do Estado Democrático de Direito.⁵

Estamos hoje neste último paradigma de Estado. É nele, no Estado Democrático de Direito, que se busca de forma mais ampla possível os valores da Democracia, envolvendo a inclusão política, social, econômica e cultural do cidadão. Nele, são impostos limites ao capitalismo de forma a torná-lo um sistema autossustentável, através da instituição do Estado de Bem-Estar Social.

Maurício Godinho Delgado define esse novo paradigma como fundado em um tripé: dignidade da pessoa humana, como ponto central; sociedade política democrática e incluyente; e sociedade civil democrática e incluyente⁶, trazendo como essencial à sua existência, a própria Democracia.

De fato, é neste último paradigma de Estado que se vê aflorar de forma sólida a Democracia, uma vez que nela são consolidados os princípios estruturais de proteção do cidadão. Assim, a Democracia não trata apenas de uma postura política, ou econômica, ou social, mas da soma desses âmbitos em prol da solidificação da Dignidade Humana. Conforme explica o autor:

A natureza de regime político da Democracia é inegável, porém ela não se circunscreve apenas a um temário e a uma realidade jungida à sociedade política. Ela é bem mais do que isso (embora esse primeiro aspecto destacado seja, de fato, muito importante). A Democracia, na verdade, abrange praticamente todos os aspectos da vida social, invadindo, inclusive, cada vez mais a seara econômica; nessa medida, o conceito ultrapassa bastante sua estrita dimensão política e institucional. Desse modo, é evidente a natureza multidimensional do fenômeno democrático.⁷

⁴ DELGADO, G., op. cit., p. 25.

⁵ DELGADO, M., op. cit., p. 39-41.

⁶ DELGADO, M., op. cit., p. 42.

⁷ DELGADO, M., op. cit., p. 34.

A Constituição de 1988 é a mais intensa tentativa brasileira em se implantar uma verdadeira Democracia no país, estabelecendo o Estado Democrático de Direito e gerando o Estado de Bem-Estar Social. Não sem muitas dificuldades. A experiência nacional com os paradigmas de Estado se deu de forma peculiar, e com certas deficiências estruturais na passagem de um paradigma para o outro, o que torna a experiência democrática no Brasil um desafio cotidiano.

Houve escravidão no país até 1888, e quando extirpada, não existiu uma preocupação em se amenizar os danos causados por ela, mas apenas uma recolocação dessa mão-de-obra até então escrava, ou seja, não houve uma tentativa séria de inclusão social. Império e República Velha também passaram à longa distância do ideal moderno de Democracia. Quando o trabalho ganha alguma visibilidade e começa a ser valorizado é implementada a ditadura de 1937 a 1945. Curioso também que grande parte das conquistas trabalhistas em Direitos individuais tenha se dado justamente neste período, às margens de um governo democrático, com a viabilização de Direitos especificamente para o trabalho regulado (o que chamamos de relação de emprego hoje). Ocorreu ainda, no mesmo período, verdadeira resistência à autonomia sindical, tornando os sindicatos combativos aos Direitos trabalhistas individuais, por sua origem não democrática.⁸

Assim, percebe-se que o paradigma de Estado Liberal não se deu exatamente nos moldes dos países europeus, pelas próprias particularidades do Brasil à época. Não se encontrava aqui uma classe burguesa industrial estabelecida, ou um grande mercado consumidor, ou ainda, um país majoritariamente urbanizado. Pelo contrário, grande parte da população residia no campo, o que interferiu profundamente no alcance das conquistas trabalhistas individuais iniciadas na década de 30. Os trabalhadores rurais só foram contemplados pela legislação protetiva do Estado Social com o advento da lei 4.214/63, que não foi efetivada pela superveniência da ditadura militar de 1964, mantendo os trabalhadores rurais menosprezados em seus Direitos até praticamente a promulgação da Constituição de 1988.

Durante a ditadura militar, seguiu-se um crescimento da justiça trabalhista e a concessão de outros Direitos individuais, embora houvesse ainda um aumento das restrições e perseguições aos movimentos sindicais.

Mas, os desafios à implementação da Democracia e do Estado de Bem-Estar Social, cujas bases a Constituição de 1988 trouxe, não param apenas na esfera estrutural da precária formação do Estado Democrático de Direito no país. Recentemente,

⁸ DELGADO, M., op. cit., p. 98-101.

vivenciamos uma onda neo-liberalizante, que surgiu no contexto mundial a partir dos anos 70, e, no Brasil, a partir dos anos 90. Nela há a tentativa de flexibilização dos Direitos, a partir de uma maior mercantilização das relações trabalhistas.

Mas afinal, como a mercantilização e flexibilização das relações trabalhistas poderiam afetar a conformação mesma do Estado Democrático de Direito?

A verdade é que a Constituição de 1988 trouxe como estratégia para a concretização do novo paradigma de Estado a valorização do Tripé: Democracia, Cidadania e Trabalho⁹, que começou a despontar como algo necessário socialmente, gerando uma revalorização dos Direitos individuais e coletivos do trabalho.

Desta forma, o Direito do Trabalho é alçado como norteador da busca, no âmbito jurídico, da principal garantia do Estado Democrático de Direito, qual seja, a **Dignidade da Pessoa Humana**, visando à sua efetividade no cotidiano do cidadão-trabalhador. Conforme ressalta Maurício Godinho Delgado:

São impensáveis a estrutura e a operação prática de um efetivo Estado Democrático de Direito sem a presença de um Direito do Trabalho relevante na ordem jurídica e na experiência concreta dos respectivos Estado e sociedade civil. É que grande parte das noções normativas de democratização da sociedade civil (e, em certa medida, também do Estado), garantia da dignidade da pessoa humana na vida social, garantia da prevalência dos direitos fundamentais da pessoa humana no plano da sociedade, subordinação da propriedade à sua função social, garantia da valorização do trabalho na atividade econômica e do primado do trabalho e especialmente do emprego na ordem social, desmercantilização de bens e valores cardeais na vida socioeconômica e justiça social, em suma, grande parte das noções essenciais da matriz do Estado Democrático de Direito estão asseguradas, na essência, por um amplo e eficiente e incisivo Direito do Trabalho disseminado na economia e sociedade correspondentes.¹⁰

O autor fala em seu livro “Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução” sobre essa onda “ultra-liberalizante”¹¹, que propõe a desconstrução da posição central do trabalho no Estado Democrático de Direito motivada por cinco fatores, quais sejam: as inovações tecnológicas, advindas da Terceira Revolução Industrial, a reestruturação empresarial, a

⁹ DELGADO, M., op. cit., p. 90- 103.

¹⁰ DELGADO, M., op. cit., p.47/48.

¹¹ “**Ultraliberal**”: nome proposto por Francisco Fonseca para melhor denominar as ideias neoliberalistas contemporâneas, mas com ênfase em seu aspecto de radicalizar o liberalismo (FONSECA, F. APUD DELGADO, 2007, p. 91 - rodapé n. 42).

concorrência capitalista¹² a nível global, o suposto fim do trabalho e do emprego e as modificações das normas que regulam o Direito do Trabalho.

Segundo ele, esses cinco fatores seriam utilizados para justificar a necessidade de desregulamentação e de flexibilização das regras trabalhistas conquistadas. Seria essa a única alternativa possível frente, inclusive, à manutenção dos empregos que restam¹³, uma vez que a crise estrutural provocaria possivelmente a própria extinção do emprego como conhecemos.

É, no entanto, interessantíssima a análise que o autor faz de cada um destes argumentos, promovendo uma desmistificação de seus motivos. Resumidamente, podemos ressaltar, que 1) Alega-se que a terceira revolução industrial resultou na extinção de algumas funções (empregos), o que é uma verdade. No entanto, ao mesmo tempo, houve a abertura de outras funções inimagináveis há poucos anos, além de promover notável aumento da produtividade e abertura de novos mercados. 2) A reestruturação empresarial vivenciada, ou seja, a generalização do novo modelo toyotista e do fenômeno da descentralização empresarial faria com que a mão-de-obra se tornasse praticamente desnecessária e fragmentada. Apesar de realmente se perceber na atualidade certa concentração de funções nas mãos de alguns trabalhadores, não é verossímil que a mão-de-obra se tornou desnecessária, e nem mesmo que acabaram as grandes aglomerações de trabalhadores. 3) A acentuada concorrência que a globalização gerou é fato que pode ser positivo para o desenvolvimento da economia interna, ou muito negativo, dependendo de como serão as políticas econômicas, cambiais, estratégicas do país, sendo, portanto, uma situação que apenas conjunturalmente geraria desempregos. 4) Quanto ao suposto fim do primazia do trabalho e do emprego, isso seria possível devido às inovações tecnológicas, organizacionais e mercadológicas. No entanto, já foi demonstrado nos itens anteriores que tais fatores não são necessariamente negativos para a geração e valorização dos empregos. Quanto ao último fator: 5) As modificações das normas que regulam o Direito do trabalho, o autor ressalta que, de fato houve significativo esforço para uma flexibilização das garantias sociais já conquistadas, sendo um fator com nítido caráter conjuntural. Segundo ele, no Brasil, desde o regime militar tem se tornado mais instáveis os contratos de emprego, com a perda da estabilidade após 10 anos e a desnecessidade de motivar dispensas, além da

¹² No mesmo sentido, OLIVEIRA, Lourival José de; MASSARO, Marcio Luis. **As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano**. *Scientia Iuris*, Londrina, v.18, n.2, p.189-209, dez.2014. DOI: 10.5433/2178-8189.2014v18n2p189

¹³ OLIVEIRA; MASSARO, op.cit.

criação do contrato de trabalho temporário e o contrato provisório, em que pese o advento da Constituição de 88, que foi uma grande garantidora de Direitos. Isso foi possível graças à nova cultura criada pela jurisprudência trabalhista, em detrimento de regras e princípios jurídicos positivados, e também graças à falta de regulamentação do mercado de trabalho naturalmente encontrada no Brasil, já que, como a maioria dos países em desenvolvimento, o processo de flexibilização de normas aqui se deu antes mesmo do processo de consolidação das normas do Estado Social. Outro exemplo é a aprovação de leis como a das cooperativas de mão-de-obra, que inseriam o indivíduo na relação de emprego sem garantir o patamar civilizatório mínimo¹⁴; o contrato de estágio para estudantes de ensino médio; o contrato provisório de trabalho e, por fim o intenso processo de terceirização. Quanto a este último, o Projeto de Lei 4.330/04, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados, se propõe a “regulamentar” a terceirização. O projeto aumenta o alcance da terceirização, uma vez que, até então era sumulado na jurisprudência do TST (Súmula 331), com apoio da doutrina, a restrição desse tipo de precarização apenas para atividades-meio, enquanto o projeto a permite, inclusive, para atividades-fins, com restrição apenas em relação à Administração Direta e Indireta. Trata-se de uma precarização por implicar costumeiramente em menores salários, menor proteção trabalhista, maior quantidade de horas de trabalho, e maiores riscos de acidente de trabalho¹⁵.

Outro fator de destaque para o fortalecimento do pensamento ultra-liberalizante é a substituição da primazia do trabalho pela do império do mercado econômico, através da sobrevalorização do capitalismo como um sistema de capital-financeiro especulativo. Assim, tomam maior valor no mercado moderno o capital especulativo do que o capital de produção, principalmente após a revogação do sistema Bretton Woods, onde houve a flexibilização de câmbios, o fim do controle de capitais, de créditos e taxas das juros pelos governos locais.

O mundo ocidental, por sua vez, começa a colher os primeiros resultados obtidos pela implementação da ideologia ultraliberal, ou seja, pela prática da flexibilização das regras trabalhistas e a desvalorização do emprego, aplicadas principalmente por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos na década de 1970. O resultado foi a crise que vivenciamos no capitalismo em 2007/2009, com reflexos ainda hoje. A imediata atitude desses países no contexto da

¹⁴DELGADO, op. cit. p. 137.

¹⁵ GARCIA, Maria Rita Manzarra de Moura. Terceirização: a hora e a vez do legislativo. Otimismo ingênuo?. Postado em: 15/04/2015. Disponível em <http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha>. Acesso em: 17/04/2015.

crise foi uma valorização do trabalho no âmbito interno, voltando a algumas práticas keynesianas, embora o discurso internacional da necessidade de um mundo “neo-liberal” não tenha se modificado.

A lição, no entanto, é antiga: o “capitalismo sem reciprocidade”¹⁶, “*per si*” gera crises, ou seja, o capitalismo liberal, sem limites e restrições que garantam justiça social, acaba por ruir as próprias bases do capitalismo.¹⁷ O remédio também é conhecido: é necessário se recuperar a centralidade do trabalho para se manter um sistema capitalista autossustentável, em que seja efetivada a Dignidade Humana e a Cidadania.

Maurício Godinho Delgado destaca esse papel central do Direito do Trabalho no refreamento do ímpeto de autodestruição capitalista:

Este ramo jurídico especializado tornou-se na História do Capitalismo Ocidental, um dos instrumentos mais relevantes de inserção na sociedade econômica de parte significativa dos segmentos sociais despossuídos de riqueza material, e que, por isso mesmo, vivem, essencialmente, de seu próprio trabalho. Nesta linha, esse assumiu o papel ao longo dos últimos 150 anos, de ser um dos principais mecanismos de controle e atenuação das distorções socioeconômicas inevitáveis do mercado e sistema capitalista.

Juntamente com isso também dentro de sua função democrática e civilizatória, o Direito do Trabalho consumou-se como um dos mais eficazes instrumentos de gestão e moderação de uma das mais importantes relações de poder existentes na sociedade contemporânea, a relação de emprego.¹⁸

A valorização do Trabalho, por meio da aplicação de garantias oriundas do Direito do Trabalho promoveria a proteção e a tutela da pessoa do trabalhador, para que a Dignidade Humana a ele inerente não seja extirpada no ambiente de trabalho, devido ao caráter devorador dos mercados e suas demandas.

O que se busca, portanto é a valorização não de qualquer forma de trabalho, incluído aí o trabalho precário, mas do “trabalho digno”, importante para a concretização da própria identidade do trabalhador, conforme afirma Gabriela Neves Delgado¹⁹. Este trabalho digno só seria possível na medida em que se assegurassem também os Direitos Fundamentais Trabalhistas, constituidores de um patamar mínimo dentro do Direito do Trabalho.

¹⁶ Expressão do professor Maurício Godinho Delgado, no Livro “Capitalismo, Trabalho e Emprego: entre o paradigma da destruição e os Caminhos da Reconstrução”.

¹⁷ DELGADO, M. op. cit, p.87.

¹⁸ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**- São Paulo: LTr, 2006. 2ª Tiragem, 2007.

¹⁹ DELGADO, G., op. cit., 2012, p. 55.

Com a Constituição de 1988, houve uma busca da desmercantilização do país através de três mecanismos: 1) Fortificou-se o Direito Individual do Trabalho, inclusive alcançando os trabalhadores rurais, há tanto tempo negligenciados; 2) Generalizou-se a inspeção administrativa trabalhista; 3) Estruturou-se a Justiça do Trabalho.²⁰ Dentro da Justiça Trabalhista podemos destacar a maior liberdade de organização e atuação sindical e a dinâmica de negociação coletiva. Percebe-se, portanto, a importância que ganha a Justiça do Trabalho para a proposta de desmercantilização brasileira.

Embora o Direito tenha, em sua fase pré-democrática, o papel histórico da sedimentação de desigualdades nas relações de poder, mantendo o “*status quo*” social e agindo como instrumento de dominação social, econômica e política,²¹, hoje ele se levanta como uma das grandes ferramentas modernas para promover especial papel civilizatório. Com o advento da Democracia, o Direito passa a se ocupar também de setores sociais destituídos de poder e em situação de fragilidade sócio-econômica, desenvolvendo-se como instrumento civilizatório no Estado Democrático de Direito. Isso foi possível a partir de uma série de inovações: o surgimento do Direito do trabalho e da Seguridade Social como contraponto ao hegemônico Estado Liberal; posteriormente a Consolidação do Direito Constitucional e das inovações do Estado Social, além da priorização da Dignidade da Pessoa Humana; o surgimento do Direito do Consumidor e Ambiental e, por fim, a atualização de todos esses ramos com o advento do Estado Democrático de Direito, que tornou a Dignidade uma máxima em todos os segmentos jurídicos.²²

Assim, o Direito do Trabalho desponta no Brasil como contraponto fático, indo na contramão da não-regulamentação e da flexibilização que era invocada pelos liberais, com vistas ao livre mercado e suas demandas, para assegurar que os setores sociais marginalizados pudessem ser incluídos neste mercado e, conseqüentemente na vida social e política.

Entendendo a importância do Direito do Trabalho nesse contexto, Maurício Godinho Delgado ressalta quatro principais funções deste Direito²³. A primeira é a melhoria das pactuações e gestão do trabalho na vida econômica e social. O modelo

²⁰ DELGADO, G.; DELGADO, M., op. cit., 2012, p. 151/152. Os autores afirmam ainda duas funções principais para o poder judiciário, quais sejam: dirimir conflitos despontados na sociedade civil, no Estado ou entre os dois anteriores; conferir clareza e efetividade à própria ordem jurídica.

²¹ DELGADO, M., op. cit., 2012, p. 72.

²² DELGADO, M., op. cit., 2012, p. 72-76.

²³ DELGADO, M., op. cit., 2012, p. 77 a 87.

aplicado para essas pactuações, no Brasil, é o legislado, no qual há mais rápida generalização e maior força de resistência às intempéries do mercado, em comparação ao modelo negociado adotado por países de tradição costumeira anglo-saxônica. Assim, em que pese a Constituição ter trazido mecanismos de negociação coletiva, preponderam as garantias legais, sendo viável que os Direitos sejam majorados por meio da negociação ou minorados em situações expressamente previstas na Constituição.

A segunda função é garantir evolução econômica progressista no capitalismo, onde o Direito do trabalho atua com a generalização dos ganhos sociais dos setores mais avançados em conquistas, valorizando a modernização de outros setores e distribuindo a renda por meio da valorização do trabalho.

Como terceira, temos a função civilizatória e democrática onde há a inclusão dos desprovidos de riqueza e poder no âmbito da democracia política, econômica e social, promovendo a democracia.

Como quarta e última, a função conservadora, com seu caráter estabilizante da sociedade.

A Justiça do Trabalho também foi alterada com o novo paradigma de Estado para melhor atender todas essas importantes funções conferidas ao Trabalho. Trata-se, atualmente, de órgão do poder Judiciário; situação que só se verificou com o Decreto-lei 9.777/46, muito embora o Decreto-Lei 1.237/39 já previsse a existência de órgãos judiciários de Direito do trabalho. Também, recentemente (em 1999, pela EC 24), deixou de ser um órgão paritário, com representação classista, tendo seu auge em 1988 com uma imensa expansão de 180% através de sua presença em primeira e segunda instâncias em todos os Estados mais populosos do Brasil²⁴. A Justiça do Trabalho se constitui hoje como o mais célere órgão de justiça e de maior eficácia na resolução de conflitos. Em que pese a atuação do órgão, no entanto, não há receio em afirmar que se trata de uma batalha cotidiana a consolidação da Democracia e com ela, seu fundamento mais essencial: a Dignidade da Pessoa Humana, ou seja, estabelecer de fato o tripé do Estado Democrático de Direito²⁵. Isso porque, como já afirmado anteriormente, as bases paradigmáticas do Estado foram instaladas de forma precária no país, fazendo com que os Direitos de primeira e segunda gerações não estivessem consistentemente solidificados quando passaram a conviver com os Direitos de terceira

²⁴ DELGADO, G. e DELGADO, M., op. cit., 2012, p. 142- 149.

²⁵ Nos referimos aqui ao tripé Democracia, Cidadania e Trabalho.

geração, mais recentemente implantados. E ainda, porque a Justiça do Trabalho enfrenta diariamente a pressão do discurso ultra-liberalizante, que tenta, a todo custo, flexibilizar as garantias trabalhistas.

Mas o fenômeno que talvez seja o maior impeditivo para que o Direito do Trabalho cumpra plenamente seu papel civilizatório na concretização da Dignidade seja o fato de que, no país, não houve ainda uma generalização da relação de emprego. Infelizmente, a maior parte das conquistas trabalhistas consoantes com o Estado de Bem-Estar Social ainda está praticamente restrita à relação de emprego formal, a despeito das previsões constitucionais. Assim, grande parte das relações de trabalho não abarcam todas as garantias do patamar civilizatório, mas, ao contrário, prevalecem sendo precárias. Hoje temos apenas 30% dos trabalhadores formalmente empregados no Brasil, em contraposição com aproximadamente 80% de trabalhadores no contexto de países desenvolvidos como a Alemanha²⁶, mostrando que, de fato, o Direito trabalhista no Brasil jamais foi efetivamente genérico e consolidado. Sobre os 70% não formalmente empregados no Brasil, apesar de abarcados pela competência da Justiça do Trabalho, não incidem, na prática, todas as proteções da CLT.

Para fomentar a consolidação do trabalho digno e sua valorização no Brasil, Maurício Godinho Delgado aponta três sugestões: 1) A aplicação efetiva do Direito do Trabalho, ou seja, a geração de empregos; 2) A ampliação do conceito de relação de emprego; 3) A aplicação do Direito do Trabalho às relações de trabalho e não somente às relações de emprego.

A ampliação do conceito de relação de emprego viria a partir da flexibilização do conceito de subordinação, que abrangeria além da clássica (acolher o poder de direção, por meio de ordens recebidas), a dimensão objetiva (buscar os mesmos objetivos do tomador de serviços, atuando na atividade-fim) e a estrutural (inserção do obreiro na dinâmica do tomador, independentemente de ordens diretas, mesmo em atividade-meio)²⁷. Para o autor, essa reforma interpretativa da tradicional doutrina foi concretizada com a mudança legislativa do art. 6º da CLT através da lei 12.551/11. Quanto à aplicação do Direito do Trabalho às relações de trabalho em geral (3), o autor traz dois avanços legislativos: a Lei 12.023/09 que instituiu o conceito de trabalhador avulso, garantindo-lhes Direitos a partir da negociação coletiva e a nova lei de estágio 11.788/08.

²⁶ DELGADO, G. e DELGADO, M., op. cit., 2012, p.135.

²⁷ DELGADO, M., op. cit., 2012, p.112- 120.

Desta forma, embora não haja previsão legislativa específica para a terceira sugestão do autor (excetuando-se, claro, as já citadas), entende-se que é válido todo o esforço da Justiça Trabalhista para garantir ao trabalhador, seja ele empregado ou não, que o mínimo civilizatório lhe seja aplicável.

Primeiro, porque se reconhece que o trabalho tem uma função central no Estado em que vivemos, inclusive sendo alicerce para que o sistema econômico mundial seja autossustentável. Segundo, porque, como cidadão de um Estado Democrático de Direito, é essencial que seja garantida ao trabalhador a Cidadania, através da preservação de sua Dignidade. E é no trabalho digno que o trabalhador se cria, gera e demonstra sua própria identidade, sendo parte intrínseca de sua Dignidade como ser social reconhecido.

Assim, percebe-se a essencialidade da conduta laborativa como um dos instrumentos mais relevantes de afirmação do ser humano, quer no plano de sua própria individualidade, quer no plano de sua inserção familiar, social e econômica. A centralidade do trabalho em todos os níveis da vida da ampla maioria das pessoas é, sem dúvidas, um dos pilares principais de estruturação da ordem econômica, social e cultural de qualquer sociedade capitalista que se queira minimamente democrática.²⁸

É necessário que o Estado recupere sua função de mediador entre os interesses do capital e os interesses de seus cidadãos²⁹, a fim de prover os alicerces necessários para a concretização do Estado Democrático de Direito, que tem como prioridade a Dignidade Humana, ainda quando isso possa afetar diretamente as leis do “capitalismo sem reciprocidade”.

Cabe aqui citar a interessante observação das autoras Maria Cristina Pezzella e Michele Dublitz sobre o papel da sociedade desde o momento do contrato social, qual seja, o desenvolvimento integral da pessoa, que só é possível a partir do momento que se lhe forma como sujeito de Direitos, pelo estabelecimento material de sua Dignidade Humana:

Dessa forma, quanto mais protegida a dignidade da pessoa humana mais desenvolvida, culturalmente, a sociedade e mais próxima de uma realização efetiva das possibilidades de seus formadores. Uma sociedade que não perquire, não discute e não confere possibilidades para uma ampliada discussão social e jurídica da importância da pessoa em sua plenitude, e, por assim dizer, integral na perspectiva física e

²⁸ DELGADO, M., op. cit., 2007, p. 29.

²⁹ OLIVEIRA, Lourival José de; MASSARO, Marcio Luis. **As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano**. *Scientia Iuris*, Londrina, v.18, n.2, p.189-209, dez.2014. DOI: 10.5433/2178-8189.2014v18n2p189

psíquica, deixa de cumprir o seu principal papel: o desenvolvimento integral da pessoa.³⁰

Portanto, é essencial que, dentro do Estado Democrático de Direito, o qual se vive e consolida diariamente, seja prioritário o estabelecimento da Dignidade Humana por meio da valorização do Trabalho e do trabalhador. É necessário que os Direitos historicamente construídos estejam presentes na vida do cidadão e do trabalhador, em qualquer lugar onde estiver, principalmente dentro do ambiente de trabalho, já que se trata do lócus onde se constrói o tripé Democracia, Cidadania e Trabalho. É dentro desse ambiente de trabalho que o trabalhador tem a oportunidade de integrar a sociedade, de lhe transformar, criar ou modificar; é neste ambiente que vem à tona sua personalidade e onde ele cria sua identidade. Também neste espaço, o trabalhador tem a possibilidade de exercer a Cidadania a Democracia em seu conceito complexo. Por isso, tem-se a preocupação de que a Justiça do Trabalho consiga prover a inserção ao patamar civilizatório mínimo de todos estes trabalhadores, inclusive os não abarcados pela relação de emprego formal. Mas, de forma mais basilar, a Dignidade Humana impressa no Direito Fundamental ao Trabalho Digno³¹ deve pautar toda a relação trabalhista, seja ela empregatícia ou não, tendo em vista a importância do trabalho não só para o trabalhador, mais diretamente afetado, mas para todo o Estado no paradigma em que vivemos e, inclusive, para a ordem político-econômica a qual estamos inseridos, como resta exhaustivamente demonstrado.

³⁰ PEZZELLA, Maria Cristina Cereser; DUBLITZ, Michele Dias. **Pessoa como sujeito de direitos na Sociedade da Informação: um olhar sob a perspectiva do trabalho e do empreendedorismo.** Revista Sequência- Publicação do Programa de pós-graduação em Direito da UFSC. VOLUME 35. Publicação n. 68. Junho 2014, p. 249.

³¹ DELGADO, G., op. cit., 2012, p.56-58.

CAPÍTULO II

ESTADO, RELIGIÃO E AMBIENTE DO TRABALHO

II. 1. O Direito Constitucional à liberdade religiosa e o modelo de laicidade do Estado brasileiro

A liberdade religiosa está prevista na Constituição de 1988 no artigo 5º inciso VI (“é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”); VII (“é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”) e VIII (“ninguém será privado de Direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”). Em seu art. 19, inciso I, a Constituição prescreve que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, *ressalvada*, na forma da lei, a *colaboração de interesse público*”.

Além da Constituição, a Lei nº 7.716/1989 tipifica crimes baseados na discriminação religiosa, como, por exemplo, obstar ou negar emprego, tanto no âmbito público como no privado, ao trabalhador religioso habilitado; negar ao fiel o acesso a estabelecimentos comerciais ou a estabelecimentos de ensino, entre outros. Tem-se, ainda, em tramitação no Senado Federal, o Projeto de Lei 160-09 proposta pelo deputado George Hilton, conhecido como Estatuto das Religiões, que visa a complementar as garantias dos incisos VI, VII e VIII do art. 5º da Constituição, consolidando legalmente regras jurisprudenciais como a não relação empregatícia de líderes religiosos e a autonomia das instituições religiosas.

No plano do Direito Internacional há o art. 18 da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (“Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e

pela observância isolada ou coletivamente, *em público* ou em particular”); o art. 5º, d, vii, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (“direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”); a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e de Discriminação Baseadas na Religião ou Crença, de 1981 (que aponta a discriminação do religioso como uma afronta a sua dignidade humana); a Convenção 111 da OIT de 1958, que proíbe a Discriminação fundada na Religião; a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes à Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas ou Linguísticas, de 1992 ; e o Art. 1º item 1.1 da Declaração de Princípios sobre a Tolerância, de 1995 (o qual define a tolerância e acrescenta que ela é “fomentada pela liberdade de pensamento, de consciência e de crença”).

Além desses, o art. 18 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, promulgado pelo decreto 592 de 1992 prevê que:

Toda pessoa terá direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, **tanto pública como privadamente**, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.

2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.

3. **A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas à limitações previstas em lei** e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos países e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções.

De fato, o ordenamento jurídico brasileiro atual se destaca como o de maior proteção às mais diversas formas de expressão religiosa, assegurando proteção legislativa, tanto em leis nacionais como por meio de tratados e convenções. O Brasil alcançou essa conjuntura, passando, no início do século passado, de Estado Confessional, seguindo por uma fase de laicidade mais secularizada, e chegando a atual fase de laicidade com uma clara proteção e valorização da diversidade de fé.

Manoel Jorge e Silva Neto trata sobre essas mudanças no plano Constitucional Brasileiro: num primeiro instante, a Constituição de 1824 previa a religião Católica como a religião do Império, classificando o Estado brasileiro como

Estado Confessional. Eram, no entanto, permitidos cultos domésticos e particulares de outras religiões, com o compromisso da não perseguição direta; mas impedindo certas manifestações públicas desta liberdade, como na construção de templos.³² A liberdade religiosa para o culto público de outras correntes doutrinárias se fortalece com a Constituição de 1891, ao mesmo tempo em que o Estado deixa de ser confessional. Essa Constituição previa a proibição do Estado, de subvencionar ou embaraçar cultos religiosos públicos³³, prescrevendo a liberdade religiosa como um Direito individual a ser exercido livremente, sem a interferência do Estado. Foram ainda tomados alguns cuidados com objetivo de propiciar o convívio com outras vertentes religiosas, como a restrição ao casamento civil; a viabilização de cultos religiosos e ritos nos cemitérios, seculares e municipais; a laicidade do ensino das escolas; o fato das religiões não serem subvencionadas pelo Estado; a impossibilidade de invocar a religião para eximir-se do dever cívico ou de qualquer ônus/ lei.³⁴

A Constituição de 1934 mantinha, segundo o autor, a separação entre o Estado e a Igreja e a consagração da liberdade religiosa como Direito fundamental, assim como a Constituição de 1937³⁵.

A Constituição de 1946, por sua vez, tentou resgatar uma colaboração entre a igreja e o Estado, visando ao interesse público. Segundo o autor, trata-se de um reflexo da progressiva perda de desconfiança do Estado, principalmente com relação à igreja Católica, anterior religião oficial³⁶. Foi ainda resultado de debates promovidos entre a Igreja Católica, algumas Igrejas Protestantes e algumas vertentes Espíritas, num esforço de maior valorização do âmbito religioso. Um dos avanços foi, por exemplo, a previsão legal de alternativa para quem deixasse de fazer obrigação imposta por motivo religioso e a prestação religiosa nos estabelecimentos de internação coletiva.

Nas constituições de 1967, 1969 e 1988 o Direito à liberdade religiosa é visto como algo a ser preservado de discriminações, assim como o gênero, raça, e convicções políticas.

Já segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, em sua análise sobre a liberdade religiosa nas Constituições Brasileiras, foi, dentre todas as Constituições que

³² SILVA NETO, Manoel Jorge e. **A proteção constitucional à liberdade religiosa**. Revista de Informação Legislativa. Brasília. A. 40 n. 160. Out./Dez. 2003, p. 114.

³³ Art. 11, § 2º Constituição de 1891.

³⁴ Art. 72 §§3º a 7º e §§28 e 29 da Constituição de 1891.

³⁵ Art. 17, incisos II, III e Art. 113, itens 4, 5, 6, e 7 da Constituição de 1934.

³⁶ SILVA NETO, op. cit., p. 115.

vigoraram, a de 1891 que realizou maior empenho em afastar o aparato estatal da religião³⁷. Nesse período houve um maior recrudescimento da laicidade.

O filósofo canadense, Charles Taylor³⁸, aborda que houve, na verdade, um processo de recrudescimento mundial da secularização, comum aos Estados modernos, se desdobrando em duas diferentes formas^{39 40}. A primeira, ainda no fundamento desse Estado, foi a retirada da figura divina na esfera do político, com autores como Hobbes e Maquiavel, que trazem as autoridades políticas para o plano do humano. Foi nessa fase que a religião passou a ser vista como um assunto privado do indivíduo, isentando a sociedade de ser governada por uma determinada doutrina religiosa. É nessa forma de secularização que se consagra o Estado Laico.

Como segunda forma de secularização, temos a retirada da ideia de Deus não apenas no âmbito político, mas, inclusive do âmbito privado. Charles Taylor explica que o movimento iniciado no Renascimento separou o homem da necessidade da figura divina como um norteador moral. Contribuíram para isso as doutrinas morais racionalistas como a Kantiana. Aqui o secularismo ganha forma de ateísmo.

O autor então aponta que essa dupla secularização é vista erroneamente como uma consequência natural da racionalidade moderna, que, a partir da superioridade da ciência destituiu a religião de seu antigo posto de supridora das necessidades de respostas existenciais do homem, e de sua função norteadora da busca pelo “fim” mesmo do homem, pela busca de um bem superior, de sua plenitude. Assim, a plenitude passou a não ser mais algo almejado de forma generalizada, mas quando buscada, passou a ser preenchida de várias outras formas, que não somente a religião.

A crítica do autor é que essa forma simplória de entender o papel da religião do mundo moderno como “obsoleto” esconde, na verdade, que a crença do homem moderno na racionalidade científica não deixa de ser, conforme o exposto, uma crença, com um quê de religiosidade. Da mesma forma, em sentido inverso, a desconfiança política com relação à religião na teoria do discurso faz com que se distinga epistemologicamente razão de religião⁴¹. Assim, cria-se duas realidades estanques,

³⁷ SANTOS JÚNIOR, Aloísio Cristovam dos. **Liberdade Religiosa e contrato de trabalho: a dogmática dos direitos fundamentais e a construção de respostas constitucionalmente adequadas aos conflitos religiosos no ambiente de trabalho**. Niterói- RJ: Impetus, 2013, p. 195.

³⁸ TAYLOR Apud MARQUES, Alexandre Bacelar. Charles Taylor: **A secular Age**. Religião & Sociedade. Volume 29, número 2. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200013>

³⁹ No mesmo sentido, ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **A Ordem Moral Moderna e a Política do Secularismo**. Revista Ethic@ - Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 39 - 53, Dez. 2011, p. 40/41.

⁴⁰ Segundo o próprio autor: “It’s not that secularism isn’t that separation. But I’m arguing that there are two basic goals [for secularism], one being the separation of church and state, the other being state neutrality [on religious and moral questions].”

⁴¹ ARAÚJO, op. cit., p. 42.

como se a racionalidade científica não se “contaminasse” com a crença e como se a religiosidade fosse incompatível com qualquer racionalidade⁴².

Isso faz com que a retirada da religião do discurso público pareça a única resposta plausível. Foi seguindo essa tendência mundial que se consolidou a Constituição de 1891.

No entanto, diferentemente do que alguns discursos fazem crer, não se pode dizer que houve nessa fase constitucional brasileira a instalação de um verdadeiro “laicismo”. Para entender o que seria esse “laicismo” recorre-se à definição que aponta Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, em que pese este autor opor críticas⁴³ a essa distinção. Para ele, laicismo:

(...)designaria uma ideologia marcada pelo indiferentismo ou- quando não- por uma aberta hostilidade à religião, visando enclausurá-la dentro do mundo da consciência e reduzi-la a um assunto de foro íntimo. Neste caso, o Estado não apenas se absteria de intervir no domínio religioso, mas adotaria atitudes tendentes a afastar qualquer influência religiosa do espaço público⁴⁴

Segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, na evolução constitucional brasileira, mesmo nessa fase de maior distanciamento entre a religião e o Estado, passamos longe do que seria uma laicidade nos parâmetros da França, Espanha ou de outros países europeus que experimentaram um processo mais avançado de secularização.⁴⁵

Nos moldes da “Laicidade Francesa”, não só deve existir a separação entre o Estado e a Religião, mas também deve-se separar a religião como parte da esfera privada do indivíduo, tomando a mera manifestação pública de sua fé como algo prejudicial ao Estado Laico.

Portanto, podemos afirmar que mesmo nessa fase Constitucional, o Brasil não apontou dogmaticamente como objetivo Estatal o alcance desse laicismo. O distanciamento mais acentuado entre o Estado e a Religião nesta época é até justificável

⁴² A autora Maria de Lourdes Medeiros critica no mesmo sentido a definição da religiosidade popular como a negação do homem moderno, com bases puramente emocionais que negam a racionalidade intrínseca inclusive aos ritos da religião, mundanizando o divino. (MEDEIROS; SOUZA, Jessé (org.). **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ªEd. Revista e Ampliada. Jessé Souza; colaboradores: ARENARI, Brand; OLIVÉRIO, Djamilla; ROCHA, Emerson; MACIEL, Fabrício; BARBOSA, Felipe Cavalcante; SÁ, Mácio; MEDEIROS, Maria de Lourdes; VISSER, Ricardo; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. 2012, p. 213.)

⁴³ Aloísio aponta que a distinção entre laicidade e laicismo é de pouco valor jurídico dogmático. No entanto, usaremos a distinção por entendê-la didática e ainda por entendê-la estratégica para separar o fenômeno da laicidade que vive o Brasil do fenômeno de laicidade que vivem países europeus, como a França.

⁴⁴ SANTOS JR., op. cit., p. 185.

⁴⁵ SANTOS JR., op. cit., p. 197.

principalmente porque o país buscava distanciar-se de sua base confessional Católica, vendo com desconfiança a expressão religiosa. É natural que assim fosse. Mas se pode afirmar com segurança que, embora essa fase tenha sido menos amigável com a manifestação religiosa, ela não pregou o silêncio da expressão religiosa.

Ter isso claro é importante para que se possa analisar criticamente disposições que, afirmando a laicidade do Estado, apontam para uma verdadeira vedação do religioso no espaço público brasileiro, posição que se critica com veemência.

A postura mais fechada da Constituição de 1891, que se justifica pelo contexto de início da laicidade do Brasil, no entanto, difere completamente da postura de nossa atual Constituição. Mantendo sua posição de Estado Laico, foi, no entanto, com a Constituição de 1988, que se obteve a maior proteção ao fenômeno religioso.

Já foram citados os seus principais dispositivos, mas sua atenção à liberdade religiosa não se restringe a eles. Podemos começar explicitando uma modificação de entendimento bastante importante sobre como deveria se proceder a expressão religiosa. A Constituição de 1891, seguida pela maioria das constituições posteriores a ela, assinalava que o culto e a fé deveriam ser pautados pelos “bons costumes” e pela “moral pública”⁴⁶, fazendo com que houvesse barreiras convencionais aos cultos, principalmente àqueles decorrentes de religiões africanas. Disposição muito semelhante prevalece hoje no Estado Francês, de que a manifestação religiosa, mais especificamente quanto ao uso do véu, seria contrária a “ordem social” do Estado Republicano Francês. Lara Parreira de Faria Borges traz, no entanto, relevante crítica a esse tipo de restrição, que busca, na verdade, uma verdadeira laicização dos indivíduos no espaço público. A autora afirma que:

(...) a laicidade do Estado não pode servir como instrumento para o governo interferir na liberdade religiosa individual de cada cidadão, o Estado é laico e secularizado, mas isso não significa que seus habitantes também o devam ser. Uma vez que a manifestação religiosa é voluntária e livre, não cabe ao Estado determinar se ela é boa ou não para a ordem social, desde que não esteja ferindo os direitos fundamentais dos demais indivíduos.⁴⁷

A Constituição de 1988, por sua vez, retirou a tipologia ambígua, consolidando o entendimento de que o culto só pode sofrer restrições baseadas em lei.

⁴⁶ Art. 72§5 da Constituição de 1891. (SILVA NETO, op. cit.,p.117.)

⁴⁷ BORGES, Lara Parreira de Faria. **Os Limites do Estado Laico e a Liberdade Religiosa na França**. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, p.7486.

Isso trouxe bastante segurança jurídica para as correntes religiosas que de certa forma se encontravam em situação de fragilidade cultural por serem minoritárias ou integradas por grupos sociais fragilizados.

Além disso, houve uma maior sensibilidade com o tratamento desses grupos, e para confirmar essa afirmação podemos destacar como exemplo, a questão da tipificação do curandeirismo. O Código Penal, em seu art. 284, ainda em vigor, determina como crime exercer o curandeirismo “I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; II - **usando gestos, palavras ou qualquer outro meio**; III - fazendo diagnósticos”. A pena é de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e o agente é submetido à multa caso pratique o curandeirismo mediante remuneração.

Assim, a prática da “cura divina”, fator importante para as correntes Pentecostais; e as “curas espirituais” praticadas pelos kardecistas e por algumas religiões de origem africana poderiam ser enquadradas como ilegais pelo tipo descrito. No entanto, a prática do “curandeirismo” por esses grupos foi reconhecida como lícita. Houve um duplo movimento: primeiro, reafirmou-se o monopólio da cura à medicina acadêmica, e, ao mesmo tempo, viabilizou-se a oferta de “terapias espirituais”, sobretudo informalmente, desde que sem a sua penetração nos espaços da medicina acadêmica e sem a reciprocidade remuneratória⁴⁸. Esse último movimento foi possível pela diferenciação informal entre o “curandeirismo” e o “charlatanismo”, sendo reprovável apenas este último⁴⁹.

Outro apontamento interessante é o fato da própria menção à liberdade de crença no texto constitucional. Isso revela que o constituinte buscou proteger uma ação externada do cidadão, uma vez que, não são passíveis de controle direto o que se detém no foro íntimo do indivíduo⁵⁰. Ao prever essa liberdade, o constituinte supôs pública e propôs também uma proteção pública à liberdade religiosa.

Ainda quanto à análise do teor da Constituição de 1988, afirma Aloísio Cristovam dos Santos Júnior que:

(...) não há como fugir à constatação de que a mensagem ideológica transmitida pelo texto constitucional é a de que **o modelo de laicidade brasileiro favorece o fenômeno religioso**. E aqui deve ser dito que

⁴⁸ GIUMBELLI, Emerson. **A presença do Religioso nos espaços públicos: Modalidades no Brasil**. Revista Religião & Sociedade, v. 28 (2), 2008, p. 85.

⁴⁹ De forma semelhante, podemos apontar a pressão exercida por grupos religiosos para que não se tipificasse como ilegal o sacrifício de animais em cultos de religião africana, conforme reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/porto-alegre/v/deputados-derrubam-projeto-que-proibe-sacrificio-de-animais-em-rituais/4140829/>

⁵⁰ SANTOS JR., op. cit., p. 276.

favorável ao fenômeno religioso não significa necessariamente uma quebra do princípio da separação, embora constitua um dos aspectos cruciais da laicidade estatal, com ela não se confunde.⁵¹

Assim, segundo o autor, o Estado seria neutro em relação às “diferentes doutrinas e grupos religiosos que coexistem na sociedade”, isso sem deixar de reconhecer, através da sua clara postura de proteção, que a religião é ainda um “fenômeno social” e um “empreendimento cultural” muito mais complexo que a simples ideologia ou crença.⁵²

É o que também defende Manoel Jorge e Silva Neto ao apontar que a CF de 1988 defendeu como princípios, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, sendo que esse último não é apenas o “pluripartidarismo”, mas um meio de se viabilizar a coexistência pacífica de centros coletivos irradiadores de opiniões, atitudes e posições diversas.⁵³

Desta forma, a Constituição atual, reconhece não só que existem as diversas religiões, mas que elas formam o Estado brasileiro como parte de seu arsenal argumentativo, cultural, político e humano. Acredita-se na interpretação de que, consoante com o que defende o filósofo Michael Sandel, há uma perda grande quando se afasta os argumentos morais e religiosos da esfera pública. Michel Sandel defende que esses argumentos, ou seja, que essa forma de racionalidade, tem trazido grande contribuição para a construção das sociedades democráticas modernas. O mesmo autor defende a impossibilidade de que a crença permaneça limitada à esfera privada. Segundo o autor:

Eu acho que o discurso público democrático deveria acolher debates morais e espirituais e que os cidadãos não deveriam ser forçados a deixar para trás suas convicções morais e espirituais quando entram na arena pública. Não estou dizendo que todos irão concordar se houver um debate mais robusto, do ponto de vista moral, porque as pessoas discordam quanto a grandes questões éticas, a questões morais e espirituais. Mas eu acho que é um erro fingir que a política possa ser neutra em relação a essas importantes questões.⁵⁴

Charles Taylor, por sua vez, afirma que a visão de que a religião na sociedade é obsoleta, racionalidade própria dos países que cultuam o “laicismo”, quebra

⁵¹ SANTOS JR., op. cit., p. 199.

⁵² SANTOS JR., op. cit., p. 182.

⁵³ SILVA NETO, op. cit., p. 116.

⁵⁴ Entrevista a Michael Sandel por Jorge Pontual. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-abr-06/ideias-milenio-michael-sandel-filosofo-norte-americano>

a importante ligação que há entre a religião e a cultura.⁵⁵ E como parte que é da diversidade cultural, a liberdade religiosa e suas formas de manifestação devem ser reconhecidas como parte da identidade, como um requisito vital para a formação da sociedade.

Segundo a mesma linha ideológica, Jean Bethke Elshtain, em seu livro “Religious Pluralism, Globalization, and World Politics”⁵⁶, afirma que a sociedade ocidental moderna ainda tem muito o que caminhar no reconhecimento da diversidade cultural, incluindo aí a liberdade religiosa. Para ela, o que tem acontecido atualmente é a valorização de uma política de tolerância, onde, no campo social, as Constituições modernas fazem com que grupos sectários (religiosos) e não sectários tenham que conviver pacificamente. No entanto, essa pacificidade é, na verdade, um meio para que qualquer manifestação pública mais enfática das comunidades religiosas seja rapidamente contestada como algo que não deva vir a público. A autora aponta, por exemplo, que na política de tolerância, o proselitismo⁵⁷ geralmente é rechaçado como algo que ameaça, em todas as ocasiões, a tênue paz pública alcançada pela privatização da religiosidade.

Nesse sentido, para ela, a mera tolerância seria insuficiente para o estabelecimento de um Estado Democrático, o que a faz propor um modelo de reconhecimento, que envolveria duas esferas: a da intimidade, com a construção de identidades individuais; e a do social, com a política do reconhecimento. Esta última teria um sentido de avanço com relação à política de tolerância. Vigoraria, como diz a autora, uma “*deep toleration*”, pois, numa maior preocupação com o valor humano se entenderia que as manifestações públicas da religiosidade deveriam ser protegidas⁵⁸, na medida que não inviabilizassem completamente manifestações diversas.

A autora fala ainda da força que tem a argumentação de que há sempre um risco de que a religião ameace o “equilíbrio” atingido pela política da tolerância. No entanto, ela adverte que o que representa verdadeira ameaça à ordem constitucional é a

⁵⁵ TAYLOR, Derbyshire Jonathan. “Charles Taylor”. *New Statesman* [1996] 20 feb. 2012: 45. Academic OneFile, 12 May 2015. Disponível em: <http://go.galegroup.com/ps/i.do?>, p. 45.

⁵⁶ ALVES, Rodrigo Vitorino Souza ; RIBEIRO, Gabriel de Almeida ; CARDOSO, Guilherme Gonçalves . **Tolerância religiosa e a política de reconhecimento. *Diritto & Diritti***, v. 01, p. 01, 2012. Disponível em: <http://xn--leggedistabilit2013-kub.diritto.it/docs/33919-toler-ncia-religiosa-e-a-pol-tica-de-reconhecimento>.

⁵⁷ Proselitismo, segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, é (...) a atividade que o crente desenvolve ao difundir, por quaisquer meios, as ideias e crenças que professa com o objetivo de conquistar novos adeptos à sua religião. (SANTOS JR., op. cit., p. 273).

⁵⁸ No mesmo sentido, o Juiz Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, quando aponta a congruência entre o modelo de multiculturalismo e o novo termo “interculturalidade”, em que ambos pressupõem “que as diferenças culturais não podem ser ignoradas e que, portanto, a religião, como fator de identidade, não é redutível ao âmbito do privado”. O autor aponta, porém que o interculturalismo avança “para a necessidade da construção de um processo dialógico pautado por certos valores universais comumente reconduzidos à categoria dos direitos humanos, que tem como princípio fundante a dignidade da pessoa”. (SANTOS JR. op. cit., p. 19/20)

depreciação dogmática das religiões e dos fiéis como se dá hoje nos países “laicistas”, uma vez que a religião só é tolerada, nesses contextos, se “privatizada”.

Assim sendo, não restam dúvidas de que a Constituição de 1988 estaria inserida nesse contexto de “profunda tolerância” ou de reconhecimento. Com ela se buscou um processo de secularização que beneficiasse a religião como fonte de dignidade, de liberdade ideológica e de cultura social. Houve a clara preocupação do constituinte em proteger a expressão religiosa, distinguindo-a das outras manifestações da liberdade ideológica. Segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior

“a liberdade de consciência, que é um pressuposto de qualquer liberdade ideológica, protege os que não crêem. Mas as liberdades de crença, de culto e de organização religiosa, que no seu conjunto compõem o Direito fundamental à liberdade religiosa, destinam-se claramente à proteção da expressão religiosa individual e coletiva”.⁵⁹

No plano individual, há o reconhecimento inequívoco de que a religião forma o indivíduo, e sendo aspecto de sua personalidade não pode ser confinada na esfera privada de sua vida, sendo evidente a relação entre a liberdade religiosa e a dignidade do cidadão. No plano coletivo, há a proteção ao culto, às organizações religiosas, à autonomia de organização, às imunidades tributárias etc. Assim, indubitavelmente, o Estado Democrático de Direito em que vivemos, contingenciado pela Constituição de 1988, preocupou-se em reconhecer a liberdade religiosa, dotá-la de significado social e cultural, e assegurar sua viabilização, entendendo sua importância para a sociedade que se almeja construir.

II. 2. A expressão religiosa no ambiente de trabalho e a função social da empresa

Conforme visto no capítulo anterior, o Estado brasileiro segue uma posição de real proteção à liberdade religiosa, reconhecendo a importância de sua expressão para a construção da identidade do cidadão e de sua dignidade, e seu papel na esfera pública, como estruturadora de cultura e de cidadania. Aproveitando a oportunidade, destaca-se ainda que a religião se insere como fonte de argumentação moral e ética,

⁵⁹ SANTOS JR. op. cit., p. 131.

importante também para a composição das ideologias que formam a esfera pública. No âmbito do Direito do Trabalho, algumas das conquistas trabalhistas também foram proporcionadas por doutrinas religiosas. Podemos citar como contribuição legal, mais especificamente do tronco religioso monoteísta judaico-cristão, a ideia do repouso semanal, do salário, do dever de tributar, inclusive a própria construção da dignidade da pessoa humana.⁶⁰ Escaparemos aos detalhes dessas contribuições, pois tal análise nos distanciaria dos objetivos imediatos desse trabalho.

Desta forma, reconhecendo a importância da Liberdade Religiosa para a formação do Estado Democrático de Direito, o Brasil, através da sua Constituição, se distanciou dogmaticamente da tendência moderna do secularismo exarcebado, que tende a um laicismo o qual priva a religião de sua expressão na esfera pública. Ao contrário, nossa Constituição preserva a importância da externalização religiosa, através da garantia de crença e, inclusive, apoia a cooperação entre o Estado e as instituições religiosas, na medida em que essa interação for benéfica ao interesse público.

Entende-se que essa relação entre o Estado e as instituições religiosas é transferida, de alguma forma do contexto de Laicidade do Estado para o âmbito do trabalho, no ambiente corporativo. No mesmo sentido, Manoel Jorge e Silva Neto compreende que a empresa normalmente assumirá a mesma postura imparcial do Estado quanto aos segmentos religiosos, como forma de preservar os trabalhadores que não são vinculados a determinadas crenças, e que seriam constrangidos se a ela estivessem conectados num ambiente profissional em que abraçasse determinada fé⁶¹. No entanto, o próprio professor salienta que essa regra admite exceções, como é no caso das organizações religiosas, que deliberadamente (e não poderia ser diferente) professam determinada fé.

Aloísio Cristovam dos Santos Júnior aborda, por sua vez, três modelos da relação entre a religião e a “empresa”. O primeiro seria o *Modelo de Neutralidade*, que é similar à proferida por Manoel Jorge e Silva Neto, onde a empresa imita a laicidade do Estado. A expressão religiosa seria, portanto, afastada do espaço público empresarial porque, como o Estado, a empresa teria objetivos que autorizariam a diminuição de certos interesses individuais no espaço coletivo.⁶² Quanto a esse modelo o autor traça a crítica delineada até aqui neste trabalho, de que é inevitável que as crenças dos

⁶⁰ SANTOS JR. op. cit., p. 52.

⁶¹ SILVA NETO, op. cit., p. 124.

⁶² SANTOS JR., op. cit., p. 64.

trabalhadores não afetem sua vida no espaço público, inclusive no âmbito profissional⁶³, e que este modelo tende a fazer com que os fins econômicos da empresa prevaleçam sobre os fins sociais, tese que será abordada em algumas linhas com maiores detalhes.

O segundo modelo é o da *Tolerância*. Nele não se busca uma supressão de toda expressão religiosa, mas uma tentativa em se acomodar, sempre que possível, as práticas religiosas dos empregados.⁶⁴

O terceiro é o modelo *Multicultural*, onde a corporação assume uma corrente religiosa como estandarte, limitando o pluralismo religioso em seu meio interno⁶⁵ e tendo respaldo para homogeneizar o ambiente de trabalho, inclusive condicionando a contratação de novos trabalhadores à profissão de mesma fé. No entanto, tal modelo não é defensável no Estado Democrático de Direito brasileiro atual, ao menos como modelo corporativo geral. Isso porque, de maneira irrestrita, tornaria o ambiente de trabalho de algumas empresas hostil a qualquer manifestação religiosa contrária à da empresa, ferindo o Direito individual de alguns trabalhadores.

A restrição do Direito Individual da liberdade religiosa é possível no modelo da tolerância, segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, em outro contexto: o das Organizações de Tendência.

Para o autor, nas *Organizações de Tendência*, haveria uma fuga do modelo corporativo geral em razão de suas especiais características ligadas aos seus fins ideológicos. Nessas organizações, seria lícito que o empregador, para não descaracterizar ideologicamente sua atividade, restringisse a liberdade religiosa de seu empregado. Aloísio descreve três organizações desse tipo. As primeiras seriam as *Organizações Religiosas em sentido estrito*⁶⁶, que se trata na verdade das instituições religiosas e podem, por isso, exigir um maior nível de comprometimento do empregado com a ideologia da instituição. Nessas instituições, se o empregado demonstrar comportamentos que, embora não ilícitos secularmente, são consideradas violadores dos princípios da instituição, ou seja, violadores de regras tanto escritas ou costumeiras, esse comportamento daria ensejo à dispensa por justa causa⁶⁷. Isso vem em consonância com o Direito de autodeterminação dessas instituições, previsto no art. 44 §1º do Código Civil.

⁶³ SANTOS JR., op. cit., p. 64 e 65.

⁶⁴ SANTOS JR., op. cit., p. 66.

⁶⁵ SANTOS JR., op. cit., p. 67.

⁶⁶ SANTOS JR., op. cit., p. 69-76.

⁶⁷ SANTOS JR., op. cit., p. 76.

O segundo tipo de Organizações de Tendência seria as *Organizações Confessionais*⁶⁸, que se originam da atividade econômica *stricto sensu* exercida em vínculo com as organizações religiosas. São, portanto, os bens e os serviços produzidos, que “não se inserem na atividade finalística das igrejas e cultos que as mantêm”⁶⁹. Nesses casos, a organização usufruirá de maiores ou menores privilégios, segundo o autor, dependendo da maior proximidade com os fins da organização religiosa.

Por fim, as terceiras são as *Organizações Empresariais que agregam a finalidade ideológico-religiosa à sua atividade econômica*⁷⁰. Segundo o Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, também para esse terceiro grupo, haveria diferenças entre o tratamento das organizações cuja atividade econômica seja a produção e/ou “fornecimento de bens e serviços voltados a atender aos consumidores religiosos e organizações que desenvolvam atividade econômica que não se insere no mercado religioso”.⁷¹

Para as primeiras, seria possível, em certa medida, a restrição da liberdade religiosa dos trabalhadores, naquilo que fosse incompatível com a atividade, já para as segundas, a princípio, não caberia esse tipo de privilégio, segundo autor.

Ressalva-se, no entanto, que, ao eleger uma profissão religiosa, uma empresa deseja ser reconhecida socialmente como incluída na moral daquela corrente doutrinária. Desta forma, seria razoável alguma restrição das liberdades religiosas completamente incompatíveis com os dogmas os quais são defendidos por aquela instituição, ainda que não tenha como público alvo um mercado religioso específico.

Assim, acredita-se que, com exceção das organizações de tendência⁷², não há como se restringir substancialmente a liberdade religiosa de um trabalhador tendo como objetivo a manutenção de determinada laicidade asséptica empresarial. Não se nega, no entanto, a possibilidade de que uma instituição que não seja uma organização de tendência expresse uma posição religiosa específica. Assim, alia-se a Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, que afirma parecer “razoável reconhecer às empresas o Direito à liberdade religiosa, conquanto com uma compleição mais restrita que à aplicável aos indivíduos e às organizações”.⁷³ A preocupação seria, no entanto, em que

⁶⁸ SANTOS JR., op. cit. p. 76-77.

⁶⁹ SANTOS JR., op. cit., p. 77.

⁷⁰ SANTOS JR., op. cit., p. 78-79.

⁷¹ SANTOS JR., op. cit., p. 78.

⁷² SANTOS JR., op. cit., p. 251.

⁷³ SANTOS JR., op. cit., p. 142.

essa liberdade da organização não ferisse fatalmente a liberdade religiosa daqueles que ali trabalham e não pertencem à mesma fé.

Ressalva-se, ainda, que há situações limítrofes em que a recusa do trabalhador religioso pode se justificar pela própria natureza da atividade empresarial. É o que acontece, por exemplo, com o centro de hemotransusão que se recusa a contratar o empregado da corrente religiosa “Testemunha de Jeová”. A recusa seria justificável uma vez que, ressalvada a hipótese do empregado trabalhar em área estritamente administrativa, o mesmo deveria presenciar ou participar de ato de transfusão de sangue, atividade principal do centro. Por sua vez, o candidato ao emprego, em cumprimento a sua fé, provavelmente se recusaria a tais atividades.

Mas, de modo geral, o Direito deve se preocupar com o fim de garantir que a liberdade religiosa seja viável no ambiente de trabalho, compreendendo que se trata de um importante quesito para a instauração da dignidade do trabalhador.

Cabe ainda ressaltar que sempre será um enorme impeditivo ao respeito da liberdade religiosa no ambiente de trabalho o entendimento errôneo (parte, no entanto, do senso comum empresarial) de que o modelo que o estabelecimento empresarial deve seguir é o modelo de neutralidade “laicista”. Tal estrutura tende à completa interiorização da liberdade religiosa, ou seja, impede qualquer forma de exteriorização de fé, e é contrária aos Direitos instituídos constitucionalmente, além de ir em sentido oposto à Laicidade do próprio Estado, que é amigável com a expressão religiosa. Em outras palavras, instituir um ambiente de trabalho asséptico à liberdade religiosa é completamente inconstitucional.

A questão está diretamente relacionada à má interpretação do modelo de laicidade do Estado brasileiro. Como foi dito no subcapítulo anterior, o Estado brasileiro segue um modelo que tende muito mais à cooperação e à promoção da liberdade religiosa do que a uma laicidade fechada, ou a um “laicismo,” como o que ocorre no Estado Francês, que busca não só a separação entre o Estado e a Religião, mas visa a uma verdadeira extirpação da manifestação religiosa na esfera pública.

Pode-se salientar ainda um segundo importante impeditivo à promoção prática da liberdade religiosa no ambiente de trabalho. Trata-se da própria dificuldade de se reconhecer os Direitos Fundamentais no Brasil, por causa da precária consolidação do Estado Democrático de Direito citado no Capítulo I.

Embasados na suposta justificativa de subordinação jurídica a que se submete o empregado, muitos empregadores simplesmente ignoram Direitos

constitucionalmente instituídos. A dificuldade em se identificar o trabalhador como um ser humano dotado de todos os Direitos e garantias no ambiente de trabalho é impasse que não pode, de forma alguma, subsistir no Estado Democrático de Direito que vivemos. É claro desrespeito à Constituição, situação de evidente ilegalidade jurídica.

Um terceiro impeditivo refere-se às situações em que a viabilização da liberdade religiosa, nos moldes constitucionais no ambiente de trabalho, de alguma forma interfere nos interesses econômicos do empregador. A priorização dos interesses econômico-financeiros seria motivo suficiente para que a liberdade religiosa fosse “justificadamente” violada?

Nesse ponto teremos que resgatar o *princípio constitucional da Função Social da Empresa*. Este princípio veio consolidar o aprendizado que firmou nosso Estado Democrático de Direito de que o capitalismo sem reciprocidade gera um risco para as conquistas sociais e legais alcançadas e, por fim, para a própria sustentabilidade do capitalismo. Com base no princípio da função social, assume-se que a empresa não é o *locus* que se satisfaz com a otimização dos lucros, mas é local em que o lucro é alcançado (posto que um de seus objetivos) em conformidade com a busca de realização pessoal e social do trabalhador. Assim, o empregado deixa de ser simples unidade produtiva para ser sujeito de Direitos. É parte da função social da empresa a garantia e promoção dos valores humanos, através da vivência dos Direitos Fundamentais de todos os envolvidos no ambiente de trabalho.⁷⁴

A busca pelo lucro máximo cede, portanto, o lugar à projeção de Direitos, e nesse caso se insere o Direito à liberdade religiosa do trabalhador, não sendo possível violá-la apenas para promover interesses econômico-financeiros do empregador.

Pode-se ilustrar esta situação com um estudo de caso trazido em sala de aula pelo professor João Leal Amado, da Universidade de Coimbra.⁷⁵

O caso é sobre a dispensa, após processo disciplinar, de uma farmacêutica em Portugal que, durante a vigência do contrato de trabalho, converteu-se ao islamismo. A partir de então passou a fazer uso do véu e a recitar duas orações diárias durante o expediente. O dono da farmácia decidiu despedi-la por: 1) descumprimento do horário de trabalho devido às orações; 2) desobediência ilegítima e reiterada, por se recusar a

⁷⁴ SANTOS JR. op. cit., p. 211/212.

⁷⁵ DARIO, Francislaïne. **Estudo de Caso. Liberdade Religiosa x Contrato de Trabalho**. Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, - Direito Laboral, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Disciplina- Relação Individual de Trabalho. Universidade de Coimbra 2015.

abdicar do véu; 3) provocar conflitos com os colegas e lesão de interesses patrimoniais sérios ao seu negócio, por ter a clientela diminuída em seu negócio.

O primeiro argumento utilizado é que o empregador se viu prejudicado no momento em que sua empregada descumpra o contratualmente acordado e passa a não executar o horário de forma integral. Isso só seria legal pela legislação portuguesa⁷⁶ se a empregada trabalhasse em regime de flexibilidade de horário, caso fosse membro de igreja ou comunidade religiosa inscrita em órgão competente do Governo e com a compensação integral do respectivo período de trabalho.⁷⁷ A empregada não pediu essa flexibilização ao empregador, ou essa compensação.

Quanto aos argumentos 2 e 3 o empregador esclareceu que, inevitavelmente, o uso de véu pela empregada afasta clientes e provoca os colegas de trabalho. Em que pese apontar que começou a surgir uma nova clientela islâmica, aparentemente, o empregador desconsidera essa nova clientela, reiterando que tem perdido sua antiga clientela portuguesa. O empregador deixa escapar duas frases em que demonstra sua desaprovação pessoal à conversão da empregada: 1) que a frequência de pessoas islâmicas à farmácia assustaria os clientes portugueses, “*como era de se esperar*”; e 2) “não é de se causar espanto a reação das pessoas diante de situação atípica”, referindo-se ao uso do véu pela empregada.

Soma-se aos argumentos do empregador o fato da empregada estar contratualmente obrigada ao uso de um uniforme. Desta forma, não poderia, por causa de posterior conversão, exigir uma modificação tácita do contratado, fazendo com que o empregador exigisse que a farmacêutica deixasse imediatamente o uso do véu.

Colhemos o presente caso do trabalho feito pela aluna de mestrado Francislaine Dário, que elaborou sua resposta a favor do empregador, sob o argumento de que este não pode controlar o sentimento e a antipatia dos seus clientes. Assim, seria compreensível que ele não se mantivesse inerte, uma vez que queria proteger seu negócio o qual estava sendo prejudicado com a conversão da farmacêutica. A aluna, portanto, assim como o empregador, desprezam completamente a informação da nova clientela que começou a frequentar a farmácia.

Outro ponto defendido por Francislaine é que o empregado não pode, alegando a liberdade religiosa, promover modificações unilaterais no contrato de trabalho sob a pena de classificar qualquer posicionamento contrário do empregador

⁷⁶ Art. 14º, da Lei 16/2001.

como discriminação. Portanto, entende como não discriminatória a dispensa da farmacêutica.

Nossas opiniões divergem, no entanto. Houve, num primeiro momento, indubitavelmente, a falha da empregada em comunicar ao empregador sua nova confissão de fé, e esclarecer-lhe as novas liturgias a que estaria submetida, dando-lhe a possibilidade da tentativa de adequação. No entanto, o argumento de que o uso do véu pela farmacêutica fez com que parte da clientela portuguesa deixasse de frequentar a farmácia não parece, nem de longe, motivo satisfatório para a dispensa nesta situação, uma vez que o próprio empregador admitiu a presença de uma nova clientela islâmica, mas não a reconhece como legítima. Pode-se iniciar discussão, neste caso concreto, sobre se a dispensa da empregada teria relação com o fato de que o empregador não quisesse que essa clientela islâmica frequentasse sua farmácia, estando então claramente configurado o caráter discriminatório. Ora, quem faz um estabelecimento comercial, a princípio, não tem o aval estatal para que sua clientela seja selecionada, principalmente no que tange à seleção discriminatória. Se assim o fosse legitimaríamos situação muito semelhante ao apartheid. É um fato triste que a sociedade se omita perante a criação de barreiras culturais e sociais em alguns estabelecimentos. Exemplo disso é o tremendo desconforto social que tem gerado a prática dos “rolezinhos” por jovens da periferia brasileira.

O sociólogo Peter Berger aborda sobre esse aspecto da exclusão social em sua teoria dos círculos concêntricos. Para o autor, todo indivíduo está sob a pressão e o controle social das mais diversas instituições: desde a família, que forma o círculo mais próximo ao indivíduo, até os círculos mais distantes, como controle estatal dentro do sistema legal e político.⁷⁸ As instituições exercem o controle social por meio de sanções, que podem ser formais ou informais. As sanções informais, por mais que não “formalmente legitimadas”, exercem altíssima pressão, com impactos psicológicos e sociais que criam barreiras invisíveis, mas físicas, na convivência entre o indivíduo que pertence e o indivíduo que não pertence àquele meio institucional. No caso da farmacêutica, poderíamos apontar uma espécie de sanção social informal, que faz com que sua simples presença no ambiente de trabalho seja considerada repugnante⁷⁹ à clientela portuguesa, que não a vê como pertencente àquele meio e por isso a evita.

⁷⁸BERGER, Peter. **A Perspectiva Sociológica: o Homem na Sociedade**. In: Perspectivas Sociológicas: uma visão humanitarista. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes. 1973, p. 80-90.

⁷⁹ A ideia de repugnância ao indivíduo socialmente não inserido é debatida por Norbert Elias em seu livro: “Os Estabelecidos e os Outsiders”, que em nossa argumentação, se coaduna com a sanção social que exercem os círculos na teoria de Berger.

Apesar de sabermos existentes essas barreiras sociais, é uma clara função do Direito, e mais especificamente, do Direito do Trabalho, realizar uma vedação formal a esse tipo de discriminação. No Estado Democrático de Direito não pode ser juridicamente chancelada como legal uma conduta que reforça o padrão discriminatório. Assim, a dispensa da empregada mulçumana é uma confirmação de que essa população é indesejável, socialmente e inclusive economicamente, no contexto daquele país.

É certo que se trata de um assunto delicado, que merece especial atenção se quisermos realmente construir uma sociedade onde prevaleça o reconhecimento de Direitos. Quando a sanção informal social atinge grupos marginalizados, como os negros, os seguidores de correntes religiosas, os grupos étnicos etc, vemos a iminente necessidade de tutela.

Quanto aos outros argumentos levantados pelo empregador, há concordância com o que propõe Aloísio Cristovam dos Santos Júnior em relação ao uso da indumentária religiosa, o véu, no que concerne ao Direito de autodeterminação da identidade do trabalhador. Para ele, o uso de adereços religiosos deve ser permitido, ainda que haja a determinação contratual do uso do uniforme. Segundo ele: “se o vestuário não for essencial para a prática pode-se analisar a possibilidade de se viabilizar o uso da indumentária própria, ainda que seja uma desigualdade com os outros funcionários, que continuam obrigados ao uso do uniforme.”⁸⁰ Assim, não se pode, com base no princípio constitucional da igualdade, que visa proteger o cidadão e suas liberdades individuais, criar uma situação de violação à liberdade religiosa do cidadão. O princípio da igualdade não pode ser uma camisa de força que impossibilite qualquer diferenciação de tratamentos, violando Direitos, posto que isso contrariaria sua própria finalidade social.⁸¹

O segundo argumento, com o qual a presente pesquisa alia-se a Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, se refere ao posicionamento do empregador de que a posterior conversão da farmacêutica violaria o estabelecido contratualmente, sendo motivo para a despedida. Segundo o autor esse argumento:

(...) remonta a uma visão excessivamente individualista do contrato de emprego, que ignora o princípio da proteção e a própria função social do contrato. (...) Se mudanças ideológicas na política empresarial podem afetar o contrato de trabalho, desde que não desbordem dos

⁸⁰ SANTOS JR., op. cit., p.326.

⁸¹ SANTOS JR., op. cit., p. 246.

limites do *jus variandi*, é indefensável que a conversão religiosa do empregado seja desconsiderada na execução do pacto⁸²

De fato, o contrato de trabalho está sujeito a variações fáticas da relação de emprego. A conversão religiosa é uma situação que, na maior parte das vezes, o crente não pode antever, e normalmente causa grandes modificações em sua identidade e em sua visão de mundo. Considerá-la, sem um fundamento lógico consistente como inadmissível, por ser uma violação ao *pacta sunt servanda*, é impor ônus excessivo ao empregado, que estaria após a conversão situado em outro contexto identitário.

Por fim, o terceiro ponto de consonância com o autor trata sobre as orações que a farmacêutica realizava no período de trabalho. Por certo, houve falha na empregada em não comunicar previamente ao empregador sua nova posição religiosa, e buscar inserir-se na previsão legal portuguesa da flexibilização de horário. No contexto brasileiro, Aloísio Cristovam dos Santos Júnior explica que uma forma viável de acomodação da liberdade religiosa seria a concessão de intervalos intrajornada necessários em que o trabalhador possa fazer as suas orações. Naturalmente, os intervalos não seriam contados na jornada, e nem remunerados, mas atenderiam à demanda do empregador. Outra possibilidade seria o desconto do tempo despendido nas orações dentro da jornada comum⁸³. As duas seriam formas viáveis de se garantir que a liberdade religiosa fosse preservada no ambiente de trabalho sem causar nenhum ônus (ou o menor ônus possível) ao empregador.

Segue-se, então, o questionamento: é possível que um empregador seja compelido a manter empregado religioso quando, para manter sua liberdade religiosa, este empregador deixe de aferir a margem de “lucro ótimo”? Se, de fato, o uso do véu pela farmacêutica realmente passasse a afastar alguns clientes, e não houvesse a contrapartida de chamar a atenção da clientela islâmica, a empregada poderia ser dispensada por “justa causa”, caso o narrado se passasse no Brasil⁸⁴?

Segundo a CLT, no art. 482, os motivos para a justa causa são:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

⁸² SANTOS JR., op. cit., p. 262.

⁸³ SANTOS JR., op. cit., p. 358.

⁸⁴ Para exemplificar com o caso do professor João Leal Amado.

- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

Observa-se que nenhum dos incisos mencionados poderia abarcar a situação mencionada, ou seja, a de causar “prejuízo” ao negócio, quando não se trata de um agir “com desídia” ou “insubordinadamente”. De fato, o que faria a diminuição da margem de lucro do negócio seria algo para além de qualquer conduta voluntária ou maliciosa do empregado, mas estaria relacionada à situação de exclusão social. Nesses termos, não só não caberia a dispensa por justa causa, mas, ao contrário, a manutenção deste trabalhador seria medida social necessária. Aloísio Cristovam dos Santos Júnior parece concordar com esta opinião, ao destacar que é dever do empregador manter o bem estar do empregado no ambiente de trabalho, combatendo qualquer ato discriminatório, ainda que provindo da clientela. Segundo ele:

(...) o empregador é responsável por assegurar aos trabalhadores um ambiente de trabalho digno e saudável, competindo-lhe, por conseguinte, o dever de prevenir e reprimir, com base no seu poder disciplinar, todas as práticas lesivas aos direitos de personalidade de seus empregados, quer provenham de colegas com grau hierárquico superior (...) quer provenham de colegas com o mesmo ou inferior grau hierárquico. Dir-se-á, aliás, que também incumbe ao empregador adotar as providências necessárias para minimizar o risco de que o empregado sofra ofensas aos seus direitos de personalidade perpetradas por terceiros que frequentam o ambiente de trabalho, tais como clientes ou fornecedores.⁸⁵

Além disso, entendemos que a empresa há muito, dentro da evolução paradigmática que resultou no Estado Democrático de Direito, deixou de ter o lucro como exclusividade de objetivo. A função social da empresa trouxe a ela a tarefa de aplicar os valores constitucionais, sendo parte orgânica de uma sociedade que se pretende inclusiva. Assim, o Estado entregaria às empresas o “ônus” de transportar para dentro do negócio os Direitos constitucionalmente estabelecidos ao trabalhador, com

⁸⁵ SANTOS JR., op. cit., p. 217.

uma horizontalização da eficácia dos Direitos fundamentais, repassando para as empresas a necessidade de garantia desses mesmos.

É importante lembrar que a função social da empresa não traz apenas ônus: ela por vezes beneficia o empregador/empresário. Isso acontece, por exemplo, quando a empresa passa por dificuldades financeiras, ocasião em que, se se seguisse as leis “naturais” do mercado sem reciprocidade, a empresa provavelmente não resistiria. Vemos ainda, em muitos casos, a atuação do Estado no sentido de proteger esse negócio e inclusive sua lucratividade, afinal de contas, é deste negócio que se alimenta toda uma cadeia produtiva e que possibilita um mínimo existencial para várias pessoas além das diretamente afetadas. A Lei de Falências (Lei 11.101/05) é um claro exemplo dessa atuação do Estado no sentido de proteger o negócio e assim satisfazer a função social a que ele se destina. A recuperação judicial proposta pela lei é uma ficção que possibilita ao empregador fugir das leis de mercado, na medida em que ainda exista uma viabilidade de sua empresa. Como leciona o art. 47 desta lei:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do **emprego dos trabalhadores** e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a **preservação da empresa, sua função social** e o estímulo à atividade econômica.

Desta forma, pode-se afirmar que a função social da empresa não se destina apenas a acrescentar ônus à atividade, mas a garantir que haja, como o abordado no primeiro capítulo, a autossustentabilidade do capitalismo e o equilíbrio necessário para o desenvolvimento da Sociedade Democrática de Direito. Assim, a empresa atua inclusive como reguladora das pressões sociais mencionadas com Berger, sendo meio para que se quebrem preconceitos, incluam-se cidadãos antes excluídos e se garantam Direitos. Vemos iniciativas Estatais nesse sentido no Brasil, com leis que garantem a integração de trabalhadores deficientes⁸⁶, negros e indígenas no quadro de pessoal, principalmente em cargos públicos, e também com incentivos e exigências de que empresas privadas adotem as mesmas medidas. Além disso, temos o exemplo da proibição feita pela portaria interministerial n. 869/92 pelo Ministério da Saúde e da Educação, quanto à exigência de exame pré-admissional sobre HIV em empresas

⁸⁶ Aloísio Cristovam dos Santos Júnior fala sobre essa questão apontando que “Há um consenso de que a asseguaração da dignidade do trabalhador portador de deficiência demanda medidas específicas de proteção destinadas não apenas à sua inclusão no mercado de trabalho, mas também à sua adaptação ao espaço físico onde a prestação de serviços se desenvolve, constituindo uma pauta cuja relevância para a construção de uma sociedade justa e solidária justifica a imposição à empresa dos custos decorrentes” (SANTOS JR., op. cit., p. 236).

privadas⁸⁷, e a própria criação da Lei 9.029/95, que impede a dispensa discriminatória, inclusive por motivos religiosos.

Se apontamos como verdadeira a ideologia sutil que se nos apresenta de que a busca exclusiva pelo “lucro ótimo” do empregador é mais importante do que o exercício da empresa que, atendendo sua função social percebe lucros menores, então retornaremos a ideologia predominante no Estado Liberal. Ora, foi neste paradigma de Estado que houve a busca do lucro sem as traves que trouxe o Direito do trabalho, onde restou demonstrada a incapacidade do capitalismo sem reciprocidade de se manter. No Estado Democrático de Direito, em que pese existir, por vezes, uma diminuição do lucro bruto do empregador, a longo prazo temos a atividade mais lucrativa pois viável e autossustentável.

Desta forma, acredita-se que a ideologia dominante no Estado Democrático de Direito não pode ser apenas teórica, servindo como belo discurso que esconde a realidade de um capitalismo sem reciprocidade, o qual tende ao fracasso econômico e social.

Finalizando este subtópico, torna-se ainda relevante a explicitação sobre proposta de “Adequação Razoável” da liberdade religiosa no ambiente de trabalho, que vigora na jurisprudência norte-americana. Interessante destacar, preliminarmente, que os Estados Unidos, como mencionado no primeiro capítulo, é um dos países que promovem o discurso ultraliberal. Apesar da relativização de muitas proteções, vê-se neste país uma preocupação na manutenção dos Direitos individuais que se acreditam fundantes da democracia americana, entre eles a liberdade religiosa. Para eles, o empregador teria o dever de acomodar as “práticas religiosas de seus empregados, desde que isso não implique dificuldades indevidas para a condução de seus negócios”⁸⁸. Trata-se, portanto, de uma adequação razoável, na medida em que não caracterize ônus excessivo ao empregador. Caso ficasse provado que todas as formas disponíveis de acomodação acarretariam um ônus excessivo para a condução dos negócios seria justificável a dispensa do empregado⁸⁹. Em que pese essa regra geral, observa-se que os Tribunais Superiores têm dispensado ao empregador provar que todas as formas

⁸⁷ RAMOS, Ana Luísa Meurer. **A Preemência dos Princípios Constitucionais Frente ao Poder Patronal**. In: Tutela Jurídica do Trabalhador Soropositivo: Desafios Jurídicos de Inovação e Desenvolvimento. Organizadores: Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e Eduardo Milléo Baracat- São Paulo: Clássica, 2013.

⁸⁸ SANTOS JR., op.cit., p. 224.

⁸⁹ SANTOS JR., op.cit., p. 229.

alternativas de acomodação são inviáveis, fazendo com que o dever de acomodação seja bem menos amplo do que tem exigido os tribunais inferiores.⁹⁰

É passível se concordar com o Aloísio Cristovam em seu posicionamento sobre a viabilidade da aplicação da Adequação no Brasil, ressaltando, no entanto, que não basta, no nosso ordenamento, que a adequação seja apenas razoável, nos moldes americanos, mas que seja eficaz, fazendo com que a empresa cumpra a sua função social. Conforme afirma Weingartner Neto:

É possível sustentar, assim, que também no direito brasileiro, até com mais razões que no direito americano, o empregador tem o dever de acomodar as práticas religiosas de seus empregados, de modo que numa primeira análise devem ser rejeitadas todas e quaisquer concepções que pretendam criar ambientes de trabalho assépticos à fé religiosa ou *religion free zones*, marcadas pelo receio dos indivíduos de vivenciar e compartilhar as suas ideias religiosas⁹¹

Reitera-se, no entanto, que a adequação “razoável” é, muitas vezes, insuficiente para que se promova a função social da empresa e a justiça social que é delegada como função ao trabalho, não apenas na esfera da liberdade religiosa. Assim, acredita-se na possibilidade de se aplicar a Adequação, mas de forma mais ampla do que se sujeitar a uma razoabilidade que nos remete ao antigo Estado Liberal.

⁹⁰ SANTOS JR., op.cit., p. 231.

⁹¹ WEINGARTNER NETO, 2007:233 APUD SANTOS JR., op.cit., p. 242.

CAPÍTULO III

OS BATALHADORES PENTECOSTAIS

III.1. O Pentecostalismo no Brasil: Origens e Características.

Para entender o Pentecostalismo brasileiro é necessário que retornemos às suas origens históricas. Apesar de ser conhecido como um movimento que se alastrou mundialmente a partir da experiência de “reavivamento” norte-americano, sendo a que mais influenciou o Pentecostalismo brasileiro⁹², muitas das características marcantes do Pentecostalismo tiveram origem bem mais remota.

Montano, em meados do ano 150, por exemplo, já anunciava para fiéis um cristianismo permeado por sinais milagrosos, curas divinas, o “falar em línguas” (Xenoglosia), entre outras manifestações⁹³. Outros movimentos, como o pietismo alemão, o reavivacionismo anglo-saxão e os movimentos Holiness também contribuíram para sua formação.⁹⁴ Este último movimento, iniciado pelo inglês precursor da Denominação Metodista, John Wesley (1703/1791), propunha que, após a conversão (Justificação) do fiel, haveria um processo contínuo de santificação⁹⁵. As suas ideias foram exploradas no contexto estadunidense, anos depois, a partir de instituições como a Nacional Holiness Association (1867)⁹⁶ com os chamados “Camp Meeting” e com os “circuit rider”, pregadores intinerantes e com pouca instrução, que levavam a mensagem avivalista.

O movimento realmente ganhou forma com Charles Parham e, posteriormente com W.J. Seymour⁹⁷. Em 1900, Charles Parham, pregador de origem metodista⁹⁸, funda o Colégio Bíblico Betel, em Topenka- Kansas, e propõe aos alunos do curso teológico a busca por uma experiência semelhante à descrita em Atos 2, no denominado “Pentecostes”, ao qual chamou “terceira bênção”⁹⁹. Parham obtém como

⁹²CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do Pentecostalismo Brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005, p. 47.

⁹³ CAMPOS, L., op. cit., p. 103.

⁹⁴ CAMPOS, L., op. cit., p. 110.

⁹⁵ CAMPOS JR. Luís de Castro. **As Religiões na História- Pentecostalismo: Sentidos da Palavra Divina**. Editora Ática- São Paulo- 1995, p. 21. No mesmo sentido CAMPOS, L., op. cit., p. 105 e 110.

⁹⁶ CAMPOS, L. op. cit., p.106.

⁹⁷ SHERRILL, John L. **Eles falam em outras Línguas**. Tradução: João Marques Bentes. Revisão: Gordon Chown. Ed. Sociedade Evangélica Betânia, São Paulo:1969, p. 57 a 61.

⁹⁸ SHERRILL, J. op. cit., p. 45.

⁹⁹ CAMPOS, L. op. cit., p. 108.

respostas a cura divina e a Xenoglosia ¹⁰⁰¹⁰¹, esta última através da experiência espiritual de uma de suas alunas, Agnes N. Ozman Laberge (1870-1937), experiência que se alastrou posteriormente por todo o grupo e se tornou estandarte do movimento Pentecostal.

Mas os contornos do Pentecostalismo se tornam bem delimitados, principalmente quanto às suas liturgias quando, em 1905, em Houston, Parham começa a lecionar em uma escola bíblica suas experiências espirituais. Ouvindo as aulas, do lado de fora da sala estava William Seymour, o pregador pertencente à seita Holiness,¹⁰² filho de ex-escravos que, por conta de sua cor de pele, era impedido de participar formalmente das aulas de Parham¹⁰³.

Seymour, então, convencido das Lições de Parham sobre a “terceira bênção”, começa pequenas reuniões em uma casa ao norte de Los Angeles, e pouco tempo depois se transfere para um templo antigo e fechado pertencente à Igreja Metodista na rua Azuza¹⁰⁴. Foi aí que o movimento Pentecostal ganhou enorme repercussão, sendo amplamente divulgados os fenômenos transcorridos nesta pequena igreja, que mais tarde seria considerada “American Jerusalem- Azuza Street”.

Os membros da igreja de Seymour eram, em sua maioria, negros e imigrantes. Os cultos tinham como características litúrgicas a liberdade da expressão do corpo, o improvisado, os cânticos alegres e informais, as orações simultâneas e em alto volume. Segundo Luis de Castro Campos Júnior, eram “pessoas pertencentes a um segmento da população marginalizado pela discriminação racial e social, e que encontraram na religião, de cunho popular, uma maneira de enfrentar essas dificuldades”¹⁰⁵. De fato, essas pessoas vivenciavam no Pentecostalismo uma experiência bastante diferente da que lhes era proporcionada nas liturgias e inclusive na doutrina das igrejas Protestantes Tradicionais. Havia uma enorme carga emocional nos cultos e um crescente envolvimento da esfera religiosa com os problemas sociais

¹⁰⁰ Xenoglosia é sinônimo aqui do ato de falar em “línguas estranhas”, e significa falar numa língua ininteligível ao orador. Esclarece Sherrill (SHERRILL, J., op. cit., p. 22-35) que nos primeiros sinais do “dom de línguas”, no início do movimento pentecostal, a língua falada normalmente era entendida por algum estrangeiro em solo americano como sua própria língua natal, sendo que o que falava jamais teria tido contato com tal língua. Porém, muitas vezes, no fenômeno do “falar em línguas”, não é possível identificar de imediato a língua falada pelo crente como uma língua conhecida. Alguns fiéis acreditam se tratar, nesse momento, da língua dos anjos, prevista em I Coríntios 13:1. Para alguns dos autores citados (CAMPOS JR. e CAMPOS), justamente por ser incomum não haver essa interpretação imediata do “falar em línguas” o fenômeno seria denominado “Glosolalia”. Este termo é usado com o significado de falar em línguas inteligíveis, com verbetes repetitivos, possivelmente inventados pelo orador, sendo, portanto termo geralmente ligado a quadros psicopatológicos de transe. Trataremos aqui o fenômeno como Xenoglosia, para evitar o caráter pejorativo que a denominação Glosolalia empresta ao fenômeno.

¹⁰¹ CAMPOS JR., L., op. cit., p. 22./ SHERRILL, J., op. cit., p. 46 a 61.

¹⁰² CAMPOS JR., L., op. cit., p. 22/ CAMPOS, L. op. cit., p. 103.

¹⁰³ CAMPOS, L. op. cit. p. 108/109.

¹⁰⁴ CAMPOS JR., L., op. cit., p. 23.

¹⁰⁵ IDEM.

vivenciados pelos seus fiéis. No campo doutrinário, um exemplo marcante é a comparação com o Calvinismo Tradicional, onde a tese da soberania total de Deus e de que a graça de Deus seria apenas para os “escolhidos”, contrapõe-se à ideia tão disseminada no Pentecostalismo de que a graça de Deus era para todos.¹⁰⁶

Ao mesmo tempo em que os acontecimentos da Rua Azuza são noticiados pela imprensa, surgem em grande peso as críticas ao movimento: taxou-se a experiência como de “africanização da cultura americana”¹⁰⁷ (conferindo sentido negativo a essa “africanização”); classificou-se a manifestação como um tipo moderno de fanatismo religioso e existiram até mesmo críticas pessoais do movimento Holiness a Seymour.¹⁰⁸

Houve, ainda, divergências internas ao movimento Pentecostal, principalmente no campo teológico. William Durham, pastor da denominação Batista clássica que havia se “convertido ao Pentecostalismo”, levanta-se em oposição à doutrina das três bênçãos, proposta originalmente por Parham, alegando que as duas primeiras bênçãos (conversão e santificação) seriam uma só, e a segunda bênção seria o batismo com o Espírito Santo.¹⁰⁹

Após os acontecimentos da Rua Azuza, muitas das correntes Protestantes Clássicas, como a Batista, a Luterana e a Presbiteriana, além do próprio Metodismo, passaram por movimentos internos que adotavam as novas trazidas do Pentecostalismo. Além disso, surgiram novas instituições, como “Assemblies of God General Council” (que mais tarde ganharia o nome de “Assembleia de Deus”); “Church of God by Faith”, “Pentecostal Assemblies of the World”, “Pentecostal Assemblies of Jesus Christ”, “Apostolic Faith Mission”. A expansão desses movimentos para diversos outros países se tornou visível, como foi o caso da “Igreja do Evangelho Quadrangular”, que chega ao Brasil em 1951, e tem como sua fundadora Aimeé Simple Mcpherson, uma pregadora que iniciou seus trabalhos em Los Angeles¹¹⁰.

Mas os primeiros trabalhos religiosos Pentecostais no Brasil foram iniciados por Luigi Francescon, Daniel Berg e Gunnar Vingren, pregadores que ouviram as primeiras lições de W.H. Durham.¹¹¹ Havia ainda um grupo dissidente de metodistas no Rio de Janeiro que seguiam a doutrina Wesleyana, com aspectos muito semelhantes ao do novo Pentecostalismo.¹¹²

¹⁰⁶ CAMPOS JR., L. op. cit., p. 19.

¹⁰⁷ CAMPOS JR., L., op. cit., p.23.

¹⁰⁸ CAMPOS, L., op. cit., p. 111.

¹⁰⁹ CAMPOS, L., op. cit., p. 109 e 111.

¹¹⁰ CAMPOS JR., L., op. cit., p. 36-38.

¹¹¹ CAMPOS JR., L., op. cit., p.27.

¹¹² CAMPOS JR., L., op. cit., p 47 e 48.

Daniel Berg e Gunnar Vingren chegam ao Brasil em 1910. Ambos eram imigrantes suecos nos Estados Unidos, e inicialmente eram missionários da Igreja Batista de Durham. No Brasil, eles entram em dissensão com os Batistas locais “Clássicos”, que não aceitavam o “batismo do Espírito Santo”, então decidem fundar a “Missão da Fé Apostólica”, no Pará, e em 1918 filia sua igreja à “Assembleia de Deus” de origem Norte-Americana.¹¹³ A partir de então as igrejas Assembleia de Deus se expandem rapidamente, entre 1930 e 1950 principalmente nos Estados do Maranhão, Amazonas e Ceará e posteriormente (1950-1990) para a região sul do país através do trabalho “missionário”, onde pregadores leigos fundavam novas congregações dessa mesma denominação¹¹⁴.

Já Luigi Francescon era um imigrante italiano, que saiu dos Estados Unidos em direção ao Paraná visando levar a mensagem Pentecostal às colônias italianas.¹¹⁵ Depois de um desentendimento com a liderança Presbiteriana local, funda a igreja chamada “Congregação Cristã”. Segundo Luis de Castro Campos Jr., Francescon fora operário e, portanto, “possuía linguagem simples, conseguindo assim atrair, no início de seu movimento, os setores mais pobres da população. Mas esse ramo Pentecostal não ficou restrito às camadas mais pobres, atualmente empresários e uma parte diminuta da classe média fazem parte dele”.¹¹⁶

Surgiram ainda, iniciativas genuinamente brasileiras, como é o caso da igreja Pentecostal o Brasil para Cristo (IPBC), fundada por Manuel de Melo, um migrante pernambucano que, após passar pela Igreja Assembleia de Deus e pela Igreja do Evangelho Quadrangular, funda, em 1956, a IPBC em São Paulo. O fato de ser um migrante nordestino faz com que um grande número de pessoas em situação similar tivesse interesse por sua mensagem, sempre transmitida de maneira simples. Assim, talvez de forma ainda mais acentuada do que em outras denominações, suas pregações e ações abordavam enfaticamente os problemas sociais¹¹⁷. A Igreja Pentecostal Deus é Amor foi constituída a partir de uma divisão da IPBC, liderada por um dos membros: David Martins Miranda. Conhecida como uma igreja com rígidas regras quanto a usos de vestuário e costumes de seus fiéis, como a separação entre homens e mulheres no templo e a proibição de assistir televisão, a “Deus é Amor” foi fundada em 1961. Atinge, inicialmente, os segmentos mais pobres da população paulista, e, através do

¹¹³ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 30 a 36.

¹¹⁴ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 32.

¹¹⁵ CAMPOS JR, L., op. cit., p.27.

¹¹⁶ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 28.

¹¹⁷ CAMPOS JR., L., op. cit., p. 40/41.

programa de rádio “a voz da libertação”, a partir de 1982 chega à América Latina e a hispânicos residentes dos EUA.¹¹⁸

Várias outras denominações foram surgindo no Brasil: em 1930, no Nordeste, surgiram a Igreja de Cristo e a Igreja Adventista da Promessa¹¹⁹; entre 1953 e 1956 surgiram a igreja Evangélica do Espírito Santo, a Igreja Evangélica Independente, a Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia no Brasil¹²⁰. Além destas, muitas outras denominações surgiram, e continuam surgindo ainda hoje, quase que diariamente, algumas delas frutos de novas divisões das denominações pré-existentes.¹²¹

No Brasil, à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, houve também um intenso processo de “renovação” das denominações Protestantes Clássicas, principalmente das Presbiterianas e das Batistas. São denominações que apesar de compartilharem a mesma doutrina das igrejas originalmente Pentecostais, mantêm uma estrutura organizacional tradicional. As correntes Protestantes históricas possuem geralmente uma organização hierárquica mais rígida e uma maior preocupação com o preparo acadêmico de seus pastores e líderes. São marcadas por um “caráter mais racional” acerca da interpretação religiosa. Os futuros dirigentes são encaminhados a seminários e faculdades onde estudam não apenas Teologia, mas recebem noções de Psicologia e Ciências Sociais¹²². Já as igrejas que surgiram dentro do Pentecostalismo geralmente se preocupam menos com essa capacitação intelectual por entenderem que a mensagem espiritual do evangelho é simples e demanda menos de um “entendimento carnal” do que de uma “sensibilidade espiritual”. Muitos dos líderes encarregados dos trabalhos são escolhidos entre os próprios membros da comunidade, tornando-o muito próximo dos membros, inclusive viabilizando o surgimento de novas denominações a partir de pequenas dissensões entre membros e a liderança.

Aliás, a proximidade entre os membros da comunidade Pentecostal é uma característica bastante interessante de se ressaltar, conforme afirmou Ricardo Mariano:

Com exceção das denominações que priorizam o evangelismo de massas e realizam cultos em grandes catedrais (...), as igrejas pentecostais tendem a formar comunidades religiosas relativamente estáveis e pequenas. Isto é, elas são compostas por congregações e pequenos templos em que todos se conhecem, residem no mesmo bairro e compartilham coletivamente crenças, saberes, práticas, emoções, valores, os mesmos modos e estilos de vida, moralidade e

¹¹⁸ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 41 a 47.

¹¹⁹ CAMPOS, L. op. cit., p. 112.

¹²⁰ CAMPOS JR, L., op. cit., p.50.

¹²¹ IDEM.

¹²² CAMPOS JR, L., op. cit., p. 72/73.

posição de classe. (...) São laços gerados por meio do contato pessoal, de relações face a face, estabelecidas em frequentes e sistemáticas reuniões coletivas realizadas semanalmente, ano após ano. Eles tendem, assim, a formar relações fraternais de amizade, de confiança mútua e também de solidariedade com os ‘irmãos necessitados’.¹²³

O Pentecostalismo, no Brasil, manteve muitas das características do avivalismo presenciado na rua Azuza, mantendo os cultos com liturgias mais espontâneas, onde o fiel se sente à vontade para extravasar suas angústias, seus temores, dando vazão ao emocionalismo como forma de se enfrentar, por meio da fé, as constantes lutas do cotidiano. A Xenoglosia, que é a prática de falar em “línguas estranhas”, também se manteve presente, assim como a doutrina da cura divina, originalmente proposta por Parham. Quanto à cura divina, Luis de Castro Campos Júnior oferece uma interessante visão sobre como nesta doutrina se percebe claramente a igreja oferecendo um suporte social que não foi alcançado pelos fiéis dentro da sociedade. O povo pobre encontra nos movimentos de cura divina o alívio para suas dificuldades. Segundo ele, os precários serviços de saúde e assistência social são, de alguma forma, supridos através do amparo religioso¹²⁴, mesmo que precariamente, assim como se busca suprir outros problemas vitais vivenciados pelos setores marginalizados, através dos milagres, das revelações, das profecias e de visões. É o caso ainda na crença da “proteção divina”, ou seja, os fiéis creem que Deus os guarda e os livra de problemas cotidianos, como de acidentes de trânsito, furtos, roubos e outras formas de violência.¹²⁵

São também comuns os testemunhos perante a igreja, quando se alcança um pedido feito por meio de oração, como a conquista de um emprego, de um bem, a conversão de um parente ou amigo, a obtenção da cura almejada. Essa era uma prática também muito comum na igreja de Seymour. A ocorrência de vigílias como forma de “santificação” e a busca da manifestação dos “Dons do Espírito Santo”, que são o falar em línguas (xenoglosia), as curas, a fé, as profecias, a interpretação de línguas, o discernimento de espíritos, a operação de milagres, a sabedoria e a ciência, também são uma constante nestas reuniões.

Destacamos ainda a crença na ação de espíritos malignos e no exorcismo com as orações de libertação.

¹²³ MARIANO, Ricardo. *O Pentecostalismo no Brasil, cem anos depois. Uma religião dos pobres*. Entrevista com Ricardo Mariano- *IHU - Unisinos/Adital**. 17.05.10 – BRASIL. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=47821>. Acesso em 25/03/2015.

¹²⁴ CAMPOS JR, L., op. cit., p.115/116.

¹²⁵ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 117.

É também comum que o fiel Pentecostal se preocupe com a prática proselitista. Primeiramente, porque há a crença de que a ausência de salvação (muitas vezes interpretada como a não conversão do indivíduo ao Pentecostalismo) leva à “morte eterna”. O proselitismo então assume, para o fiel, a forma genuína de demonstrar empatia, amor e cuidado com pessoas em sua volta. Além disso, como apregoam algumas outras denominações protestantes, os Pentecostais aguardam a segunda vinda de Cristo para um futuro próximo, quando Ele implantará uma sociedade mais justa. Na ocasião de Sua segunda vinda, haverá a entrega de galardões aos fiéis que, entre outras coisas, mais “conquistaram almas”, ou seja, que melhor desenvolveram seu papel proselitista, alcançando novos fiéis, fazendo com que a prática seja constantemente louvada no seio Pentecostal.

A conversão ao Pentecostalismo necessariamente gera um conjunto de transformações na vida do fiel, uma vez que, segundo acreditam, todos deverão prestar contas a Deus de seus atos, sendo justificados os erros cometidos antes da conversão do fiel, mas pesados os erros cometidos após este ato. Desta forma, vícios em bebidas, cigarros, entorpecentes são abominados nesta “nova vida” do fiel, assim como qualquer tipo de prostituição, adultério, enfim, de qualquer ato ilícito. É possível vislumbrar, então, que a renda familiar deixa de ser gasta com esses itens, possibilitando a sobra do dinheiro para acúmulo gradativo e viabilizando a ascensão social.^{126 127}

Por fim, é interessante que avaliemos quem forma o grupo Pentecostal no Brasil. Segundo o IBGE, no censo realizado em 2010, podemos ver que, mesmo após mais de um centenário da chegada do Pentecostalismo no Brasil, o movimento continua a crescer e a atrair diversas classes, entre elas as classes marginalizadas da população, o que nos faz deduzir que sua mensagem se mantém contextualizada ao cenário brasileiro. A pesquisa apontou que de 1980 a 1991, o número de pessoas que se declaravam evangélicas¹²⁸ passou de 6,6% para 9,0%, com destaque para o segmento Pentecostal que cresceu, no mesmo período, de 3,2% para 6,0%. Em 2000, o número dos evangélicos foi para 15,4% da população, e no último censo, realizado em 2010, constatou-se que este segmento representa 22,2%.¹²⁹

¹²⁶ CAMPOS JR, L., op. cit., p. 150.

¹²⁷ Sobre a este assunto, abordaremos mais especificamente no capítulo seguinte.

¹²⁸ O IBGE classifica as correntes evangélicas em: 1) Evangélicas de Missão (que seriam as Protestantes Tradicionais); 2) Evangélicas de origem Pentecostal; e 3) Evangélica não determinada.

¹²⁹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. ISSN 0104-3145. Rio de Janeiro, 2010, p. 89-90.

Na região Centro-Oeste, foco da presente pesquisa, o total de pessoas que se declaram evangélicas foi de 26,8%, em 2010. Nesta região, entre o total da população, o percentual de pessoas que se declaram Pentecostais cresceu de 13,4%, em 2000, para 16,6%, em 2010.¹³⁰

Entre os que afirmaram ser praticantes de segmentos religiosos Pentecostais, 8,5% se declarou negro, segundo maior índice de população que se identifica como negra entre as pessoas que se assumem religiosas, perdendo apenas para o grupo “Umbanda+Candomblé”, unidos pelo censo. 48,9% dos Pentecostais se declarou pardo. Dos entrevistados que se identificaram como seguidores de algum grupo religioso, foi entre os Pentecostais que se obteve o menor percentual de pessoas que se declarou branca: 41,3%.¹³¹

Com relação à escolaridade, 91,4% dos evangélicos Pentecostais com 15 anos de idade ou mais afirmaram ser alfabetizados, mas destes, apenas 4,1% possui nível superior completo, sendo o menor índice nesta categoria entre os grupos pesquisados; e ainda 42,3% possui o ensino fundamental incompleto.¹³²

Por fim, quanto ao perfil sócio-econômico dos Pentecostais, percebe-se que este é o segmento religioso com a maior proporção de pessoas que aferem pequeno rendimento: 63,7% dos Pentecostais ganha até 1 salário mínimo¹³³.

Desta forma, podemos observar que o Movimento Pentecostal hoje, com relação ao perfil de fiéis, não se diferencia drasticamente do Pentecostalismo norte-americano e do que foi seu público alvo à época.

III. 2. A Influência da Doutrina Pentecostal na Ascensão Social da “Ralé” e a Nova Classe Média “Batalhadora”

Antes de iniciar o estudo do presente capítulo é necessário reiterar quem são os Pentecostais. Conforme se abordou no capítulo anterior, a doutrina Pentecostal ganhou força no Brasil em um movimento que foi se diluindo com o tempo em diversas e incontáveis denominações. O movimento Pentecostal atingiu tal força que foi capaz,

¹³⁰ IBGE, op. cit., p. 92.

¹³¹ IBGE, op. cit., p. 101.

¹³² IBGE, op. cit., p. 104.

¹³³ IBGE, op. cit., p. 105.

no contexto brasileiro, de contagiar inclusive segmentos da mais tradicional denominação cristã do país: a Igreja Católica. O recente “movimento carismático” da Igreja Católica começou a defender a cura divina, o falar em línguas e a maior espontaneidade de culto, muito se assemelhando às correntes Pentecostais Protestantes. Para completar a diversidade e complexidade do que representa o movimento, algumas igrejas Pentecostais perderam parte das características mais marcantes presentes na origem do movimento, a exemplo: a ideia da igreja que forma uma pequena comunidade unida por laços afetivos, com fácil acesso à liderança geralmente leiga. Trata-se de um fenômeno também bastante interessante, qual seja, o movimento “Neopentecostal”, no qual estão entre as denominações mais conhecidas as igrejas: Universal do Reino de Deus; Comunidade Cristã Ministério da Fé; Igreja Mundial do Poder de Deus; Igreja Internacional da Graça de Deus; Ministério Sara Nossa Terra; para citar alguns exemplos.

Luis de Castro Campos Júnior, abordando sobre os Neopentecostais afirma que:

As doutrinas preconizadas por eles são as mesmas do pentecostalismo, o que muda é a forma como elas são transmitidas. Nesse sentido pode-se considerar que a IURD [Igreja Universal do Reino de Deus] encontrou uma maneira eficaz para sua expansão, que começa já na preparação de seus pastores, na instituição encarregada de formar os futuros líderes. Eles recebem uma instrução “fundamentalista” (como os demais ramos pentecostais), mas se destacam dos demais por introduzirem, nos cultos, um estilo de show.¹³⁴

Desta forma, o culto nessas igrejas adequa-se a um padrão televisivo típico, onde se estabelecem limites horários para cada programação litúrgica, e se tornam preocupações dos pregadores focar em programações que chamem maior atenção do público. São ainda estabelecidas metas para a aquisição de novos fiéis, através do proselitismo de massa, muito mais do que o proselitismo pessoal que propõem as correntes Pentecostais originárias. Geralmente há uma rede bem vultosa de pastores que se organizam hierarquicamente para cada templo, o que por vezes faz com que a

¹³⁴ CAMPOS JR., op. cit., p. 56. Aproveitamos para observar que o termo “fundamentalista” usado pelo autor é muitas vezes usado em caráter pejorativo para ridicularizar ou criticar a doutrina pentecostal como doutrina intolerante ou irracional. Apontamos que o termo em si não é equivocado, uma vez que usado, em sua origem, para denominar aqueles fiéis que buscavam viver experiências religiosas de forma mais próxima possível à prescrita nas escrituras. O movimento pentecostal surgiu, de fato, da busca por uma vivência religiosa parecida com o fenômeno do pentecostes descrito na bíblia, como buscou Parham, tornando-a, em seu sentido mais basilar, uma doutrina fundamentalista. Em que pese ser um termo coerente com a prática do movimento, evitaremos utilizá-lo no texto devido ao aspecto pejorativo que ganhou, que, como se vê, nada tem a ver com o seu real significado.

estrutura da igreja se confunda com a estrutura de uma empresa típica, semelhante à da análise de Bordieu, com uma verdadeira “economia de bens simbólicos”¹³⁵. Prova disso são os recorrentes processos que recebem os tribunais trabalhistas (no nosso caso, o TRT da 10ª Região¹³⁶), onde o pastor local pede à justiça a aplicação dos Direitos trabalhistas típicos, querendo sua inserção como verdadeiro empregado do templo onde exerce, com diversos outros pastores, o seu sacerdócio. Não serão abordadas essas demandas na presente pesquisa por entender-se que elas fogem ao objetivo primordial de analisar as demandas Pentecostais típicas do “Pentecostalismo Original”.

De modo geral, podemos afirmar que as igrejas Neopentecostais, com sua forma organizacional, distanciam-se bastante de alguns dos principais motivos pelos quais a ética Pentecostal promoveu o surgimento de uma nova classe social: a “nova classe média” que ascende econômica e socialmente, tópico que será objeto de estudo neste capítulo. Podemos, no entanto, ressaltar que o Neopentecostalismo, por sua lógica doutrinária própria, poderia inclusive promover a ascensão econômica dos fiéis, mas que normalmente não seria acompanhada da típica ascensão social que envolve a nova classe média Pentecostal¹³⁷.

Assim, compreenda-se como “Pentecostais” as correntes que se aproximam de forma mais visível do que se entende por Pentecostalismo Original, ou seja, as denominações que formam comunidades menores, que compartilham valores, estilos de vida, moralidade e posição de classe, numa relação fraterna de empatia, amizade e confiança, onde os membros se conhecem e se ajudam mutuamente¹³⁸. Então, excluímos da análise as correntes Neopentecostais, e inclusive, os segmentos de Renovação Carismática da Igreja Católica, em que pese o compartilhamento de traços doutrinários e teológicos.

Definido, portanto, o grupo alvo do estudo deste capítulo, passemos então à análise do porquê, para Jessé de Souza e seus colaboradores no livro “Os Batalhadores

¹³⁵ PAZ, Nivia Ivette Núñez de la Paz; LINK, Rogério Sávio. **Bourdieu e o fazer teológico**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Volume 14, set.-dez. de 2007 – ISSN 1678 6408. Disponível na Internet: <http://www3.est.edu.br/nepp>, p.69.

¹³⁶ Para citar alguns exemplos: 00073-2009-010-10-00-0 RO, 01756-2011-017-10-00-4 RO, 0001756-09.2011.5.10.0017 RO, 01150-2010-018-10-00-4 RO. Podemos, no entanto, apontar casos excepcionais em que esta demanda se dá com pastor tipicamente pentecostal, como em 00459-2008-007-10-00-9 RO, onde pastor da igreja Deus é Amor, pede o reconhecimento de relação de emprego.

¹³⁷ Podemos apontar que as correntes neo-pentecostais se aproximam muito mais das camadas que Jessé de Sousa trata como ralé, como mostraremos no texto mais à frente. Isso porque, em que pese promover uma ascensão econômica imediata, a falta de empatia entre os membros entre si e a liderança, por se tratar de organizações maiores, acaba por não fazer acompanhar à ascensão econômica uma ascensão social. Falta a rede de confiança que dá suporte ao batalhador, nova classe média. Quando ocorre a ascensão econômica e o social do fiel neopentecostal, normalmente, isso fará com que ele, ou busque uma corrente protestante clássica, ou busque as denominações neopentecostais mais elitizadas, como é o caso da Igreja Sara Nossa Terra, ou a Igreja Internacional da Graça de Deus, para citar alguns exemplos.

¹³⁸ MARIANO, R.op. cit.

Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?”, os Pentecostais, a partir de sua ética religiosa, formam hoje no Brasil uma nova classe média e uma nova classe trabalhadora, formada por “batalhadores”, que ganham cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho.

Os autores Brand Arenari e Roberto Torres, inicialmente, apontam que o surgimento do pentecostalismo se deu na verdade não somente como um movimento religioso das classes dominadas, mas como um movimento social que acolheu os trabalhadores urbanos, os quais tinham migrado do campo e os trabalhadores fordistas remanescentes¹³⁹. De fato, no Brasil, demonstrou-se que o público alvo do Pentecostalismo foram os migrantes camponeses e os trabalhadores braçais urbanos. Pode-se citar como exemplo um dos pais do Pentecostalismo no Brasil: Luigi Francescon, que se preocupou principalmente em alcançar os trabalhadores rurais Italianos. Outro exemplo é Manuel de Melo, fundador da Igreja Pentecostal Brasil para Cristo, que lidou principalmente com os migrantes nordestinos que começavam a chegar a São Paulo.

Brand Arenari e Roberto Torres afirmam que o Pentecostalismo no Brasil, baseado principalmente nos ensinamentos de Seymour, forma-se num “clima de liberdade” e “subversão”, num local onde os fiéis poderiam se desfazer do peso das dominações culturais, de classe, de etnia e de gênero, num contexto eminentemente emocional.

Ao reunir essas pessoas com trajetórias de vida semelhantes sob os mesmos objetivos e sob as mesmas regras morais dentro das igrejas Pentecostais, criou-se a rede de proteção e de ajuda mútua que esses trabalhadores marginalizados e fragilizados necessitavam para modificar suas próprias perspectivas sociais, viabilizando uma ascensão que os fez superar a classe da qual provieram, a qual Jessé de Souza chama de “ralé”.

O nome “ralé” ainda que evidencie um caráter pejorativo, é expressão utilizada pelo autor para realmente provocar os ouvidos, ressaltando o abandono político e social dessa classe, consentida por todas as demais.¹⁴⁰

O autor enfatiza que hoje existem quatro principais classes sociais no Brasil: a ralé, a nova classe trabalhadora (chamados de “batalhadores”), a classe média típica, e a classe alta. As classes média e alta são caracterizadas pelo privilégio social, com o

¹³⁹ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 311-313.

¹⁴⁰ SOUZA, op. cit., p. 25.

monopólio do acesso ao capital cultural, pela classe média, e o monopólio ao capital econômico, pela classe alta¹⁴¹. Há nessas duas classes uma clara perpetuação da violência simbólica, pela ocultação de seus privilégios de sangue, através do argumento de mérito individual. Este argumento do mérito sustenta a falácia de que o mundo moderno superou a hierarquia social baseada em privilégios de sangue e de origem familiar. O que ocorre na verdade é uma “culturação”, através da educação, aos nascidos nessas classes, de seus gostos e ambições, que os distingue dos demais.

A nova classe trabalhadora não participa desse processo de “educação” pelo qual passam as classes média e alta, tendo uma formação completamente diferente. Primeiro porque grande parte dos batalhadores teve origem no que o autor chama de “elite da ralé”. Por uma série de esforços pessoais extraordinários é que os batalhadores conquistam sua ascensão¹⁴².

É característica dessa classe a realização de escolhas mais comunitárias do que individualistas¹⁴³, o que faz com que os batalhadores normalmente não deixem sua comunidade mesmo após a ascensão financeira, não buscando, portanto, o processo de “culturação” que os tornaria membros da “classe média propriamente dita”. Para os batalhadores, o trabalho é necessário desde cedo: eles recebem uma educação, chamada pelo autor de “capital familiar”, com a transmissão de valores como do “trabalho duro e contínuo,” mesmo em condições sociais muito adversas. Ou seja, há uma efetiva transmissão da ética do trabalho, que distingue os batalhadores dos membros da classe média típica que apregoam a ética do estudo.

A família batalhadora é geralmente muito estruturada, com laços fortes de convivência, e com a cultura da resistência ao consumo imediato e a bens supérfluos. Já a ralé é geralmente formada de famílias monoparentais, com mudança frequente do membro masculino. Segundo o autor, são famílias que geralmente enfrentam problemas graves de alcoolismo, violência física e abuso sexual sistemático, sendo claramente uma classe que está abandonada política e socialmente. Nessa classe há verdadeira cisão entre os que são considerados pelo autor “pobres honestos” e “pobres delinquentes”, apontando que nem todos os membros dessa classe são atingidos de forma igual pelas mazelas sociais.

Outro ponto que diferencia das demais classes os batalhadores é no que tange à “capacidade de planejar a vida e pensar o futuro como mais importante que o

¹⁴¹ SOUZA, op. cit., p. 48.

¹⁴² SOUZA, op. cit., p.50.

¹⁴³ SOUZA, op. cit., p.49.

presente”¹⁴⁴, sendo este, para o autor, um privilégio dos batalhadores. A ralé vive o presente, pois normalmente não é integrada por trabalhadores formalmente empregados, “sobrevivendo de bicos” dos quais perfazem ganhos suficientes para poucos dias. Desta forma, a ralé não tem como se planejar financeiramente, vivendo o imediatismo e estando recorrentemente sufocada por dívidas. Já as classes média e alta não precisam se preocupar com esse futuro imediato uma vez que seu monopólio cultural e/ou econômico garante sua posição social.

Os autores Brand Arenari e Roberto Torres também falam sobre essa perspectiva de futuro como um fator diferencial entre essas classes. Para eles, a religião dos Pentecostais batalhadores é uma fonte de permanência da crença de fé no futuro. Para a ralé, baseada no imediatismo, o futuro não é percebido como alvo possível de preocupação, ficando apenas no horizonte do impossível/possível do milagre mágico dentro do templo¹⁴⁵. Para as classes média e alta, o futuro é algo certo, sendo um “privilégio institucional” dessas classes; para os batalhadores, por sua vez, o futuro é algo incerto, mas passível de crença¹⁴⁶; crença essa que deve ser reafirmada a cada dia, justamente porque o seu presente é incerto, e geralmente o seu passado é o de imediatismo, sem futuro, típico da ralé.

Essa ideia e crença no futuro não é óbvia¹⁴⁷, sendo ensinada pela família e reforçada pela igreja e amizades advindas do núcleo da fé, na conversão das atitudes presentes em sanção ou prêmio de acordo com sua projeção de resultado futuro¹⁴⁸. Assim se introduz o sentimento de culpa pelas “consequências futuras das ações imediatas”¹⁴⁹, fazendo com que o agir do batalhador seja planejado e comedido, e não impulsivo como geralmente o é na ralé.

Portanto, uma vez relacionado o imediato com o futuro, a motivação de agir no presente de forma que o devir torne-se possível na vida imanente¹⁵⁰ é reforçado pela instituição religiosa principalmente por duas de suas características estruturais: 1) o bem sucedido recrutamento de agentes institucionais (pastores, missionários etc) e 2) a proximidade desses agentes com os fiéis e a possibilidade de mobilidade entre as posições de leigo e de especialista religioso.

¹⁴⁴ SOUZA, op. cit., p. 51

¹⁴⁵ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p.319.

¹⁴⁶ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 324.

¹⁴⁷ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p.318.

¹⁴⁸ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p.323.

¹⁴⁹ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 323.

¹⁵⁰ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 319.

Do ponto de vista prático, no entanto, destaca-se, em primeiro lugar, a socialização religiosa, onde a busca por esse futuro é encorajada, incentivada e cobrada pela fraternidade comunitária (os “irmãos”) através de escolhas conscientes de não se expor à tentação de práticas que podem fazer o batalhador “retornar ao passado” pela influência de “ambientes institucionais desfavoráveis”¹⁵¹.

Em segundo lugar, pela “profecia exemplar do dia-a-dia”¹⁵², onde as experiências pessoais são relatadas como forma de ensinamento dos passos a serem seguidos para se alcançar esse futuro. É o que disseminou Seymour, com a prática dos testemunhos dentro da Igreja. Na narrativa, é exposto à comunidade religiosa o agir do batalhador. Mesmo aqueles fatos que o envergonhariam são apresentados como exemplos do que não se fazer, sendo ao mesmo tempo uma espécie de remissão do narrador e de contemplação do ouvinte¹⁵³. Pela proximidade do agente institucional com os fiéis e entre os próprios fiéis, o exemplo se torna mais palpável, inclusive incentivando o ouvinte a que seja ele mesmo o próximo modelo a ser seguido. O narrador se torna o profeta, e garante por vezes a legitimidade de cobrar e aconselhar o ouvinte, para que este consiga o mesmo sucesso que lhe é conferido, numa espécie de observação mútua¹⁵⁴. Através do exemplo se torna possível seguir os passos de uma pessoa de valor, na medida em que se adote essa mesma ética.

O terceiro ponto está intrinsecamente relacionado ao fato da ligação do batalhador com sua família como base para qualquer pensamento prospectivo. Muito visíveis nas instituições religiosas de natureza celular (G12)¹⁵⁵, a integração e a socialização dos membros da família são ensinadas e alicerçadas nos encontros, tornando o diálogo e sua racionalidade uma ferramenta útil para a manutenção da estabilidade familiar, que é um dos maiores objetivos dos batalhadores. Isso porque a família estruturada é um dos pontos relevantes que os diferenciam da ralé, fazendo com que a estrutura familiar seja uma primeira proteção contra a fragilidade social que vive a classe. Os autores Brand Arenari e Roberto Torres, baseados em Luhmann, classificam como um acoplamento operacional essa união de interesses entre família e igreja. A função da religião entra, então, em simbiose com a da família quando estipula para si, como objetivo, a “salvação da família”¹⁵⁶.

¹⁵¹ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 335.

¹⁵² ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 321.

¹⁵³ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 344.

¹⁵⁴ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 321.

¹⁵⁵ São igrejas que, por vezes, não possuem templos físicos, concentrando suas atividades litúrgicas nos lares dos fiéis, em sistema de rodízio.

¹⁵⁶ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p. 331.

O quarto e último ponto é a possibilidade que a religião dá de menor incerteza do presente com suas redes de oportunidades entre os membros. Assim, há o sentimento de ajuda mútua contra o desemprego, com o esforço da comunidade para que todas as famílias tenham condições estruturais, sociais e financeiras de se autogerirem. Isso porque os membros sabem que o desemprego normalmente implica numa erosão da unidade familiar conquistada pelos batalhadores. Desta forma, é muito comum que haja um esforço espiritual, em orações e campanhas em favor dos membros desempregados. Há ainda esforço material no sustento desses membros caso passem dificuldades financeiras, como a ajuda de cestas básicas ou a doação de itens alimentícios pelos outros membros, sem contar no esforço prático dos batalhadores empreendedores da igreja em empregar, em seu ou em outros negócios, os batalhadores-trabalhadores membros da igreja, como veremos posteriormente.

Assim, na prática, 1) a socialização religiosa incentivadora; 2) a profecia exemplar do dia-a-dia; 3) o fortalecimento da base familiar; e 4) a rede de apoio que proporciona a comunidade Pentecostal fazem com que o membro tenha as ferramentas necessárias para vislumbrar um futuro, que, em seu passado, era simplesmente inviável. Por esses motivos, a religião Pentecostal permite ao batalhador, através dos exemplos, da base social e familiar fortificadas e da menor insegurança social, investir no futuro, e não apenas apostar nele, como dizem os autores. Ou seja, permite que o batalhador vislumbre um futuro possível caso persevere nos dogmas morais e éticos, com a força de seu trabalho e com a unidade familiar.

Cabe aqui, mencionar a ressalva que os autores fazem à religiosidade da ralé brasileira. Para eles, com relação a essa classe, os fiéis variam entre o Catolicismo mágico (com a devoção aos santos e às figuras proféticas como a do Padre Cícero), e o Pentecostalismo mágico, nas religiões Neopentecostais, principalmente, de forte apelo midiático. Dentro do espaço do tempo, os serviços mágicos prestados pelos líderes espirituais teriam o poder de solucionar demandas imediatas, num modelo que os autores chamam de “pronto-socorro”. Por isso, como falou-se anteriormente, a ascensão econômica nessas denominações não se faz acompanhar de uma ascensão social, já que, ausente a perspectiva de futuro, o fiel continua a recorrer sempre à esperança de que “o mágico” supra suas necessidades. Além disso, pela falta da rede de apoio entre a liderança e os membros e entre eles em si, tão característico da pequena comunidade Pentecostal, o membro Neopentecostal permanece em situação de desamparo social, pois acaba não sendo atingido pelos quatro pontos práticos que funcionam como

alavancagem social do batalhador, como tratado anteriormente: 1) a socialização religiosa, 2) a profecia exemplar do dia-a-dia; 3) o fortalecimento da base familiar; e 4) a rede de apoio que proporciona a comunidade Pentecostal.

Os batalhadores, por sua vez, sentem-se mais contemplados nos ramos Pentecostais renovados e originais, que abdicam desse discurso puramente mágico, aproximando-se mais do Protestantismo clássico. A religiosidade dessas doutrinas está mais relacionada às interações sociais e à rede de proteção que essas interações proporcionam.

Continuando a análise sobre os fatores que viabilizam ao batalhador sua ascensão social, é necessário ressaltar um dos elementos éticos formadores dessa “nova classe média”¹⁵⁷, que a torna tão atrativa para o mercado. Estabeleceu-se anteriormente a importância que tem a base familiar atuando como proteção contra as mazelas sociais que circundam essa classe, mas é também papel da família batalhadora repassar o “capital familiar” aos filhos, com a transmissão de valor do “trabalho duro” para a formação do caráter e da dignidade do batalhador.

Para os batalhadores, o conhecimento cotidiano que o trabalho proporciona é mais importante, na prática, que o conhecimento científico cultural típico da classe média. É o que afirma a autora Maria de Lourdes Medeiros¹⁵⁸, quando destaca que esse conhecimento prático se transforma na vida real do batalhador, tornando-o muito mais proveitoso que o conhecimento escolar já que no trabalho, projeto e prática se unem na formação do conhecimento, que não é abstrato, mas sim, palpável nas suas experiências anteriores. Essa racionalidade pragmática abrange, além disso, o aprendizado do lidar com pessoas, em situações bem diferentes de seu contexto familiar. A própria migração espacial e a migração econômica de trabalhos proporcionam isso, viabilizando novas experiências e permitindo também ao batalhador itinerante a vivência de situações de bastante vulnerabilidade, ocasião em que ele se apegua à sua ética do trabalho e a Deus.

Segundo Jessé de Souza, os batalhadores estão perfeitamente inseridos na demanda de mercado, principalmente por causa de sua ética do sacrifício, o que os faz uma mão de obra desejável, sendo o seu regime de trabalho o que melhor se ajusta às novas demandas¹⁵⁹. Normalmente, o batalhador é levado a, desde cedo, trabalhar para auxiliar na renda familiar, sempre dividindo o seu tempo entre os estudos e o trabalho,

¹⁵⁷ Lembramos que não se trata de uma classe média propriamente dita, uma vez, que, como vimos, a classe média típica é possuidora do monopólio cultural, o qual não é alcançado pela classe batalhadora, sendo caracterizada pela ética do trabalho e não pelo monopólio cultural.

¹⁵⁸ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p. 218.

¹⁵⁹ SOUZA, op. cit., p. 51.

normalmente pouco qualificado. O autor esclarece que o privilégio de ter uma “ética do estudo”, com dedicação exclusiva à “culturação” é da classe média e, mesmo quando os batalhadores alcançam o ensino superior, normalmente, o trabalho o acompanha em praticamente toda sua trajetória. Desta forma, é realmente tarefa extraordinária que os batalhadores alcancem uma formação acadêmica mais vistosa, sendo comum que o batalhador se gradue em curso superior mais para suprir uma exigência do mercado do que para adquirir uma formação especializada.

Assim, tem-se nos batalhadores o corpo dócil, disciplinado e habilitado principalmente para os trabalhos que exigem pouca qualificação. Jessé de Souza critica o fato de que, muitas vezes, devido a este contexto ético do batalhador, há sua submissão às exigências da recente onda ultra-liberalizante, que flexibiliza os Direitos trabalhistas e tende a desfavorecer a relação de emprego mais estável, em favor das relações de trabalho informal. O autor então aponta que o fato do sucesso desses batalhadores representa, em certa medida, a conquista do capitalismo financeiro em, ao despersonalizar o patrão e a grande fábrica, cria ambiente propício para maior exploração da mão-de-obra, sendo evidente que o batalhador, movido pela ética do trabalho duro, adapte-se a exigências trabalhistas que seriam incoerentes com o Estado Democrático de Direito. Segundo ele:

“O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora (...)”, uma vez que “(...) destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em casa esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro!”¹⁶⁰.

A grande repercussão das exigências desse capital especulativo despersonalizado recai principalmente sobre os batalhadores empresários. Para entendermos esse contexto de exploração, é necessário, primeiramente, estabelecer as diferenças que existem entre os batalhadores. Fabrício Maciel, aponta que dentro do meio Batalhador há dois perfis específicos: 1) O **batalhador “em sentido lato”** (chamado por Jessé de Batalhador-Trabalhador¹⁶¹), qual seja, aquele 1.1) cuja origem familiar é estruturada, de economia modesta, 1.2) que é formado pela ética do trabalho duro, honesto, digno, com disciplina, persistência e 1.3) que possui conhecimentos

¹⁶⁰ SOUZA, op. cit., p. 57.

¹⁶¹ SOUZA, op. cit., p. 56.

econômicos básicos, e 2) **batalhador empreendedor**, que além dessas características, agrega como disposições secundárias: 2.1) a capacidade e disposição para auto superação e maiores conhecimentos econômicos; 2.2) a disposição para chefia e liderança ¹⁶².

Os batalhadores empreendedores são normalmente aqueles que adquirindo conhecimentos econômicos ao longo de sua trajetória trabalhista e tendo em si a disposição nata para o empreendedorismo e a liderança aventuram-se em abrir negócios.

Normalmente os empreendedores bem sucedidos gerenciam esses comércios de forma perspicaz, realizando, na medida do possível, reinvestimentos do lucro e separando, de forma eficaz, a economia familiar da economia empresarial.

Maria de Lourdes Medeiros afirma existir a ideia de que haveria um certo conformismo entre os batalhadores-trabalhadores, ainda resquício da “cultura de ralé”. Esse conformismo, refletido em preguiça ou falta de esforço, impediria esses batalhadores de abandonarem trabalhos braçais pesados para se tornarem verdadeiros batalhadores empreendedores. A autora, no entanto, critica essa afirmação, ressaltando que a perpetuação de batalhadores nesses empregos braçais, normalmente permeados de risco de acidentes, explica-se pela própria sensação precária de segurança trabalhista de algumas dessas profissões. Os batalhadores mais velhos, que vivenciaram época anterior às grandes ondas de demissão do fordismo, temem a sua própria sobrevivência no ato de arriscar outras profissões, que normalmente privilegiam conhecimento agregado, ainda que não seja propriamente um conhecimento especializado. Outros batalhadores, geralmente vindos de diversos outros tipos de trabalho, tendem a se adaptar melhor ao risco, pela própria consciência da instabilidade como algo natural, tornando-os mais facilmente empreendedores. ¹⁶³

Desta forma, assumindo para si o risco de mercado, da concorrência, perfazendo lucros relativamente pequenos e com pouca possibilidade de financiamento, os batalhadores-empreendedores abrem seus próprios negócios. A maior vantagem para tal risco seria fictícia: a de “não existir um patrão sobre si”. Assim submetidos ao avanço de um capitalismo especulativo, verdadeiro “patrão despersonalizado”, os batalhadores-empreendedores se submetem às maiores jornadas de trabalho em seus negócios, com menos garantias e menor estabilidade. As jornadas chegam a superar as 12 horas de trabalho, sendo uma missão quase impossível deixar os negócios fechados

¹⁶² MACIEL, SOUZA, op. cit., p.151 e 171.

¹⁶³ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p. 218-226.

para usufruir férias, seguir prescrições e licenças médicas de repouso etc. Com o patrão sendo o próprio mercado, o que se vê é um trabalhador ainda mais preso às exigências de um capitalismo sem reciprocidade, com menores condições de acessar as garantias constitucionais que constituem o patamar civilizatório mínimo. Além disso, o negócio apresenta muitos riscos, uma vez que seu mercado consumidor é geralmente parte de batalhadores e da ralé, sendo uma constante as vendas fiadas¹⁶⁴ que podem acarretar grandes prejuízos aos negócios.

Retomando o que afirma a autora Maria de Lourdes Medeiros; ela também faz interessante análise sobre a relação entre o batalhador-empREENDEDOR e o batalhador-trabalhador, os quais frequentemente ingressam na relação como, respectivamente, empregador e empregado. Para ela, o relacionamento entre os dois não busca mascarar a relação trabalhista e a insegurança do trabalho, mas busca uma solução benéfica aos dois em detrimento das exigências legais que tornariam o negócio inviável. Assim, segundo ela, o batalhador-empREENDEDOR não consegue promover de forma integral os Direitos trabalhistas ao batalhador-trabalhador, mas busca se aproximar o tanto quanto possível disso, ainda que essa relação passe ao largo da formalidade, por vezes. Isso se dá por causa da ciência da situação dupla de vulnerabilidade, onde os dois estão sujeitos às instabilidades do mercado¹⁶⁵, e nisso, os batalhadores, tanto aqueles em sentido lato quanto os empREENDEDORES, identificam-se. Trata-se de um verdadeiro princípio de fraternidade Cristã incorporado ao *ethos* do batalhador, que reconhece no batalhador menos favorecido os mesmos princípios que o formam: a composição da unidade familiar estável, incluindo parentes mais distantes, e o aprendizado prático a partir do princípio do trabalho duro e da racionalização dos conteúdos cognitivos do trabalho como forma de prevenção ao mercado.¹⁶⁶ Isso faz com que os batalhadores bem sucedidos não necessariamente “ascendam” socialmente para uma classe média cujos princípios lhe parecem distantes, mas que reconheçam na “nova classe média” sua origem, o que os leva algumas vezes a lidar com certas situações de forma ambígua, como no caso dos programas sociais de assistencialismo. Estes programas são reconhecidos pelo empREENDEDOR como, muitas vezes, essencial à sobrevivência do batalhador-trabalhador, apostando em sua importância ao mesmo tempo em que se ressentem pelo fato de que esses mesmos programas lhe “prejudicam” o negócio,

¹⁶⁴ VISSER, SOUZA, op. cit., p. 282.

¹⁶⁵ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p.238.

¹⁶⁶ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p.233.

tornando os batalhadores mais exigentes, requerendo salários maiores¹⁶⁷. Assim, não se exclui a exploração nas relações de trabalho entre os batalhadores¹⁶⁸, mas lhes é inerente uma noção de solidariedade genuína¹⁶⁹, num chamado pela autora de humanismo realista¹⁷⁰.

A diferença de classes, no entanto, pode surgir no âmago da família do batalhador - empreendedor, através de seus filhos, à medida que sua situação financeira se estabiliza. Para que isso não ocorra, o batalhador-empendedor, normalmente se esmera em que, além da educação formal, seja ensinada aos seus filhos a mesma ética apreendida do trabalho duro e do conhecimento auferido pelo trabalho prático.

Passadas essas importantes informações sobre os batalhadores, a relação entre sua ética e sua ascensão sócio-econômica e o papel da igreja Pentecostal nesse contexto, se faz relevante a exposição das observações escritas por Djamilla Alves Olivério¹⁷¹ quanto à trajetória da família batalhadora Ramos, ao longo de três gerações. Acredita-se que a narrativa exemplifique bem as questões até aqui tratadas, além de incluir outros importantes aspectos do papel de socialização, moralização e empoderamento que a doutrina e moralidade Pentecostal promovem.

Djamilla Alves Olivério começa pela descrição da trajetória de Laura, a primeira geração dessa família. Laura é neta de escravos e nasceu numa família com 15 filhos. Com a idade de 6 anos perdeu sua mãe e passou a morar com um de seus irmãos que lhe impediu de ser adotada por uma senhora negra, pelo fato da senhora ser “amigada”. Pouco mais tarde, o irmão leva Laura para empregar-se numa fazenda trabalhando como “ama”. Laura perde o vínculo familiar de sua referência e deseja construir sua própria família. Isto ocorre quando conhece André, “crente” Metodista e empregado dos Correios, com o qual casa e aceita essa nova confissão de fé religiosa. Com os ensinamentos doutrinários e interpessoais apreendidos pelo convívio com as mulheres da igreja, Laura assimila as referências de como criar um ambiente familiar harmônico: a “família estruturada”. Seu casamento, no entanto, é conturbado, com André se distanciando da Igreja Metodista, traindo-a e ajudando financeiramente a família de sua amante; fase pela qual Laura passou sem pensar na possibilidade de separar-se do marido. André morre de câncer, sendo até seus últimos dias amparado por sua esposa, filhas e filhos. Da união, advieram os seguintes filhos:

¹⁶⁷ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p.232.

¹⁶⁸ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p.235.

¹⁶⁹ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p. 237.

¹⁷⁰ MEDEIROS, SOUZA, op. cit., p.239.

¹⁷¹ OLIVÉRIO, SOUZA, op. cit., p.173- 196.

1) Antônio, o mais velho, hoje engenheiro civil, trabalha numa empresa africana. Foi bolsista na escola da Igreja Metodista, cursou o segundo grau numa escola da Aeronáutica e fez parte do exército. Pelas boas notas foi para a Escola Preparatória de Pilotos. Foi dispensado, no entanto, numa troca de superiores, por um general que “não permitia que negros assumissem postos mais altos”. No entanto, Antônio foi admitido no curso de Engenharia Civil no Rio de Janeiro, o qual cursou dividindo o tempo com bicos para ajudar em casa. Formado, foi chamado para trabalhar no continente africano. É o filho usado como “exemplo”, que norteou a trajetória de seus irmãos.

2) João estudou em escola pública e é o trabalhador autônomo da família. Largou o emprego em empresa pública para trabalhar como taxista. Nunca cursou nível superior, apesar de salientar a importância do estudo. Sua esposa é técnica de enfermagem e os dois são, hoje, aposentados com o dinheiro batalhado.

3) Eliseu estudou em escola pública, também não concluiu curso superior, é funcionário público municipal, casado, tem problemas com o alcoolismo e com sua relação familiar. Não repassou a seus filhos as disposições para o trabalho duro ou para o estudo.

4) Rosa estudou em escola pública e cursou Enfermagem em Universidade Federal. Revela a natureza rígida dos pais no relacionamento com os próprios filhos quando ainda eram crianças, e sempre nutriu verdadeira admiração pela mãe e seus conhecimentos em botânica. Foi impulsionada aos estudos pelos amigos Metodistas e por desejar uma vida melhor que os brancos que a discriminavam, quando adolescente. Sofria discriminação racial com sua irmã na cidade e na escola, com professores que se mantinham à distância e sofreu “estereótipos de feiura”. Aponta a dificuldade de encontrar parceiro quando se é negra, descrevendo a visão comum de que o corpo da jovem negra é disponível, sendo uma dificuldade à moralidade de castidade Metodista. Rosa afirma que tanto ela quanto Ana, sua irmã, preservavam-se no escudo da religião voltado à castidade, sob a ótica de respeito ao ato sexual e à sexualidade que só foi flexibilizada tempos depois. Explica que se casou com um africano que conheceu na faculdade, mas se separou após 5 anos de convivência.

Rosa narra casos de insubordinação e discriminação de funcionários, enfermeiros e pacientes, por ser chefe de enfermagem negra.

5) Ana é formada em Recursos Humanos e lecionou um período na escola em que estudara. Mora e cuida hoje de sua mãe. Tem um filho, mas nunca se casou. Não houve problemas na igreja com essa situação.

6) Fábio, o caçula, sofreu menos restrições financeiras na adolescência. Era bolsista da escola Metodista, cursou Engenharia Civil e Engenharia Militar no exército. Foi levado pelo exército para servir no norte do país, mas regressou pela saudade de casa. Hoje também trabalha na África.

Djamilla Alves Olivério aborda a importância que teve a instituição religiosa para que Laura pudesse formar uma família estruturada, mesmo com os desvios de André. A formação familiar e sua manutenção foi mola propulsora para que houvesse o “caso extraordinário” de desempenho de Antônio, que passou a ser exemplo para os demais irmãos, depois seguido por Fábio. Temos, no entanto, uma tendência de retorno à ralé por parte de Eliseu, principalmente pelo distanciamento da ética Pentecostal, da base e do capital familiar a ser repassados para os filhos. No entanto, de forma geral, os filhos de Laura fizeram sobre-humano esforço para que houvesse uma preparação escolar, além da necessária experiência do trabalho. A excelência do trabalho e da ética do trabalho duro se destacam no empreendedorismo de Antônio e Fábio e na posição de “chefe das enfermeiras” de Rosa.

A autora aponta que a Igreja Metodista, da qual era membro a família Ramos, atuou, no entanto, por vezes de forma discriminatória, exercendo a mesma pressão social mundana de branqueamento, principalmente das irmãs Ana e Rosa, a um padrão estético branco. Segundo ela, os casos de discriminação ocorriam, embora de forma bem mais velada do que presenciavam em seu cotidiano fora da igreja. As dificuldades e discriminações que vivenciaram, tanto nas escolas públicas, de forma mais explícita, quanto na escola Metodista, foram vencidas, no entanto, pelos ensinamentos de persistência advindos da religião e de sua moral, fatores utilizados para distinguir essa família e dignificá-la em meio aos seus vizinhos mais pobres e brancos.

Os membros da família Ramos sempre responderam aos insultos raciais com maior eficiência, mas ainda assim não se livravam do preconceito no ambiente de trabalho, sofrendo, em certos casos, até sintomas físicos dessa pressão social, como enxaqueca e hipertensão.¹⁷²

No âmbito religioso, a autora ressalta que nenhum dos membros da família Ramos, em três gerações criadas na igreja Metodista, encontraram, no mercado

¹⁷²OLIVÉRIO, SOUZA, op. cit., p.192.

matrimonial, parceiro da mesma fé, ou mesma igreja, desde o patriarca André, que buscou Laura fora da Igreja Metodista, até seus netos. A autora critica o fato de que o tema “preconceito racial” não é normalmente discutido nas Igrejas Pentecostais, em que pese essas igrejas, como um todo, terem um papel importante, principalmente quanto às mulheres, no que tange à formação da auto-estima e à estimulação inclusive à liderança em cargos religiosos, dando-lhes maior segurança do agir no mundo.

Entretanto, no mercado matrimonial, no contexto da referida igreja que a família frequenta, os membros da família Ramos não obtiveram sucesso. A autora revela, no entanto, que a Igreja Metodista em questão é uma igreja de classe média típica, na qual os membros da família Ramos eram junto com outra família, os únicos negros que ali congregavam. Num ambiente onde predominam membros de classe média, os membros da família Ramos não representavam-se “competitivos o suficiente”¹⁷³.

No entanto, segundo a autora, para os irmãos de André, o patriarca, membros da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, onde se encontrava um maior percentual de negros, e um grande número de pessoas provenientes das classes da ralé ou batalhadora, o mercado matrimonial lhes pareceu mais favorável, tendo eles conseguido cônjuges da mesma profissão de fé.

A pertinente posição narrada pela autora, tem, no entanto, nossa concordância parcial. De fato, as igrejas protestantes não levam em pauta explícita, normalmente, a questão racial. No caso do exemplo, no entanto, entende-se existir uma situação peculiar principalmente quanto ao mercado matrimonial, como mesmo admitiu a autora. A igreja Metodista, conforme visto, é uma das igrejas precursoras do movimento Pentecostal. No Brasil, a maior parte delas adota o que hoje consideramos a “doutrina Pentecostalista”, mas a igreja manteve sua formação histórica tradicional, inclusive, conforme dito pela autora, atraindo os fiéis da classe média típica, com exceção da família batalhadora Ramos. Segue, no entanto, como desafio para uma próxima pesquisa a análise de uma igreja Pentecostal típica, onde normalmente uma parcela grande da membresia é composta por pessoas negras.

Nesse suposto contexto, as possibilidades dos membros negros no mercado matrimonial podem ser bastante diferentes. Provavelmente também a pressão por um branqueamento estético seria bem menor do que o vivenciado pelas irmãs naquela Igreja

¹⁷³ OLIVÉRIO, SOUZA, op. cit., p. 196.

Metodista, principalmente pelo fato do empoderamento dessas mulheres nos ramos Pentecostais.

A mulher na família batalhadora tem um status diferente do que nas outras classes. Segundo a autora Tábata Berg, entre o casal batalhador, há, normalmente, uma deserotização de seus corpos, devido à dificuldade do amor romântico e à abdicação das vaidades e do lazer em prol das necessidades familiares, numa construção de amor fraterno, de renúncia. O companheirismo do casal, embora não aniquile a dominação de gênero, segundo a autora, reforça-se no reconhecimento do outro na luta cotidiana. (numa relação mais equitativa). O cuidado recíproco também é essencial para a continuidade desse trabalho familiar, refletindo nas relações afetivas da família¹⁷⁴. Assim, além da ética do trabalho duro, há uma ética do “reconhecimento mútuo” entre os membros da família batalhadora, passando por cima da “existência física” de cada um em prol da unidade familiar.¹⁷⁵

Para Brand Arenari e Roberto Torres, por sua vez, a igreja tem um papel importante em propiciar certo protagonismo feminino em lideranças. Isso ocorre principalmente nas igrejas celulares, que, por ser dentro dos lares, reforça lições como a função social e familiar da mulher na socialização e educação dos filhos e na unidade da família¹⁷⁶.

No Brasil, ressaltamos ainda o papel da Igreja Quadrangular, fundada por Aimeé Simple Mcpherson. A denominação, que chegou ao Brasil em 1951, foi a primeira igreja a consagrar pastoras mulheres¹⁷⁷, sendo a abertura inicial para que outras denominações levassem mulheres a cargos de chefias nas igrejas (como as missionárias, na Assembleia de Deus).

Através dos cargos de chefia e de protagonismo dentro do templo, as mulheres batalhadoras alcançam as ferramentas para reconstruir sua auto-estima e a confiança, geralmente tão sacrificadas nas camadas da ralé. A igreja Pentecostal normalmente viabiliza a busca por talentos e habilidades específicas, para o auxílio na comunidade Pentecostal. O desenvolvimento de novas capacidades - como possibilidade de atuação em público, de lecionar, de mobilizar outros membros, de promover campanhas, de alcançar novos fiéis através do proselitismo - todas elas são

¹⁷⁴ BERG, SOUZA, op. cit., p. 143.

¹⁷⁵ BERG, SOUZA, op. cit., p.146.

¹⁷⁶ ARENARI; TORRES; SOUZA; op. cit., p.332.

¹⁷⁷ CAMPOS, JR., op. cit., p. 37.

altamente reconhecidas nas comunidades Pentecostais, o que incentiva o empoderamento dessas mulheres.

Não é raro ver batalhadoras-empREENDEDORAS, como a história de Márcia, que tem sua trajetória narrada pelo autor Ricardo Visser, o qual destaca o orgulho da batalhadora quanto à sua autonomia financeira frente ao esposo. Nesse contexto, o autor traça crítica extremamente pertinente: ele aponta como a batalhadora, na luta contra a dominação de gênero por meio do protagonismo empreendedor (sujeito ao capitalismo sem reciprocidade), paga sua autonomia com o preço de uma “masculinização simbólica”¹⁷⁸. Para conseguir manter seu negócio, no contexto de risco e fragilidade em que permanecem os batalhadores-empREENDEDORES, a mulher é forçada a uma série de abdições em prol da vociferada exigência de tempo e esforço do mercado. Há abdição da estética, do corpo, da maternidade e das tarefas do lar, que, maquiadas como uma espécie de dignidade de gênero, acabam por afastar a batalhadora de sua dignidade como cidadã, a qual garantiria Direitos Fundamentais, normalmente afastados pelas exigências do mercado competitivo.

Para finalizar o estudo quanto à ética Pentecostal, não se pode deixar de citar as modificações que mais fazem parte do senso comum secular quando se aborda sobre uma conversão ao Pentecostalismo. Para isso, são pertinentes as observações de Alberto Moreira, em um dos Cadernos do IFAN:

A conversão da pessoa propicia um redirecionamento da vida e do uso dos recursos financeiros: em geral equilibra-se o orçamento familiar através da contenção de gastos com supérfluos (bebidas, cigarro e jogo sobretudo) e melhora a **produtividade o a qualidade do trabalho**, o que por sua vez pode levar a um ganho adicional. Ocorre uma recuperação da auto-estima e do senso de dignidade, uma restauração de relações familiares dilaceradas, o repúdio à violência, e instaura-se uma conduta tida como desejável, quando não exemplar. (...)Por tudo isso o pentecostalismo exerce uma enorme força de atração, inclusive sobre liderança dos movimentos populares e agentes de pastoral, politizados em sua ação, mas insatisfeitos, cansados ou desgastados no âmbito pessoal e familiar¹⁷⁹.

Assim, há, diante da conversão, uma abdição dos “prazeres terrenos” e dos vícios, que normalmente tomariam parcela grande da renda do trabalhador e provocariam grande desgaste das relações familiares. O batalhador tem sua autoestima fortalecida através do apoio da rede de proteção da comunidade religiosa e também do

¹⁷⁸ VISSER, SOUZA, op. cit., p. 290.

¹⁷⁹ MOREIRA, Alberto. **Neopentecostalismo; Mercado de Trabalho**. Cadernos do IFAN-15. ISSN 0104-2300. São Paulo. 1996, p. 30.

apoio familiar que passa a receber, o que o faz seguir buscando a efetivação de sua dignidade.

É também por causa dessa modificação em sua autoconsciência que o batalhador assume, por vezes, a postura de liderança, destacando-se como mão de obra desejável, tornando-se o exemplo a ser seguido não só no ambiente religioso, mas ainda em seu trabalho e em sua comunidade de maneira geral.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASOS: CONFLITOS DOS BATALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO.

A fim de melhor ilustrar a presente pesquisa, este último capítulo se propõe a analisar alguns julgados em que estão presentes conflitos trabalhistas envolvendo batalhadores. Assim, deseja-se observar as peculiaridades que permeiam os Pentecostais, em casos reais, exemplificando o estudado.

Elegeram-se, para tanto, a análise de jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. A escolha se deu, em primeiro lugar, devido a maior facilidade de acesso aos julgados, já que é o mesmo local de realização da presente pesquisa. Em segundo lugar, acredita-se que a região apresente um bom campo para estudo do tema, uma vez que, conforme indicou o Censo Demográfico do IBGE 2000/2010, a região Centro-Oeste é a segunda região com maior número percentual de fiéis do Pentecostalismo: 13,4% da população; perdendo apenas para a região Norte, com 14,4%¹⁸⁰.

A escolha das palavras de busca consistiu em desafio para a pesquisa, uma vez que o trabalhador Pentecostal, diferentemente do que se previu no início do trabalho, não se autodenomina “Pentecostal”, sendo mais usual a autodenominação de “evangélico”. Pareceu comum ainda que trabalhadores que seguem correntes Neopentecostais também se autodenominassem “evangélicos”, sendo, no entanto, comum que esses trabalhadores identificassem, em seus depoimentos, a denominação a qual se filiam. Assim, com base nos casos em que essa identificação se tornou explícita, se incluiu esses trabalhadores na pesquisa quantitativa, mas não na análise qualitativa dos julgados.

Cabe ressaltar ainda que, excetuados os casos dos trabalhadores neopentecostais, dificilmente, nos julgados, o trabalhador expôs a qual denominação pertence, impossibilitando essa identificação na presente pesquisa.

Apontados esses fatores, que foram os percalços iniciais pelos quais passou a pesquisa, segue-se a forma com que a mesma foi realizada.

¹⁸⁰ IBGE, op. cit., p. 92.

Inicialmente, estipularam-se as palavras-chaves que seriam utilizadas na pesquisa livre no site do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sua área de jurisprudência¹⁸¹.

A tabela abaixo demonstra as palavras que foram objeto de pesquisa, na forma exata colocada no site de pesquisa. A segunda coluna estabelece a quantidade de decisões que resultaram da pesquisa enquanto que a última coluna representa a quantidade de julgados os quais têm relevância para o tema em questão.¹⁸²

Palavra-Busca	Resultados da Busca	Resultados Relevantes para a Pesquisa
“liberdade religiosa”	12	11
Pentecostal	1	1
Protestante	3	2
Proselitismo	0	0
Crente	11	2
(evangélico OR evangélica) AND ("dano moral" OR "liberdade religiosa")	48	16
TOTAL	75	31*

*Houve a repetição de um caso entre a primeira e a última palavra-busca.

Quanto a primeira palavra chave, qual seja “liberdade religiosa”, houve 2 julgados relacionados aos Neopentecostais¹⁸³. Na busca “Protestante” houve 1 julgado¹⁸⁴, na busca “crente” houve 1 julgado¹⁸⁵, e, por fim, na busca “(evangélico OR evangélica) AND ("dano moral" OR "liberdade religiosa")” houve 2 julgados¹⁸⁶.

Quanto à origem dos processos que foram considerados relevantes para a pesquisa, verificada a partir de seu ajuizamento em sua primeira instância, tem-se o disposto no gráfico a seguir:

¹⁸¹ Acesso em:

http://www.trt10.jus.br/?mod=ponte.php&ori=ini&pag=juris_segunda&path=servicos/consweb/juris_segunda_instancia.php

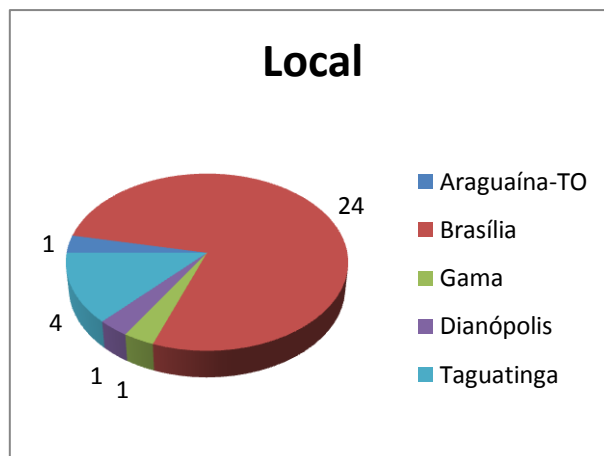
¹⁸² Segue como anexo, no final do trabalho, a tabela com os números de todos os julgados que serão base para os dados expostos.

¹⁸³ São eles: 01756-2011-017-10-00-4 RO e 01268-2004-004-10-00-1 RO; ambos abordando demandas relacionadas a membros da Igreja Universal do Reino de Deus.

¹⁸⁴ Qual seja: 00073-2009-010-10-00-0 RO, no qual a parte afirma ser pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.

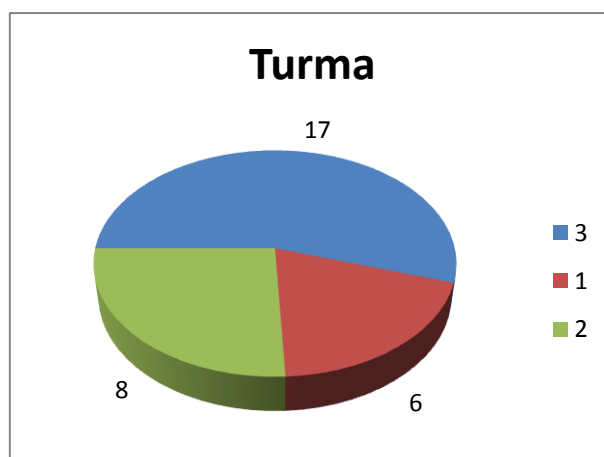
¹⁸⁵ Qual seja: 01150-2010-018-10-00-4 RO, que envolve a Igreja Sara Nossa Terra.

¹⁸⁶ São eles: 0001756-09.2011.5.10.0017 RO e 00250-2006-103-10-00-6 RO. Os casos envolveram líderes da igreja Universal do Reino de Deus e Catedral da Fé, respectivamente.

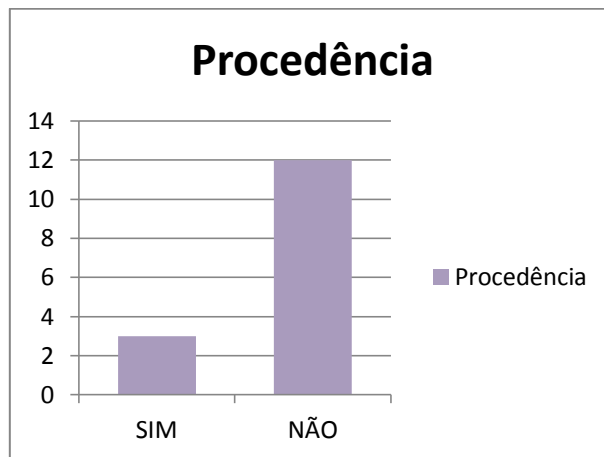
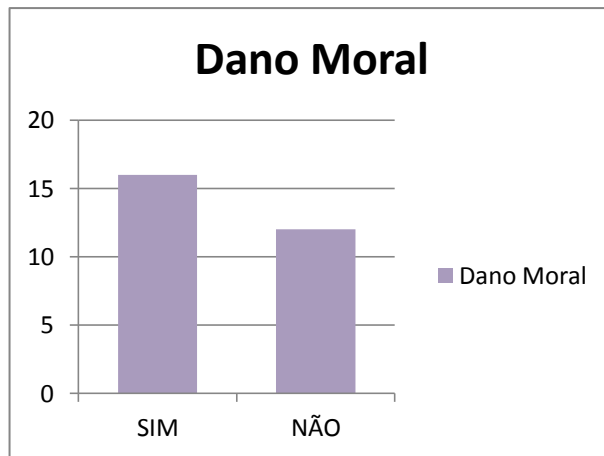


Verifica-se que a maior parte dos processos que chegou até o TRT teve sua origem na cidade de Brasília. Provavelmente isso tenha relação com o poder aquisitivo dos batalhadores da região, que, dispondo de maior acesso à justiça, conseguem fazer com que sua demanda chegue ao Tribunal.

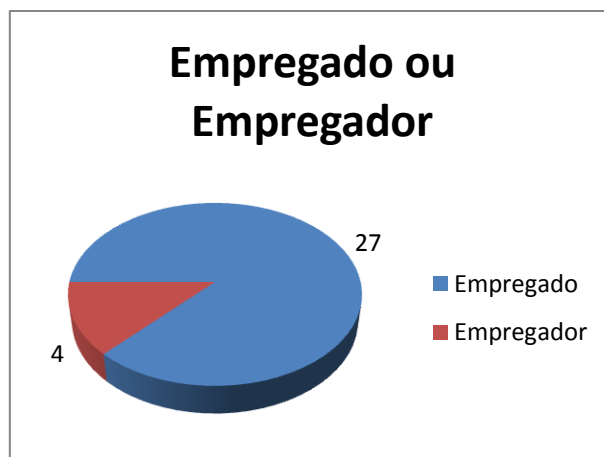
O segundo aspecto analisado foi o reconhecimento da Turma julgadora destes casos. Conforme o gráfico abaixo observa-se que a maior parte dos casos de conflitos envolvendo esses batalhadores foram julgados pela 3ª Turma do Tribunal Regional da 10ª Região:



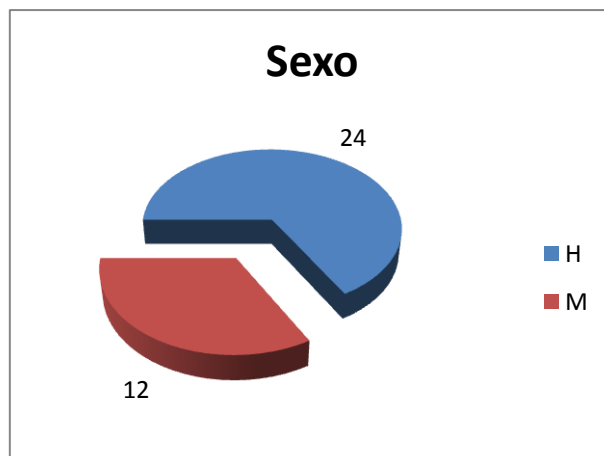
Quanto à demanda em si, salienta-se que mais da metade dos julgados sobre o tema incluem o pedido ou se limitam ao pedido de indenização por danos morais. Dos julgados em que se analisa a presença de danos morais, apenas 20% tem reconhecido o pedido como procedente. Observa-se esses dados nos dois gráficos a seguir:



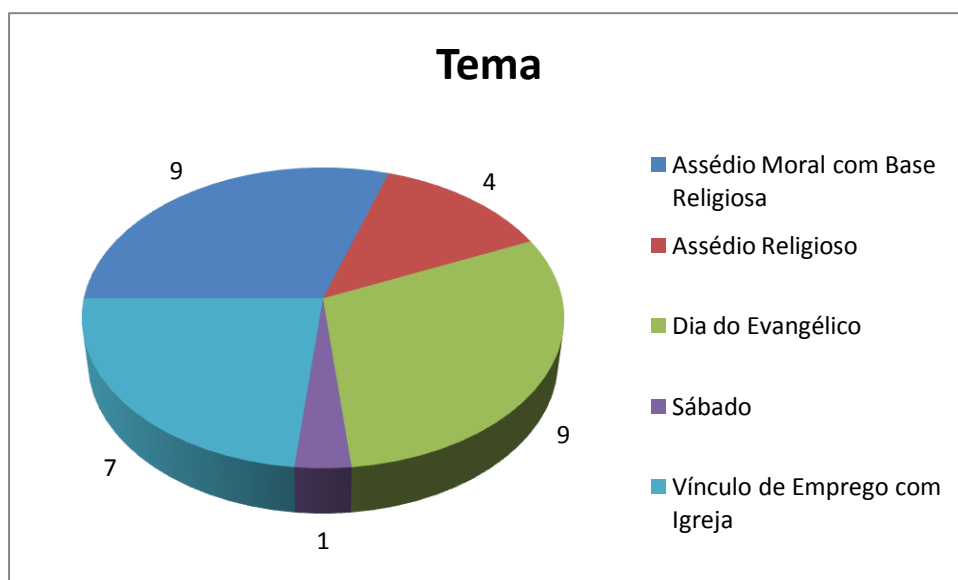
Quanto ao batalhador envolvido na demanda, verifica-se que em 87% dos julgados o religioso evangélico é o empregado no conflito trabalhista entre empregado e empregador, conforme o gráfico a seguir:



Por sua vez, com relação ao sexo, em 67% dos casos o “evangélico” envolvido na demanda era do sexo masculino:



Quanto à temática do conflito, os resultados relevantes para a Pesquisa foram classificados em 5 grandes temas, quais sejam: Grupo I) a inexistência de vínculo trabalhista entre o líder religioso e a instituição religiosa; Grupo II) a constitucionalidade do feriado “dia do evangélico” e a incidência de horas extras; Grupo III) casos de assédio moral com base religiosa; Grupo IV) casos de assédio religioso; Grupo V) guarda do sábado.¹⁸⁷ A relação entre esses temas e os julgados aparece no gráfico a seguir:



¹⁸⁷ O caso “00756-2006-812-10-00-3 RO”, provindo da busca com a palavra chave “(evangélico OR evangélica) AND (“dano moral” OR “liberdade religiosa”)” não foi introduzido em nenhum dos grupos. Nele, a parte invoca danos morais para indenizar a repercussão que uma acusação falsa em seu trabalho (que levou a dispensa por justa causa) gerou em seu ministério como pastor na comunidade. Embora entendamos relevante para o tema, não incluiremos neste gráfico e nem na análise qualitativa, por se tratar de caso específico, que não se enquadra em nenhum de grupos de análise.

A pesquisa qualitativa tratará apenas dos três últimos grupos. Isso porque, conforme mencionado no capítulo anterior, a demanda por vínculo empregatício com a instituição religiosa costuma ser uma demanda tipicamente Neopentecostal, não sendo o foco desta pesquisa. Quanto à instituição do feriado “dia do evangélico”, tratou-se de questão muito mais relacionada à abrangência de lei estadual que estabelece feriado do que propriamente de uma questão de conflito trabalhista envolvendo liberdade religiosa. Por isso dispensaremos também a análise do Grupo II.

IV.1. Preliminarmente: a diferença conceitual entre o Assédio Moral Religioso e o Assédio Religioso.

É importante, primordialmente, que se estabeleça a diferença entre esses dois termos, conceitos estes que se mostram essenciais para se compreender o abordado nos grupos III e IV desta pesquisa.

O assédio moral religioso é chamado por Aloísio Cristovam dos Santos Júnior de “assédio moral por razões religiosas”, e estaria ligado ao problema da intolerância e discriminação religiosa no ambiente de trabalho¹⁸⁸. Seriam os casos em que o indivíduo tem sua liberdade religiosa restringida ou é perseguido por se expressar de acordo com alguma doutrina religiosa. Segundo o autor:

(...)é possível compreender o assédio moral por razões religiosas como uma discriminação religiosa qualificada pela reiteração de condutas ofensivas à dignidade da vítima, como o objetivo de trazer-lhe danos à integridade psicofísica e, assim, afastá-la do ambiente de trabalho.¹⁸⁹

Ainda com base no autor, bastaria a comprovação da ocorrência de assédio moral por motivo religioso, para se gerar a incidência do dano moral ao afetado pelo abuso. Assim, haveria a presunção de dano (dano *in re ipsa*), nesses casos.¹⁹⁰

Já o assédio religioso está relacionado ao abuso no uso da liberdade religiosa, tanto do empregador quanto do empregado, no contexto do ambiente de trabalho. Ele ocorre, por exemplo, na obrigatoriedade estabelecida pelo empregador, de

¹⁸⁸ Segundo o autor “Sobre o assédio moral por razões religiosas já se falou anteriormente. Nada mais é do que o assédio moral motivado pela intolerância religiosa e cuja tematização vincula-se mais estreitamente ao problema da discriminação religiosa no ambiente de trabalho. Já o assédio religioso diz respeito muito mais ao problema do abuso na prática do proselitismo religioso”. (SANTOS JR., op. cit., p.306).

¹⁸⁹ SANTOS JR., op. cit., p. 267.

¹⁹⁰ Segundo o autor: (...)Uma vez caracterizado que a liberdade religiosa de alguém foi objeto de violação, não seria necessário à vítima produzir prova de que experimentou um sofrimento moral (SANTOS JR., op. cit., p. 220) .

que seus empregados participem de culto religioso no ambiente de trabalho, abusando de seu poder diretivo ao manifestar sua própria liberdade religiosa. Outro exemplo de assédio religioso é o caso em que o empregado extrapola sua liberdade religiosa promovendo um proselitismo abusivo “qualificado por uma repetição ou sistematização da conduta proselitista que atente contra a liberdade de consciência de uma pessoa, causando transtornos à integridade psíquica da vítima e/ou degradando o ambiente de trabalho”¹⁹¹.

Definidas essas diferenças, passa-se à análise dos julgados dentro dos Grupos temáticos.

IV.2. Grupo III: Casos de assédio moral com base religiosa.

Destacam-se dois casos no presente grupo, que melhor explicitam situações de assédio moral, nos moldes do conceito inicial visto.

No primeiro deles, o Recurso Ordinário 0001485-02.2012.5.10.0005, julgado pela 2ª Turma, o empregado alega que sofre constantes ridicularizações por seu chefe e colegas de trabalho, que fazem piadas sobre sua vida sexual e sua fidelidade conjugal. A testemunha confirmou, apontando:

...que o reclamante era alvo de piadinhas dos colegas e do gerente não em face do relatado, mas por que é evangélico, então os colegas ficavam chamando o reclamante para "festas da mulherada" e o criticando por que era fiel à sua esposa... (fl. 328- verso)

A Turma negou que houvesse dano moral no fato dos colegas e chefe de trabalho submeterem o empregado a escarnecimentos de sua fé. Segundo a relatora:

“as piadinhas e críticas em razão da condição religiosa do reclamante, embora incômodas, também **não são suficientes para caracterizar fatos causadores de dano moral**. (...) No depoimento não há indicativos de intensidade de modo a humilhar o autor ou tornar insuportável a permanência no local de trabalho ou, ainda, que eram acompanhados de atos discriminatórios.”. (grifos nossos)

Discorda-se, no entanto, de que não há humilhação no fato exposto. Só quem pode afirmar se as brincadeiras dos colegas de trabalho e do próprio chefe são

¹⁹¹ SANTOS JR., op. cit., p.307.

incômodas de forma insuportável é o próprio empregado, que as suporta diariamente. Conforme relatado no segundo capítulo desta pesquisa, é dever do empregador assegurar que o empregado não sofra discriminação em seu ambiente de trabalho. Assim, a decisão não foi acertada, já que o dano moral seria nesse caso, *in re ipsa*, dando ensejo à indenização.

O segundo caso é o Recurso Ordinário 00881-2009-016-10-00-6, o qual trata sobre a demanda de alguns empregados, entre eles R.F.M.¹⁹², apontando que a empresa impelia os empregados a entoar hinos de guerra com palavras de baixo calão¹⁹³. O empregado destacou que, caso se recusasse a gritar o hino, era rotulado de desmotivado, devendo explicar aos superiores o motivo da desmotivação. Foi apontado que o hino causava constrangimento e humilhação, principalmente ao autor, uma vez que, segundo ele:

(...) se sentia constrangido quando tinha de cantar o hino, pois em vez de motivá-lo, na realidade tinha o efeito contrário - dadas as palavras de baixo calão. Afirma que não costumava falar palavrões, pois é evangélico, reiterando a obrigatoriedade de cantar o hino todos os dias.

A empresa, no entanto, alegou que o hino era meramente motivacional, feito pelos próprios empregados, e que o grito de guerra não ocorria em todas as reuniões, além de não ser obrigatório entoá-lo.

A primeira instância rechaçou a possibilidade da incidência de dano moral por não restar provado que os empregados seriam punidos caso não entoassem o hino. Para a Turma, no entanto, mesmo que o autor pudesse não entoar o hino, ele, uma hora, seria chamado a explicar o porquê desta recusa perante seus supervisores. Além disso, o fato de ser taxado como desmotivado teria implicações na vida funcional do empregado.

Desta forma, para os julgadores, o fato descrito ilustraria cenário de imposição que foge ao poder diretivo do empregador, e atentaria à dignidade de seus trabalhadores.

Em ambos os casos, vê-se situações que geram constrangimento diferenciado aos trabalhadores Pentecostais, pelo fato de seguirem uma moral diferenciada. No primeiro caso, houve inequívoca perturbação direcionada ao

¹⁹² Optou-se, no presente trabalho, por transcrever apenas as iniciais das partes envolvidas, a fim de lhes preservar a identidade.

¹⁹³ Tivemos acesso ao hino entoado por meio do processo 01315-2012-005-10-00-3 RO, o qual explicita as seguintes frases: “eu sou guerreiro sozinho mato mil sou da sul mais focada do Brasil se é pra matar se é pra morrer, eu sou da sala sul a melhor do CDD. Porra, caralho, bala de cuzão (bate 03 vezes na mesa). Quem manda nessa porra Sala sul é poeirão”.

empregado, uma vez que sua sexualidade é vista de modo diferente da de seus colegas e chefes de trabalho. Assim, as piadas tomam caráter provocativo, buscando irritar o empregado, que mantém como ideais a não promiscuidade e a fidelidade conjugal. Não há que se negar, portanto, o caráter discriminatório da provocação. É comum ainda que entre os evangélicos mais jovens haja situação semelhante de perturbação. Isso porque, conforme abordou-se rapidamente no capítulo anterior¹⁹⁴, uma doutrina moral comum à grande parte das igrejas pentecostais é o ensino da abstenção sexual até o casamento para os jovens fiéis¹⁹⁵. Da mesma forma, nesses casos, as brincadeiras sobre sexualidade teriam o objetivo de ridicularizar e ofender o crente.

No segundo caso, o fato de ser evangélico e, por isso entender como especialmente errado proferir palavras de baixo calão, vem reforçar a humilhação do hino que deve ser proferido. Outros julgados sobre o mesmo caso¹⁹⁶, com diferentes autores, abordam alguns depoimentos em que a testemunha alega que, “apesar de não ser evangélica”, também se sentira ofendida em ter que entoar o hino. Isso reflete como socialmente se reconhece que o fato de ser “evangélico” torna ainda mais degradante a relativa obrigatoriedade em se proferir as palavras de baixo calão do hino entoado.

IV.3. Grupo IV: Casos de assédio religioso.

Os casos deste grupo serão divididos em quatro partes distintas. A primeira parte trata um caso de assédio religioso em organização de tendência e a segunda, em uma empresa comum. A terceira trata de assédio religioso por meio da imposição de culto em ambiente de trabalho, enquanto a quarta abordará as nuances do proselitismo e sua forma abusiva.

Para ilustrar o assédio religioso numa organização de tendência, toma-se o recurso ordinário 00478-2007-001-10-00-6. Trata-se de pedido de indenização por danos morais de professora que foi dispensada após se recusar a participar de liturgia

¹⁹⁴ Trata-se da narrativa da família Ramos, quando expôs-se sobre a sexualidade das mulheres da família.

¹⁹⁵ Interessante que, da mesma forma que há uma ridicularização da prática abstencionista dos jovens, há uma cobrança social pela sexualidade do Pentecostal, como vemos no julgado 02020-2009-004-10-00-2 RO no seguinte trecho relatado pela funcionária: “que a Sra. D., atual gerente, falava mal da reclamante para outras pessoas que não eram da empresa, afirmando que ela era uma “crente esquisita” porque levava o ex-namorado para dormir em casa”.

¹⁹⁶ São eles: 01315-2012-005-10-00-3 RO; 0000466-07.2011.5.10.0001 RO e 00922-2010-016-10-00-8 RO.

diferente de sua fé em reunião de colégio caracterizado como organização confessional, qual seja, a C.I.A.N.S.P.¹⁹⁷. Segundo relatado no julgado:

uma das irmãs integrante da escola pediu para que os professores presentes no auditório se dirigissem até o palco, em fila, para tocar na imagem de Nossa Senhora de Fátima, recebendo em seguida a benção da Madre A., então diretora da escola” (fl. 06). Prosseguindo, narra que, por professar religião diversa, recusou-se a atender o pedido, tendo, na ocasião, sido “alvo de olhares discriminatórios, pois todos olhavam-na de rabo de olho, com deboche” (fl. 07) o que lhe causou imenso constrangimento.

A autora afirmou que no dia útil seguinte ao evento foi dispensada, ingressando com o pedido de indenização por danos morais por se sentir discriminada com relação a sua fé evangélica, para quem seria inadmissível prestar culto à imagem, sendo ato atentatório à sua fé.

A primeira instância teria negado o pedido de indenização por danos morais, pelo fato de não restar comprovado que a empregada tivesse sido alvo de “olhares discriminatórios”, e, ainda que provada a ocorrência de tais olhares, o fato não poderia ser imputado à empregadora. Ressalva-se aqui a crítica de que é sim dever do empregador garantir um meio ambiente de proteção contra a discriminação tanto por parte de seus empregados entre si, hierarquicamente iguais ou não, quanto por parte dos clientes contra seus funcionários. Ainda que se trate aqui de uma organização de tendência, acredita-se ser do empregador a responsabilidade de se manter um ambiente institucional saudável, em que todos os envolvidos no trabalho tenham asseguradas sua dignidade e sua liberdade religiosa, ainda que de forma mais contida.

A Turma, por sua vez, alegou que seria mero exercício regular do Direito a rescisão contratual da empregada, sem caracterizar qualquer tipo de abusividade e sem dar ensejo à indenização de ordem moral. Segundo ela, não haveria provas da relação entre a dispensa e o evento. Afirmou-se ainda que a instituição não teria perfil discriminatório, uma vez que, segundo depoimento da própria autora, havia outros professores que não professavam a fé católica, e que

"No momento de sua contratação, a Irmã D. não manifestou nenhuma restrição à crença da reclamante" (fl. 230).

¹⁹⁷ Optou-se pela manutenção apenas das iniciais das partes envolvidas nos casos analisados pela pesquisa.

Desta forma, para os julgadores, a instituição não teria uma postura de intransigência religiosa, sendo incabível alegar que a dispensa se deu pelo fato de a empregada ser evangélica.

Não há como se cancelar, no entanto, o entendimento da Turma. Mesmo com as especificidades inerentes às organizações de tendência, a instituição não poderia submeter seus empregados a participar ativamente de verdadeiro ritual litúrgico, que contraria a fé dos que não professam a religião da organização.

Trata-se de situação onde houve um abuso da condição de privilégio concedido à instituição, sendo caracterizada a violação da liberdade de crença da empregada, que foi dispensada praticamente imediatamente após a recusa.

Portanto, a decisão proferida pelo Tribunal equivocou-se ao não reconhecer o abuso religioso, e o evidente dano moral dele provindo.

A *segunda parte* neste subtópico relacionado ao assédio religioso trata do Recurso Ordinário 01786-2009-102-10-00-5, o qual relata o abuso em uma corporação ordinária, ou seja, numa empresa não classificada como organização de tendência. Ocorre episódio em que o empregador começa a proferir palavras abusivas contra a empregada, queimando em seguida alguns dos pertences que a mesma teria em sua mesa, alegando que eles estariam ligados ao candomblé. Isso ocorreu após o empregador ter tomado ciência do fato de que a empregada era adepta da religião de matriz africana. Segundo a empregada, o empregador:

“de forma agressiva e abusiva, passou a proferir palavras de baixo calão contra a reclamante; e não satisfeito, se apropriou de uma pedra azul que se encontrava encima da mesa da Reclamante, bem como alguns desenhos no papel em forma de duende, que se encontravam dentro da gaveta da mesa onde a Reclamante prestava seus serviços; e de forma inexplicável, os queimou dentro de uma lata de lixo que se encontrava próximo ao local.”

O depoimento de uma das testemunhas esclarece que o empregador já havia queimado os objetos de alguns empregados, por volta dos meses abril ou maio de 2009, com o intuito de fazer uma “limpeza espiritual”, no ambiente de trabalho, com o argumento de que os objetos seriam “de macumba”. O intuito do empregador era livrar não só o ambiente de trabalho, como os próprios empregados de serviços de macumba feitos contra eles. A própria testemunha afirmou ter perdido alguns objetos:

Sr. J. declarou a esta que havia queimado o objeto pessoal da depoente para livrá-la de uma “macumba”, que, em relação à reclamante, o Sr. Josmane declarou que seus objetos pessoais eram objetos de feitiçaria, de origem demoníaca, e que não poderiam ficar dentro do estabelecimento da reclamada; que, mesmo diante da explicação da reclamante acerca de uma determinada pedra que havia sido presenteada por um ex-noivo falecido, o Sr. J. não devolveu a referida pedra à reclamante, tendo, ainda, tentado explicar a esta o fundamento de sua convicção e porque tal pedra não era de Deus; que, apesar da depoente não ser adepta a nenhuma religião, os ‘manifestos’ religiosos do proprietário da reclamada incomodava (SIC) e constrangiam a depoente e demais funcionários; que não havia na empresa reclamada nenhuma determinação no sentido de que os funcionários não pudessem ter objetos pessoais sobre suas mesas de trabalho.’ (fls. 74).

O empregador, no entanto, alegou que não discrimina os seus empregados, uma vez que a própria testemunha da autora se declarou não adepta a nenhuma religião e é uma das empregadas da empresa. Segundo ele, a empregada é quem tinha comportamento desrespeitoso ao usar os trajes típicos do candomblé no ambiente de trabalho. Afirma que a empregada sabia que “os dirigentes da empresa reclamada são evangélicos e o uso acintoso de trajes usados em seções (sic) de candomblé não poderia ser considerado algo absolutamente normal”.

A explicação do empregador para a retirada dos objetos da mesa da empregada foi a de que a mesma teria recorrentes episódios de instabilidades emocionais, podendo a pedra ser arremessada contra algum dos colegas de trabalho em uma dessas “crises” da empregada. A Turma questiona que, se assim fosse, outros objetos também deveriam ser retirados da mesa da empregada, como o telefone, o porta-retratos, o grampeador, etc. Apontou que a exteriorização da crença do empregador foi abusiva, sendo agressiva e pouco tolerante, caracterizando-se como típica discriminação religiosa contra a empregada. Defendeu, ainda, que a manifestação de fé do empregador deveria vir acompanhada do respeito e consideração à fé e crenças alheias, constituindo-se abuso a manifestação no presente caso. Segundo a Turma:

(...) ao se apropriar de objetos pessoais da reclamante, sobre a alcunha de que seriam objetos oriundos de ‘macumba’, ‘feitiçaria’ e ‘do demônio’, o proprietário da reclamada excedeu-se na manifestação de sua fé, provocando inegável dano moral na autora, que incontroversamente abraça a religião do candomblé. Por evidente, essa Julgadora não se posiciona contra eventuais manifestações de fé no estabelecimento reclamado. Todavia, tais manifestações não podem constranger os que ali trabalham nem afrontar suas crenças religiosas (Juíza Idalia Rosa da Silva).

A decisão parece completamente acertada. Não há como se negar o evidente abuso cometido pelo empregador contra a liberdade religiosa de sua empregada. Ainda que o agir do empregador tenha se originado na boa intenção de livrar seus empregados e seus negócios do grande “mal” que seria a “obra de macumbaria”, tal ato extrapola completamente o limite do razoável quanto à manifestação da liberdade religiosa no ambiente de trabalho.

A explicação para esse fenômeno possivelmente tem suas raízes mais profundas do que na mera expressão religiosa do empregador. Conforme abordado no capítulo 4, para os batalhadores, a religião não significa somente uma forma de se conectar com o espiritual, mas também um meio de buscar perspectivas de futuro, um caminho onde se reconstrói a autoestima e a dignidade do trabalhador, dando a ele as ferramentas para viabilizar sua ascensão social. Quando o batalhador defende sua fé e executa os dogmas de sua religião ele não está apenas cumprindo um procedimento litúrgico. A sua manifestação religiosa envolve todos os seus anseios sociais, suas perspectivas de crescimento, sua disciplina em batalhar duro e por fim, sua crença e fé no poder sobrenatural. É bem possível que o empregador não consiga, de forma alguma, enxergar como maléfica sua atitude em ter privado seus empregados de bens que para ele estariam carregados de “demônios”, pois, para ele, por mais que sua atitude seja reprovável num primeiro momento, o mesmo ato poderá viabilizar uma melhoria na vida de seus empregados e de sua empresa. Desta forma, ao analisar o fenômeno, não há que se ter uma visão simplista de que a intolerância religiosa do empregador é fruto de uma completa insanidade religiosa, fruto de um “fundamentalismo”¹⁹⁸. Não se defende, por óbvio, como correta a atitude do empregador, mas deve-se ter em conta que o episódio está carregado de todo um conteúdo simbólico emocional que forma, para o batalhador, o conceito do que representa sua fé, não sendo cabível reduzir o fenômeno à mera intolerância religiosa contra religiões de matriz africana.

A *terceira parte* trata, como mencionado, sobre o assédio religioso por meio da imposição de culto em ambiente de trabalho. Em acórdão referente a embargos de declaração sobre recurso ordinário, cujo número é 00297-2012-004-10-00-6 RO (ED), foi pedida a indenização moral de empregada que alegou que era “compelida pela empregadora a assistir cultos religiosos por ela adotada (SIC), bem como era obrigada a contribuir para a referida igreja, sob pena de demissão”.

¹⁹⁸ Ressalta-se aqui o que foi destacado anteriormente, de que a palavra “fundamentalismo” é usada por vezes, de forma pejorativa. A palavra está sendo usada nesta frase sob a forma de provocação, em que pese, como falou-se em linhas anteriores, tal alcunha não tenha significado semântico degradante para o movimento.

O acórdão manteve o entendimento da primeira instância de que a empresa reclamada agiu com abuso do poder diretivo. A turma completa que:

“o empregador tem o direito de dirigir o empreendimento da maneira que melhor lhe aprouver, valendo-se, para tanto, de poderes de direção, hierárquicos e disciplinares na relação que mantém com os seus empregados. Entretanto, o exercício desses poderes deve caminhar juntamente com o respeito mútuo e a garantia dos direitos individuais”.

A 3ª Turma aponta então a necessidade do respeito à liberdade religiosa dos empregados por parte da empresa, afirmando que esta não poderia, devido ao seu poder diretivo, “obrigar seus empregados a participar de culto religioso ou contribuir financeiramente para determinada igreja, sendo ilícito coagir seus empregados a participar de qualquer religião, sob pena de ferir os princípios fundamentais de liberdade de crença religiosa e da dignidade da pessoa humana”.

Entendeu ainda que seria espécie de “tortura psicológica” o fato de a empresa obrigar a empregada a assistir aos cultos, apontando que a desobediência poderia colocar em risco seu emprego e subsistência. Por fim, decidiu-se elevar o quantum indenizatório estabelecido em primeiro grau.

Desta forma, as provas dos autos confirmaram que a manifestação de liberdade religiosa do empregador neste caso foi abusiva, gerando verdadeira coação para que os empregados participassem dos cultos promovidos no ambiente de trabalho e inclusive contribuíssem financeiramente com a instituição religiosa a qual o empregador se filiava.

Observando-se casos como esse é compreensível que surjam vozes como a de Manoel Jorge e Silva Neto, que apontam a inviabilidade do culto promovido pelo empregador¹⁹⁹. Isso porque, para ele, a recusa do trabalhador em participar do culto ainda que, em tese, lícitamente pautada em sua liberdade religiosa, poderia ser interpretado como uma ofensa à sua subordinação jurídica, uma rebeldia contra o empregador. O autor, no entanto, acredita possíveis os cultos ecumênicos, e a existência de templo ecumênico no ambiente de trabalho, exceto quando se tratar do caso de Organização Religiosa²⁰⁰.

De fato, a situação em análise é complexa uma vez que, devido à posição de subordinação na relação de emprego, o fato de o empregador promover cultos no

¹⁹⁹ SILVA NETO, op. cit., p. 124-126.

²⁰⁰ IDEM.

ambiente de trabalho em alguns casos pode gerar desconforto aos empregados de outra fé, por se sentirem indiretamente pressionados a participar do evento. No entanto, desde que tomados alguns cuidados, é possível conciliar a manifestação da liberdade religiosa do empregador com a de seus subordinados, mesmo quando não se trate de evento ecumênico, como propõe Manoel Jorge e Silva Neto. É o que defende Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, ao indicar que não há uma ilicitude no fato de o empregador designar “um momento no início ou no curso da jornada para prestar o seu culto religioso ou fazer suas orações nas dependências da empresa” (...) a ilicitude, no entanto estaria em se querer “forçar, por qualquer meio, a participação do empregado”.²⁰¹

Para evitar as situações de coação indireta, o autor dá a sugestão de que se inverta o ônus da prova nos processos de abuso religioso, restando ao empregador provar que respeitava o Direito do trabalhador em recusar participar do culto quando a religião do empregado é diametralmente contrária à do empregador.²⁰²

Tal sugestão parece realmente a melhor proposta para viabilizar tanto a garantia da liberdade religiosa do empregador, quanto do empregado, imputando-lhes, no entanto, mais equitativamente, devido à hierarquia pré-existente entre eles, o ônus de provar que não houve o abuso.

O Recurso Ordinário 0000438-59.2013.5.10.0101 é um exemplo de caso em que essa sugestão poderia ser aplicada. A autora alegou rescisão indireta do contrato de trabalho e pediu indenização por danos morais uma vez que, para ela, o proprietário do escritório, sabendo que a autora era Católica praticante, obrigava-a a participar de cultos no ambiente de trabalho. O empregador, segundo ela, é pastor evangélico e ameaçava dispensá-la por justa causa caso não participasse das orações diárias.

Foi comprovada, nos autos, a rescisão indireta do empregador. Quanto aos danos morais, por sua vez, a única testemunha no caso negou as alegações da parte autora sobre o abuso de poder hierárquico, afirmando que os próprios empregados eram quem faziam uma leitura da bíblia antes do início do turno, sendo que não seria obrigatória a participação. A Turma negou a indenização por entender que faltou à empregada provar nos autos que houve qualquer tipo de coação.

Já no Recurso Ordinário 02020-2009-004-10-00-2 tem-se caso diferente de culto, que parte de iniciativa do próprio empregado. Neste caso, a autora, que era

²⁰¹ SANTOS JR., op. cit., p. 346.

²⁰² SANTOS JR., op. cit., p. 350.

massagista, afirma, de forma sutil, que assistia aos cultos (provavelmente televisivos) no seu período de intervalo da jornada de 25 minutos.

A decisão da Turma no referido caso foi da não caracterização da relação de emprego formal da massagista pela falta de pessoalidade do serviço prestado. Em que pese isso, a liberdade da massagista em assistir aos cultos em período que não integra sua jornada de trabalho deve ser assegurada. Segundo Aloísio Cristovam dos Santos Júnior, “há que ser considerada abusiva a prática de culto em substituição às atividades contratualmente ajustadas com o empregador”²⁰³, mas não aquelas realizadas em seu horário de descanso, sendo neste tempo predominante a liberdade dispensada ao empregado, desde que o usufruir dessa liberdade não atrapalhe o desenvolvimento das atividades da empresa. No caso analisado, no entanto, aparentemente, o fato da empregada assistir aos cultos parece ter incomodado o filho da empregadora.

Com a descrição mais detalhada desse julgado de número 02020-2009-004-10-00-2 iniciamos a *quarta parte* desse tema, ou seja, a análise sobre o proselitismo e as situações em que ele deságua em um abuso religioso.

Neste caso, a autora teria ingressado com o pedido de danos morais por ter se sentido constrangida pela gerente Sra. D. e pelo filho de uma das sócias da empresa.

A Sra. D. estaria constantemente cobrando que a empregada mantivesse uma “boa aparência”, e, em que pese isso ser confirmado pela gerente, os autos não deixam claro o que seria para a ela essa “boa aparência” da massagista. Com a ausência dessa especificação é importante que se trace uma observação sobre a “aparência” dos Pentecostais. Algumas correntes Pentecostais, como as igrejas “Assembleia de Deus”, “Deus é Amor”, “Congregação Cristã do Brasil”, exigem²⁰⁴ de seus membros, principalmente das mulheres, que mantenham uma posição de desapego à vaidade, em observação ao entendimento de que a vaidade seria algo supérfluo, que liga o indivíduo mais aos “assuntos mundanos” do que aos “assuntos divinos”. São comuns as advertências a que as crentes não exibam seus corpos em roupas um pouco mais justas, ou que não cortem seus cabelos em penteados tidos por “masculinos”. Em alguns templos um pouco mais radicais, mantém-se a proibição de que essas mulheres usem calças. Desta forma, a exigência de “boa aparência” apesar de parecer inofensiva no contexto da decisão, pode estar permeada de discriminação religiosa caso tenha relação com uma dessas práticas que um membro dessas denominações devesse cumprir. Caso

²⁰³ SANTOS JR., op. cit., p. 357.

²⁰⁴ Ressalva-se que alguns templos pertencentes a essas denominações não mais fazem esse tipo de exigência moral. No entanto, há muita divergência sobre a possibilidade ou não de sua cobrança dentro das próprias correntes doutrinárias citadas.

manter uma boa aparência signifique um certo nível de vaidade, como o uso de maquiagem ou uma maior preocupação com o vestuário, isso pode traduzir um embate direto à crença religiosa da trabalhadora em se submeter às prescrições morais de sua denominação, principalmente no que tange à deserotização de seu corpo.

Ainda segundo a parte autora, “a Sra. D., atual gerente, falava mal da reclamante para outras pessoas que não eram da empresa, afirmando que ela era uma “crente esquisita” porque levava o ex-namorado para dormir em casa”. Aqui vemos ainda uma espécie de julgamento quanto à sexualidade da empregada. Embora, como vimos, a sexualidade do batalhador seja por vezes alvo de brincadeiras e “chacotas” no ambiente de trabalho, nesse caso, ela serviu para deslegitimar a fé da massagista que, por não se portar da forma sexualmente prevista para uma “crente”, ou seja, com recato sexual e castidade, foi alvo de julgamento sobre se seria verdadeira sua fé.

Foi, no entanto, com a suposta “humilhação” que sofreu do filho da sócia, que se apresentou a crítica ao ato proselitista da massagista. Em depoimento, a gerente Sra. D. afirmou:

"(...) que nunca se desentendeu com a reclamante, mas que por determinação da empresa, sempre exigia que ela se apresentasse com **boa aparência**;(…); que certa vez a reclamante foi advertida por um dos filhos da dona porque a reclamante ao atender um cliente disse: **"Jesus te acompanhe"** e o cliente teria dito: **"Maria também"** (fls. 125/126) (grifos nossos)

O filho da sócia, portanto, rechaça a atitude da funcionária em exercer proselitismo no atendimento de um cliente. O juízo de primeira instância entendeu que:

“a advertência do filho da reclamada para que a reclamante não envolvesse questão de sua fé no local de trabalho também não configura dano moral indenizável, principalmente porque não ficou demonstrado que o suposto agressor tenha usado palavras de baixo calão dou (SIC) desproporcional (SIC) ao advertí-la.”

Entretanto, não estaria configurado o dano apenas se houvesse reprimenda agressiva do filho da sócia, que representa, no caso, a figura do próprio empregador. O simples fato de se restringir, sem motivo aparente, o exercício de fé da massagista poderia ser considerado abusivo. Ora, a expressão “Jesus te acompanhe” é socialmente utilizada mesmo por pessoas não adeptas ao cristianismo, sendo muito mais expressão

de cordialidade do que propriamente uma expressão proselitista. Muito menos factível se tornaria a alegação de que se tratou de proselitismo abusivo da trabalhadora.

Segundo Manoel Jorge e Silva Neto o proselitismo, que seria a persuasão do fiel aos colegas para que se convertam à sua religião, seria sempre incompatível com a conformação da liberdade religiosa uma vez que, para ele, tal prática implica geralmente em intolerância. Uma vez que o ambiente de trabalho é heterogêneo, o proselitismo criaria constrangimentos àqueles que decidiram por não crer ou por crer de forma diferente. Assim, o proselitismo tanto do empregado quanto do empregador resultaria, para o autor, em ofensa aos interesses transindividuais da liberdade de crença e do ambiente de trabalho, sendo motivo para justa causa no caso do empregado crente por incontinência de conduta (art. 482, b CLT)²⁰⁵.

A posição do autor, no entanto, parece querer evitar possíveis conflitos no ambiente de trabalho através de uma verdadeira neutralização da liberdade religiosa. Tal maneira de solucionar o problema, embora muito eficaz, é inconstitucional por ferir a dignidade daqueles que, adeptos a uma específica religiosidade, inserem-na como parte fundante de sua própria personalidade, moldando sua forma de agir no mundo. O proselitismo, principalmente para o religioso Pentecostal, tem papel fundamental em sua religiosidade, sendo aspecto que toma forma de obrigação religiosa em cumprimento ao “ide” bíblico²⁰⁶, estabelecendo-se como seu o dever de evangelizar as pessoas em sua volta, sob a pena de vê-los sofrer a punição eterna. Assim, é possível que o batalhador, “imbuído de um espírito messiânico” não tema nem mesmo a perda do emprego pelo ato proselitista, por considerá-la um sacrifício que, no “contexto de seu dever para com a divindade e ao próximo, trar-lhe-á recompensas espirituais”²⁰⁷. Desta forma, é possível encontrar casos em que o empregado não se intimide nem mesmo com a subordinação patronal, fazendo com que o proselitismo não encontre limites hierárquicos.²⁰⁸

Assim, parece mais plausível que no ambiente de trabalho não seja completamente coibida a prática de todo e qualquer proselitismo, mas apenas daquela prática considerada abusiva. É o que propõe Aloísio Cristovam dos Santos Júnior. Segundo ele, há momentos em que o exercício do proselitismo dentro do ambiente de

²⁰⁵ SILVA NETO, op. cit., p. 123/124.

²⁰⁶ Trata-se da passagem bíblica onde Cristo prescreve o seguinte dever: “Portanto ide, ensinai todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém!” (Mt. 28.19-20).

²⁰⁷ SANTOS JR., op. cit., p.307.

²⁰⁸ IDEM.

trabalho, pelo empregado ou pelo empregador, não implica necessariamente o abuso de Direito. Nesses casos, segundo ele, os atos seriam considerados legítimos uma vez que amparados em disposições autônomas ou heterônomas que compõem o conteúdo do contrato de emprego. Para ele, esse tipo de proselitismo não afetaria significativamente as relações interpessoais a ponto de tornar insuportável o convívio das pessoas que ali trabalham²⁰⁹, como sugere Manoel Jorge e Silva Neto.

Haveria, no entanto, duas vedações ao proselitismo, que o tornariam abusivo dentro do ambiente de trabalho: 1) ser ele praticado no período em que o empregado estivesse à disposição do empregador caso: 1.1) com a sua prática proselitista o empregado deixasse de exercer tarefa que estaria obrigado a realizar pelo contratualmente estabelecido, ou, 1.2) caso o proselitismo se desse simultaneamente com a execução da tarefa, mas se manifestasse como prejudicial à qualidade ou à quantidade dos serviços²¹⁰; e 2) caso o proselitismo viesse a causar constrangimento a colega, cliente ou empregador, gerando incômodo no ambiente de trabalho. Segundo o autor:

(...)continua valendo, por óbvio, a exigência de que os atos proselitistas devem sempre repetir o direito de quem é alvo do proselitismo de afirmar a sua fé (ou falta de) e recusar-se a ouvir o discurso.²¹¹

Caso o proselitismo praticado não avance para um desses dois casos citados, então seria considerado lícito, ou seja, verdadeira aplicação da liberdade religiosa do indivíduo, podendo ser restringida apenas nos casos excepcionais das Organizações de Tendência, o que não é o caso na demanda analisada.

Claramente, nesta análise, a discriminação contra a trabalhadora se consolidou por uma série de fatores que permearam o caso. É possível que algumas manifestações da liberdade religiosa da trabalhadora tenham “incomodado” os empregadores, sem existir, no entanto, um motivo plausível para tanto. As manifestações foram: o fato da massagista assistir aos cultos em seus intervalos de trabalho; a aparência da massagista, que para a gerente, deixava a desejar; a forma com que levava sua vida sexual, refletida no fato de a gerente expor esse aspecto da vida da funcionária em conversas informais; e, por fim, sua prática proselitista, apesar de se

²⁰⁹ SANTOS JR. op. cit., p.283.

²¹⁰ SANTOS JR. op. cit., p. 192.

²¹¹ SANTOS JR. op. cit., p. 298.

configurar completamente lícita. A forma com que os supostos “empregadores”²¹² lidaram com essas situações explicita uma conduta preconceituosa, que daria sim ensejo à indenização por danos morais.

No entanto, em que pese todas as nuances que o caso aborda, a Turma do Tribunal Regional do Trabalho considerou como incabível a indenização por danos morais pleiteada pela autora. Para ela, não houve a comprovação de que as condutas dos “empregadores” denegrisse a empregada, afirmando ainda que “a blindagem aos Direitos da personalidade não pode ser de tal monta que inviabilize o exercício do poder diretivo imanente ao contrato de trabalho”. Trata-se, sem dúvida de análise simplista do caso, que não tomou em conta os relevantes fatores que foram analisados no decorrer do texto.

IV.4. Grupo V: Guarda do Sábado

Quanto a este tema, tem-se um julgado que o aborda nesta pesquisa, o qual destaca conflito com trabalhador membro de Igreja Adventista do Sétimo Dia. Preliminarmente, aponta-se que há maior concordância doutrinária no que se refere à concessão desse tipo de “privilégio” do dia da guarda para os membros de correntes religiosas que a exigem, ou seja, fazendo com que seja exigido do empregador que se adeque, na medida do possível, para viabilizar que o dia de descanso do empregado coincida com o seu dia de guarda. Segundo Manoel Jorge Silva Neto há, inclusive, a possibilidade de o trabalhador se ausentar do trabalho em dias religiosos não considerados feriados, para além dos dias de guarda religiosa mais conhecidos, como o sábado ou o domingo. O autor entende possível a ausência, mediante prévia comunicação e acordo, para posterior compensação do dia não trabalhado.²¹³

Dentre as correntes Pentecostais, é a Igreja Adventista do Sétimo Dia que tem maior destaque quanto ao tema da guarda do dia santo. Nela, o crente não poderia exercer ofício das 18h da sexta-feira até as 18h do sábado, permanecendo neste tempo disponível para os assuntos religiosos, voltando suas atenções aos estudos bíblicos ou à autorreflexão. Algumas outras denominações têm casos de líderes religiosos que

²¹² Visto que não foi configurada a relação de emprego no caso em análise.

²¹³ SILVA NETO, op. cit., p. 124.

doutrinam a guarda do sábado ou do domingo como dia santo, mas, ao que parece, são casos isolados.

O caso pesquisado foi o Recurso Ordinário de número 00403-2011-019-10-00-0, e o mesmo revela abuso da empregada ao descartar as tentativas de adequação de seu empregador, buscando manter situação de trabalho que julgava mais favorável, mas, no entanto, incompatível com sua prática religiosa, fazendo-a faltar aos sábados e descumprir, assim, a jornada de trabalho estabelecida.

Segundo a decisão, a empregada afirmou estar sofrendo assédio moral no local de trabalho depois de sua transferência de setor. Ela foi dispensada dois meses após propor a ação, em maio de 2011. Segundo ela, desde 2005, quando se tornou membro da igreja Adventista do 7º dia, tinha acordado com os empregadores que a folga seria aos sábados, compensando a jornada nos dias posteriores.

Em janeiro de 2011, no entanto, teria sido transferida e informada da impossibilidade de folgar aos sábados, e, embora manifestasse sua discordância, iniciou suas atividades, faltando no dia considerado santo. A empregada não deixou de faltar os sábados, não obstante os avisos, advertências e ameaças de dispensa por justa causa.

A empresa, por sua vez, informou que soube da opção religiosa da empregada apenas em julho de 2010, quando, mesmo sem pedir qualquer comprovação de membresia, pôs em sua folha de ponto a denominação “Adventista”, a qual a permitia compensar posteriormente o trabalho quando a sua escala caía aos sábados. A empregadora ainda afirmou que, quando a trocou de posto, ofereceu a oportunidade de mudança da escala de 12 por 36 horas para a escala diurna de 8:00h às 18:00h ou da noturna, das 18:00h às 8:00h com folga aos sábados. A empregada, no entanto, recusou ambas as propostas.

Para a Turma, restou provada nos autos a tentativa de adequação por parte do empregador. Além disso, a folha de ponto mostrava dias de sábado em que a empregada participou, faltando outros dias da semana. O Tribunal ainda ressaltou que apenas em julho de 2010, foram modificadas as condições da empregada quanto ao trabalho nos sábados, e não desde 2005, como o afirmado pela autora. Assim sendo, não existiria há mais de 5 anos este acordo tácito entre empregada e empregador, o que significa que o mesmo não aderiu ao contrato.

Desta forma, negou-se a indenização por danos morais pedido pela empregada. Segundo a Turma:

“Diante da recusa de mudança de jornada, a manutenção do trabalho aos sábados, não importa em violação à liberdade de crença religiosa, nem se configura em medida privativa de direito. Ao contrário do alegado estaria configurada a tentativa de imposição de alteração contratual unilateral, por parte da empregada que sempre trabalhou aos sábados durante 11 anos, circunstância que não encontra amparo no Direito do Trabalho, mormente quando se vê que por duas ocasiões a Autora recusou o oferecimento para que mudasse de escala de trabalho.”

Novamente acertada a decisão da Turma. A liberdade religiosa do empregado deve ser assegurada e reconhecida no ambiente de trabalho, mas deve existir no indivíduo, tanto empregado como empregador, o desejo de conciliar seus interesses com os interesses que o cercam, de forma a viabilizar a concretização de sua liberdade e a dos demais. É necessário que prevaleça a boa-fé nesta relação, principalmente quanto ao religioso, no sentido de expor para a adequação, verdadeiro percalço o qual a manutenção das condições de trabalho trazem à sua fé. No entanto, neste caso, aparentemente a boa-fé se manifestou muito mais na atitude do empregador, que permitiu imediata adequação em 2010, mesmo ausente a apresentação de qualquer documento de membresia. Já, quanto ao empregado, o fato da presença em turnos aos sábados, e das faltas em outros dias da semana torna possível o questionamento sobre se presente essa boa-fé.

Além disso, apesar de ser um Direito indubitavelmente essencial aos indivíduos que professam uma fé, a liberdade religiosa não é um Direito absoluto, sendo passível de restrição quando, entre outros motivos, afrontar os limites da boa fé que deve reger as relações dentro do Estado Democrático de Direito.

CONCLUSÃO

Conforme visto na presente pesquisa, a Constituição brasileira de 1988 buscou assegurar que a liberdade religiosa tivesse seu espaço na formação da sociedade brasileira, integrando-a social e culturalmente à esfera pública. A liberdade religiosa no Estado Democrático de Direito brasileiro é reconhecida como parte constituinte do ser social, por sua importância na vida dos que creem e na construção de sua identidade, não sendo esta liberdade apenas tolerada, com subliminar restrição à esfera privada do indivíduo.

Para os Pentecostais, tal característica do Estado Brasileiro é de essencial importância. De forma ainda mais incisiva do que para as outras correntes religiosas, no Pentecostalismo a manifestação religiosa pública do praticante da fé tem a função de promover uma verdadeira propaganda de um meio eficaz de modificação de vida, refletida na ascensão de classe do fiel.

Assim, mais do que a expressão religiosa em si, quando o fiel se manifesta publicamente como religioso ele deseja ser o “exemplo” a ser seguido, assim como um dia ele seguiu o exemplo de outro “crente” resultando na melhoria social e econômica que o batalhador tanto almejou.

É a partir dessa consciência que a Justiça do Trabalho deve enxergar os conflitos com os batalhadores Pentecostais: entendendo suas especificidades e promovendo a liberdade religiosa, buscando a justiça social e tendo claro o vínculo do meio econômico à função social que promove o Estado Democrático de Direito.

Com isso, a Justiça do Trabalho deve proteger o cidadão em seu Direito à liberdade religiosa, promovendo a adequação da demanda desses trabalhadores com as outras demandas do ambiente de trabalho.

Desta forma, garante-se a cidadania desses indivíduos, fazendo com que “pré-conceitos” sociais sejam quebrados e incentivando que as demandas religiosas sejam trazidas para o debate público, na tentativa de tornar ainda mais palpável a característica de reconhecimento desses grupos no Estado brasileiro, em detrimento da política de mera tolerância.

Acredita-se que a Justiça do Trabalho tenha importantíssima relevância nesta promoção de Direitos, exercendo seu papel histórico, dentro dos paradigmas de Estado, de concretizar as garantias constitucionais, promovendo a almejada Justiça

Social. Através da aplicação da adequação das demandas e a partir da ciência dessas nuances que envolvem a questão dos Batalhadores, a Justiça do Trabalho tem a possibilidade de dar um passo positivo em direção a real consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rodrigo Vitorino Souza ; RIBEIRO, Gabriel de Almeida ; CARDOSO, Guilherme Gonçalves . **Tolerância religiosa e a política de reconhecimento. Diritto & Diritti**, v. 01, p. 01, 2012. Disponível em: <http://xn--leggedistabilit2013-kub.diritto.it/docs/33919-toler-ncia-religiosa-e-a-pol-tica-de-reconhecimento>

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **A Ordem Moral Moderna e a Política do Secularismo**. Revista Ethic@ -Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 39 - 53, Dez. 2011.

BERGER, Peter. **A Perspectiva Sociológica: o Homem na Sociedade**. In: Perspectivas Sociológicas: uma visão humanitarista. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes. 1973.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Revista e Corrigida. Tradução João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo. 1995.

BORGES, Lara Parreira de Faria. **Os Limites do Estado Laico e a Liberdade Religiosa na França**. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

CAMPOS Jr. Luís de Castro. **As Religiões na História- Pentecostalismo: Sentidos da Palavra Divina**. Editora Ática- São Paulo- 1995.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do Pentecostalismo Brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005

COSTA, Ilton Garcia da; MAIA, Gustavo Favini Mariz. **Discriminação Religiosa no Ambiente de Trabalho e a Inclusão ou Exclusão Social**. Eventos UENP. Disponível em: <http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/resumos/6.pdf>

DARIO, Francislaine. **Estudo de Caso. Liberdade Religiosa x Contrato de Trabalho**. Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, - Direito Laboral, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Disciplina- Relação Individual de Trabalho. Universidade de Coimbra 2015.

DELGADO, Maurício Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**- São Paulo: LTr, 2006. 2ª Tiragem, 2007.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, Jonh. **Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Francislu São Leão Azevedo Ferreira. **A liberdade religiosa nas Constituições Brasileiras e o desenvolvimento da Igreja Protestante**. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13496&revista_caderno=27

GARCIA, Maria Rita Manzarra de Moura. **Terceirização: a hora e a vez do legislativo. Otimismo ingênuo?** Postado em: 15/04/2015. Disponível em <http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha>. Acesso em: 17/04/2015.

GIUMBELLI, Emerson. **A presença do Religioso nos espaços públicos: Modalidades no Brasil**. Revista Religião & Sociedade, v. 28 (2), 2008, p. 80- 101.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. ISSN 0104-3145. Rio de Janeiro, 2010.

MARQUES, Alexandre Bacelar. Charles Taylor: **A secular Age**. Religião & Sociedade. Volume 29, número 2. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200013>

MACHADO, Susana Sousa. **A relevância da liberdade de religião nas relações laborais: contributos para a sua compreensão à luz do Direito da União Européia**. International Journal on Working Conditions (RICOT Journal). N. 2, Institute of Sociology. University of Porto. Dezembro 2011.

MARIANO, Ricardo. **O Pentecostalismo no Brasil, cem anos depois. Uma religião dos pobres**. Entrevista com Ricardo Mariano- *IHU - Unisinos/Adital**. 17.05.10 – BRASIL. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=47821>. Acesso em 25/03/2015

MOREIRA, Alberto. **Neopentecostalismo; Mercado de Trabalho**. Cadernos do IFAN-15. ISSN 0104-2300. São Paulo. 1996.

OLIVEIRA, Lourival José de; MASSARO, Marcio Luis. **As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano**. *Scientia Iuris*, Londrina, v.18, n.2, p.189-209, dez.2014. DOI: 10.5433/2178-8189.2014v18n2p189

PAZ, Nivia Ivette Núñez de la Paz; LINK, Rogério Sávio. **Bourdieu e o fazer teológico**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Volume 14, set.-dez. de 2007 – ISSN 1678 6408. Disponível na Internet: <http://www3.est.edu.br/nepp>.

PEZZELLA, Maria Cristina Cereser; DUBLITZ, Michele Dias. **Pessoa como sujeito de direitos na Sociedade da Informação: um olhar sob a perspectiva do trabalho e do empreendedorismo**. Revista Sequência- Publicação do Programa de pós-graduação em Direito da UFSC. VOLUME 35. Publicação n. 68. Junho 2014.

PIÑERO, Maria Teresa; BONETTO, Maria Susana. **Las Transformaciones em El mundo Del Trabajo: La Reconfiguración Del Sujeto Trabajador**. Revista Crítica Jurídica n. 17. Fundación Iberoamericana de Derechos Humanos. Agosto de 2000.

PIZZO, Alex. **A esfera do trabalho como lócus de justiça social**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, N.1. ISSN: 2317-5443. Universidade Regional de Blumenau. Outono 2013 p. 5-31.

RAMOS, Ana Luísa Meurer. **A Preemência dos Princípios Constitucionais Frente ao Poder Patronal**. In: Tutela Jurídica do Trabalhador Soropositivo: Desafios Jurídicos de Inovação e Desenvolvimento. Organizadores: Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e Eduardo Milléo Baracat- São Paulo: Clássica, 2013.

SHERILL, John L. **Eles falam em outras Línguas**. Tradução: João Marques Bentes. Revisão: Gordon Chown. Ed. Sociedade Evangélica Betânia, São Paulo:1969.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **A proteção constitucional à liberdade religiosa**. Revista de Informação Legislativa. Brasília. A. 40 n. 160. Out./Dez. 2003

SANDEL, Michael. **“A política é o exercício da capacidade de julgamento”**- Entrevista concedida pelo filósofo Michael Sandel ao jornalista Jorge Pontual, do programa *Milênio*, da Globo News. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-abr-06/ideias-milenio-michael-sandel-filosofo-norte-americano>. Acesso em: abril/2015.

SANTOS JÚNIOR, Aloísio Cristovam dos. **Liberdade Religiosa e contrato de trabalho: a dogmática dos direitos fundamentais e a construção de respostas constitucionalmente adequadas aos conflitos religiosos no ambiente de trabalho**. Niterói- RJ: Impetus, 2013.

SOUZA, Jessé (org.). **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ªEd. Revista e Ampliada. Jessé Souza; colaboradores: ARENARI, Brand; OLIVÉRIO, Djamilla; ROCHA, Emerson; MACIEL, Fabrício; BARBOSA, Felipe Cavalcante; SÁ, Mácio; MEDEIROS, Maria de Lourdes; VISSER, Ricardo; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. 2012.

TAYLOR, Derbyshire Jonathan. **“Charles Taylor”**. *New Statesman* [1996] 20 feb. 2012: 45.Academic OneFile, 12 May 2015. Disponível em: <http://go.galegroup.com/ps/i.do?>

ANEXO

Casos Analisados

Palavra- Busca	Julgados Analisados
Pentecostal	00459-2008-007-10-00-9 RO
Protestante	00857-2002-101-10-00-0 RO
	00073-2009-010-10-00-0 RO
“liberdade religiosa”	01756-2011-017-10-00-4 RO
	01800-2012-012-10-00-5 RO
	01830-2012-015-10-00-0 RO (RR)
	02350-2012-018-10-00-6 RO
	01861-2012-018-10-00-0 RO
	01550-2012-004-10-00-9 RO (RR)
	01669-2012-004-10-00-1 RO
	00311-2008-010-10-00-7 RO
	00297-2012-004-10-00-6 RO (ED)
	01268-2004-004-10-00-1 RO*
	00403-2011-019-10-00-0 RO
(evangélico OR evangélica) AND ("dano moral" OR "liberdade religiosa")	01150-2010-018-10-00-4 RO
	02020-2009-004-10-00-2 RO
	01315-2012-005-10-00-3 RO
	0000466-07.2011.5.10.0001 RO
	00922-2010-016-10-00-8 RO
	00881-2009-016-10-00-6 RO
	02049-2013-014-10-00-8 RO
	0001485-02.2012.5.10.0005 RO
	0000438-59.2013.5.10.0101 RO
	0001756-09.2011.5.10.0017 RO
	0001669-58.2012.5.10.0004 RO
	0001130-60.2010.5.10.0005 RO
	00291-2010-111-10-00-3 RO
	01786-2009-102-10-00-5 RO
	00548-2009-851-10-00-0 RO
	00311-2008-010-10-00-7 RO
	00478-2007-001-10-00-6 RO
	00756-2006-812-10-00-3 RO
	00846-2006-010-10-00-6 RO
	00250-2006-103-10-00-6 RO
	01268-2004-004-10-00-1 RO*